



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE

**A TRAJETÓRIA DE JOÃO W. NERY E A TRANSEXUALIDADE NO BRASIL
NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

RAFAELA COSTA DE AZEVEDO

CAMPINA GRANDE – PB

2020

RAFAELA COSTA DE AZEVEDO

**A TRAJETÓRIA DE JOÃO W. NERY E A TRANSEXUALIDADE NO BRASIL
NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Cultura, poder e identidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Michelly Pereira de Sousa Cordão

CAMPINA GRANDE – PB

2020

RAFAELA COSTA DE AZEVEDO

**A TRAJETÓRIA DE JOÃO W. NERY E A TRANSEXUALIDADE NO BRASIL
NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Aprovada em:
14 de julho de 2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Michelly Pereira de Sousa Cordão (orientadora) UFCG/UAHIS/PPGH

Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima (examinadora interna) UFCG/UAHIS/PPGH

Prof.^a Dr.^a Susel Oliveira da Rosa (examinadora externa) – DH/UEPB

CAMPINA GRANDE – PB

JULHO DE 2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 9h do dia 14 (quatorze) de julho de 2020 (dois mil e vinte), realizada por videoconferência, a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado apresentada pela aluna **Rafaela Costa de Azevedo**, intitulada: **"A TRAJETÓRIA DE JOÃO W. NERY E A TRANSEXUALIDADE NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**, para obtenção do grau de Mestre, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso decidiu conceder ao mesmo o conceito Aprovada, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Michelly Pereira de Sousa Cordão (Orientadora), Susel Oliveira da Rosa (Examinadora externa), Marinalva Vilar de Lima (Examinadora interna). Assinam a presente Ata os membros da Comissão Examinadora, o Coordenador José Otávio Aguiar e o Secretário do PPGH/UFCG Yaggo Fernando Xavier de Aquino, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A banca considerou a Dissertação de alto nível, muito bem escrita e com uma discussão teórica muito bem desenvolvida. Recomendamos a publicação, considerando que o trabalho apresenta uma contribuição significativa para as pesquisas sobre gênero e sexualidade.

Lista de Presença

Orientador(a)	Michelly Pereira de Sousa Cordão	
Examinador(a) interno(a)	Marinalva Vilar de Lima	
Examinador(a) externo(a)	Susel Oliveira da Rosa	
Coordenador(a)	José Otávio Aguiar	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	

DECLARAÇÃO

Eu Prof. (a). Dr. (a) **Marinalva Vilar de Lima** declaro para os devidos fins que participei da banca de defesa de **MESTRADO** de **Rafaela Costa de Azevedo** através de meio de comunicação eletrônica síncrona (Google Meet), sendo a Ata do referido ato assinada em meu nome pelo presidente da banca.



Assinatura Prof (a) Dr(a) **Marinalva Vilar de Lima**
Campina Grande-PB, 14 de julho de 2020

DECLARAÇÃO

Eu Prof. (a). Dr. (a) **Susel Oliveira da Rosa** declaro para os devidos fins que participei da banca de defesa de **MESTRADO** de **Rafaela Costa de Azevedo** através de meio de comunicação eletrônica síncrona (Google Meet), sendo a Ata do referido ato assinada em meu nome pelo presidente da banca.



Assinatura Prof (a) Dr(a) **Susel Oliveira da Rosa**

João Pessoa-PB, 14 de julho de 2020

A994t Azevedo, Rafaela Costa de.
A trajetória de João W. Nery e a transexualidade no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 / Rafaela Costa de Azevedo. - Campina Grande, 2022.
111 f. : il. Color

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação: Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão".
Referências.

1. Transexualidade. 2. Transexualidade - Homem. 3. Identidade de Gênero. 4. João Nery - Autobiografia. I. Cordão, Michelly Pereira de Sousa. II. Título.

CDU 82-94:305-055.3(043)

AGRADECIMENTOS

Para além do desenvolvimento de um escrito científico, esta pesquisa foi para mim um processo de autoconhecimento. A trajetória de João Nery me ensinou sobre “ser o que se é”; não há uma resposta absoluta para todas as perguntas e precisamos aceitar isso. Foram dois anos de crescimento e aprendizado imprescindíveis não só para minha vida profissional, mas para a minha existência. Agradecendo ao universo pela oportunidade, devo também lembrar de algumas pessoas que me acompanharam nessa jornada:

À minha família pelo apoio, principalmente a minha mãe Neta e minha avó Maria Euzébia, duas mulheres a quem tanto amo e que nunca duvidaram da minha força e coragem para enfrentar os desafios e alcançar os meus sonhos;

À orientadora Prof.^a Michelly Pereira de Sousa Cordão que me acolheu no decorrer dessa caminhada, a partir de uma leitura séria e responsável, contribuindo com apontamentos e indicações bibliográficas que foram muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço a paciência com que recebeu os meus dilemas e confusões, e por ter me dado confiança e incentivo para concluir este trabalho;

Ao Prof. Joel Andrade e a Profa. Juciene Andrade, que me acompanharam na graduação e foram muito importantes na construção do meu projeto de pesquisa;

A João Nery (*in memoriam*) pelo diálogo e por ter nos deixado a sua trajetória eternizada em suas autobiografias;

A Amanda Sousa, pelo incentivo inicial que foi fundamental para a minha inscrição no processo seletivo do mestrado, pelas escutas e leituras atentas que tantas vezes fez deste trabalho, e pelas inúmeras vezes que tranquilizou o meu coração aflito;

As minhas grandes amigas Natiele Fernanda, que me acompanhou nessa jornada de Caicó para Campina Grande, agradeço os diálogos e horas de estudos que travamos juntas; e Alesandra, grande amiga que me incentivou e acolheu no processo final desse trabalho. Obrigada por me ouvir e se fazer presente nesse momento tão crucial. Amo vocês;

Aos colegas da turma de mestrado 2018 e de outras turmas com quem cursei disciplinas e estabeleci diálogos, em especial a Carlos, Laís, Mariana, Karol, Maiza e Erik, pelo acolhimento e incentivo no decorrer das aulas (e horas vagas rs);

Aos que fazem a UFCG, instituição que tão bem me acolheu durante o Mestrado: funcionários e professores do curso de História, funcionários das xerografias, da Biblioteca Central, entre outros;

Ao Governo Federal e a CAPES pela concessão da bolsa.

Quando o próximo sangue jorrar
daquele por quem ninguém irá chorar,
daquele que não deixará nada para se lembrar
daquele em quem ninguém quis acreditar.
Quando seus olhos só puderem fitar o escuro
quando seu corpo já estiver inerte, frio e duro,
quando todos perceberem morto João Ninguém
e quando longe de todos ele será seu próprio alguém.
Tantas mãos, tantas linhas incertas
tantas vidas cobertas, sem ninguém pra sentir,
tantas dores, tantas noites desertas
tantas mãos entreabertas, sem ninguém para acudir.
Qualquer dia vou despir-me da luta
pisar em coisas brutas, sem me arrepender.
Tão difícil ver a vida assassinada
quando estamos já tontos pra tentar sobreviver.
As perguntas sem respostas, sem nada,
as vidas curtas e desamparadas
o último grito que não foi ouvido
calaram mais um homem iludido.
E no mundo não dão mais argumentos
pra fugir aos lamentos
de quem sozinho falece.
Para esses, não há mais compreensão,
não há mais permissão, para que se tropece.
Na televisão o aguardo da cotação
um instante ocupado, para dizer morto João Ninguém
mas a aflição ataca, a cotação subiu ou caiu?
E João morreu... ninguém ouviu.
Eu vou distribuir panfletos,
dizendo que João morreu
talvez alguém se recorde
do João que falo eu.
Falo daquele mendigo que somos
pelo menos em matéria de amor,
daquele amor que esquecemos de cultivar
o qual com tanto dinheiro, ninguém jamais coroou.

(Anderson Herzer, *Mataram João Ninguém*, 1982)

RESUMO

O estudo tem como tema a experiência de João Nery no processo da constituição de uma identidade de gênero trans, no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980. Esta problematização tem como base as memórias narradas na obra *Erro de Pessoa: Joana ou João?* (1984), assim como, os discursos da imprensa, em especial os jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Pernambuco* e *Lampião da Esquina*. A fonte autobiográfica, nesse caso, abriu caminho para uma discussão acerca dos vínculos sociais e históricos relacionados à forma como Nery quis que sua trajetória fosse lembrada, bem como, permitiu entender sua vinculação com diferentes grupos e movimentos, além de aspectos editoriais de sua obra. Nesse sentido, realizou-se uma reflexão sobre a trajetória histórica desse indivíduo, analisando discursos, as condições de possibilidades e os significados sociais em torno do *ser* transexual no contexto das décadas finais do séc. XX.

Palavras-chave: Transexualidade, Trans-homem, Identidade de Gênero, Autobiografia, João Nery

ABSTRACT

The study has as its theme the experience of João Nery in the process of constituting a trans gender identity, in Brazil, between the 1970s and 1980s. This problematization is based on the memories narrated in the work *Erro de Pessoa: Joana ou João?* (1984), as well as press speeches, especially the newspapers *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Pernambuco* and *Lampião da Esquina*. The autobiographical source, in this case, opened the way for a discussion about the social and historical ties related to the way Nery wanted his trajectory to be remembered, as well as, it allowed him to understand his connection with different groups and movements, in addition to editorial aspects of his work. In this sense, a reflection was made on the historical trajectory of this individual, analyzing speeches, the conditions of possibilities and the social meanings surrounding the transsexual being in the context of the final decades of the century XX.

Keyword: Transsexuality, Transman, Gender Identity, Autobiography, João Nery

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – TRANSTORNADO: JOÃO NERY E SUAS DUAS VIDAS	18
1.1 “E POR QUEM FOI QUE ME TROCARAM?”: INDÍCIOS DE UM FÊNOMENO TRANSEXUAL	22
1.2 “MUDANÇAS SEM NOME”: PRIMEIROS PASSOS PARA A TRANSFORMAÇÃO	30
1.3 “LEIAM E HUMANIZEM-SE”: O GRITO DE JOÃO NERY	38
CAPÍTULO II – TRANSMUTADO: AS DESCOBERTAS DO HOMEM QUE NASCEU COM CORPO DE MULHER.....	48
2.1 TRANSEXUALIDADE EM PAUTA: ENTRE O MEDO E A CURA.....	53
2.2 REBATENDO ACUSAÇÕES: ROBERTO FARINA, O CIRURGIÃO DOS TRANSEXUAIS	63
2.3 “PRA VIRAR TUDO BASTA OPERAR?”: TRANSEXUAIS NO <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i>	72
CAPÍTULO III – TRANSGRESSOR: POSSIBILIDADES E IMPLICAÇÕES SOCIAIS PARA UM TRANSEXUAL	79
3.1 “SER DOIS GÊNEROS, NUMA SÓ VIDA, É ENLOUQUECEDOR”: OS PERCALÇOS ANTES DA TRANSIÇÃO	84
3.2 “TÁ COM VERGONHA DE MIJAR NA FRENTE DOS OUTROS?”: O ESPAÇO DO BANHEIRO PÚBLICO E A VIRILIDADE MASCULINA	88
3.3 “O QUE VOCÊ ESTÁ ESPERANDO? QUE MUDEM AS LEIS?”: A FALTA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELO SISTEMA LEGAL	93
3.4 RELAÇÕES FAMILIARES E O DILEMA DA ACEITAÇÃO.....	95
CONCLUSÕES.....	991
FONTES	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

Meus querid@s, o câncer chegou no meu cérebro. Por isso quero prepará-los. Continuem a nossa luta por nossos direitos, se unam, não oprimam os nossos irmãos oprimidos já por tanta transfobia e sofrimento. Um transmasculino não precisa ser sarado, nem ter barba, nem se hormonizar ou ter pênis e se operar. Basta saber quem são e que se sentem do gênero masculino. Vamos nos respeitar, nos unir, nos fortalecer e, sobretudo, ensinar aos homens cis o que é ser um homem sem medo do feminino. Espero ainda está aqui por algum tempo, mas não sei até quando. Obrigado por todos que pediram pela minha saúde, mas eu também fui responsável pelo meu destino. Agradeço poder ter ajudado a tantos que estavam perdidos no meio da escuridão. Façam grupos, ampliem a rede, se orgulhem de ser trans. Faremos um novo mundo! Mais humano, sem machismo, preconceito ou misoginia. [...] Beijos no coração de todos e não se acovardem. Ser o que somos não tem preço, viver uma mentira nos enlouquece (NERY, 2018).

O texto acima é uma das últimas mensagens públicas de João Nery, compartilhado por ele em suas redes sociais, já em tom de despedida. Durante o mês de outubro de 2018, as inúmeras e constantes mensagens dos seus “filhos¹” demonstraram um clima de apreensão e esperança de que Nery conseguiria se recuperar. Entre os dias 13 e 21 de outubro, suas publicações confirmavam uma crescente e significativa melhora: “Sou um sortudo! Cheguei desenganado na emergência, queriam me entubar, não deixei. 15 dias depois, já estou sem a canícula do oxigênio. Agradecido à vocês, pela torcida de fé e carinho. YEAH!!!!” (NERY, 2018a).

Na manhã do dia 27 de outubro de 2018, fui despertada com a trágica notícia: João Nery havia deixado sua existência corpórea no decorrer da noite anterior. Conversamos apenas uma vez, rapidamente, durante a sua participação em um evento sobre gênero e sexualidade que estava acontecendo em Campina Grande/PB. Optei por não prolongar nossa conversa, pois ele estava muito ofegante e ainda havia muitas outras pessoas para cumprimentá-lo – inclusive, alguns dos seus “filhos”. Agora, resta-nos buscar compreender sua experiência a partir do que suas obras relatam, bem como, de outros rastros e vestígios que a evidenciam.

¹Pelo apoio oferecido aos homens transexuais em suas redes sociais, além de uma vida que marca historicamente o processo de transição FtM (*Female to Male*), João Nery era visto por estes como um tipo de “pai”, que orientou e serve de inspiração para enfrentar o processo de transição, individual e socialmente.

Antes de adentrar nas problematizações dispostas nos capítulos deste texto, é importante dizer que a temática dessa pesquisa surgiu a partir da grande afeição pelo cinema, atrelada ao pensamento crítico incentivado pelos debates ocorridos durante os anos dedicados ao curso de História. Os filmes dramáticos *Boys Don't Cry* (1999), *Albert Nobbs* (2011), *Tomboy* (2011) e *A garota Dinamarquesa* (2015), suscitaram o interesse no objeto que essa pesquisa propõe abordar. A dramatização dessas obras cinematográficas, ao tratarem das vivências e conflitos experienciados por travestidos e transexuais em determinados tempos históricos, provocou problematizações acerca da temática, principalmente no que se refere ao contexto brasileiro.

Nesse sentido, encontrar a trajetória de João W. Nery, narrada em sua autobiografia *Erro de Pessoa: Joana ou João?* (1984), foi como achar o pote de ouro escondido no fim do arco-íris. Nascido no Rio de Janeiro em 1950, onde viveu até os 27 anos com um corpo de anatomia feminina, João Nery começou a passar pelo processo transexualizador² a partir de 1977, registrando as primeiras intervenções cirúrgicas para readequação sexual em um trans-homem³, no Brasil. Um olhar atento para a sua narrativa, torna possível uma reflexão historiográfica sobre algumas implicações do que era ser transexual entre as décadas de 1970 e 1980 na sociedade brasileira. A narrativa autobiográfica de Nery utiliza a memória enquanto instrumento de afirmação da identidade trans, expressando a realidade social de um grupo marginalizado e silenciado, que buscou e ainda busca o reconhecimento de sua existência e afirmação de seus direitos.

Vale salientar que, na década de 1980, encontramos mais duas publicações que narram a vivência de pessoas trans: *A queda para o alto* (HERZER, 1982) e *Meu corpo, Minha prisão* (ÁDREON, 1985). A história de Anderson Herzer, publicada postumamente, possui 25 edições. Esta obra alcançou grande repercussão, e serviu de inspiração para a obra cinematográfica *Vera* (1986), dirigida por Sérgio Toledo. Além disso, foi traduzida para o alemão (*Ich, Anderson bigode*, 1990) e o italiano (*Io*

²Conjunto de alterações corporais e sociais que consubstanciam a transição do gênero atribuído para o gênero identificado, sendo a cirurgia de redesignação sexual uma das etapas desse processo (BENTO, 2006).

³Os termos que definem os sujeitos trans não são consenso. De acordo com Ávila (2014), trans-homens são indivíduos que foram identificados como meninas no nascimento, mas se identificam com o gênero masculino. Nesse sentido, utilizamos o termo trans-homem pois João Nery, a partir dessa identificação, objetivava enfatizar o termo “trans” como motivo de orgulho. Diz ele: “Afirmo não querer ser um homem cisgênero, aquele cujo gênero está de acordo com o corpo com que nasceu, tal como definido por uma sociedade que considero biocontroladora, machista e misógina”. (NERY et al., 2017, p. 61)

Anderson bigode, 1999). Todavia, as obras citadas não foram trabalhadas nesta pesquisa.

Recentemente, a historiografia tem demonstrado que, não apenas os indivíduos socialmente notáveis, mas também as pessoas comuns, constroem narrativas significativas sobre suas épocas. Além disso, que todos eles também estão inseridos em complexas dimensões e relações ligadas aos contextos que vivenciaram, o que reverbera nos processos de construção e reconstrução de suas memórias. Apesar das divergentes opiniões sobre o assunto, uma infinidade de pequenos relatos e múltiplas identidades ganha atenção, passando a ocupar lugares de legitimidade e enunciação, que por muito tempo foram monopolizados pelos grandes relatos e identidades hegemônicas.

Na Europa dos séculos XVII, XVIII e XIX há inúmeros casos de mulheres que se travestiam de homens, performando trejeitos e ocupando espaços que não lhes eram permitidos, por inúmeras razões de ordem econômica e social, algumas chegando a casar e constituir uma família⁴. Dekker e Van de Pal (2006, p. 58) argumentam que o número considerável de mulheres que se vestiam e viviam como homens nessa época, sobretudo na Holanda, Alemanha e Inglaterra, aponta a existência de uma tradição subterrânea da travestilidade de mulheres na cultura popular. São inúmeros os exemplos de santas, soldados, operários e artistas, personagens presentes na literatura e nas artes, que ocuparam espaços socialmente destinados aos homens, como, por exemplo, Santa Marina - Marino, Joana D'Arc, Amélio Robles⁵, entre outros.

Segundo Parker (1991, p. 13), a “experiência sexual, como toda experiência humana, é menos o resultado de uma natureza humana imutável do que o produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos”. Nas últimas décadas, percebe-se que as condições culturais, sociais, políticas e econômicas cederam espaço para a propagação de diferentes discursos acerca da sexualidade, dando visibilidade às que são tidas como “dissidentes”, embora ainda sejam mantidas muitas diferenciações e divisões hierárquicas.

O tema da sexualidade, observado e questionado por meio de diferentes pontos de vista, tem sido utilizado como principal campo de estudo na busca pela gênese das normas que regularizam o comportamento de homens e mulheres dentro de uma

⁴A expressão *Female Husband* (FIELDING, 1746) refere-se às pessoas nascidas com o sexo biológico feminino, que tinham um comportamento e visual dito masculino, e mantinham uma relação estável com outra mulher.

⁵ Ver CANO, 2004, pp.115-150.

determinada cultura. Durante o século XX, houve uma efetiva reformulação dos pressupostos acerca da sexualidade humana, a partir das mudanças ocorridas nas áreas da psicologia, sexologia e sociologia, mais especificamente no continente europeu.

No caso do Brasil, inseridos num contexto patriarcal, os conceitos de macho e fêmea, masculinidade e feminilidade, foram basilares na construção de significados sexuais. As diferenças anatômicas foram transformadas em noções culturais de gênero, moldando corpos e ditando suas práticas, as quais contribuíram, de acordo com Parker (1991), na construção de um sólido e complexo sistema de dominação simbólica. Durante a década de 1980, a sexualidade, enquanto debate abordado na sociedade brasileira, girava em torno de três eixos temáticos: aborto, direitos das minorias sexuais e propagação da AIDS, essa última chegando a ser conhecida como “câncer gay⁶”.

Em um quadro geral, as práticas sexuais (permitidas e/ou proibidas) eram, simultaneamente, delineadas a partir dos conceitos de gênero enfatizados na cultura popular, da renúncia à carne defendida pela ideologia religiosa, e da interrogação dos “desejos perigosos” pelo pensamento científico e médico. Parker (1991) argumenta que, apesar disso, as transações sexuais aconteciam no contexto privado, na realização do desejo, na busca por prazer e paixão. Nesse sentido, apesar da divisão hierárquica, a prática referente a gênero e sexo é permeada por contradições. Para esse autor, as classificações que mapeiam o universo sexual no domínio público podem ser, no mundo da experiência privada, invertidas, distorcidas e/ou transcendidas, com as relativizações das “limitações”.

É interessante destacar que até finais do século XX, a sexualidade humana e os estudos sobre sexo e gênero eram quase ignorados enquanto objeto de análise das pesquisas sociais. O desejo de que o assunto não adentrasse entre os problemas da vida em sociedade limitou o tema “sexo” ao campo das ciências biomédicas. De acordo com Trindade (2016), apenas recentemente a marginalização da sexualidade está cedendo lugar para uma reflexão política e social.

A hostilidade contra pessoas que contrariam a heteronormatividade não é um fenômeno natural e universal. Ao contrário, tem historicidades; seus significados são

⁶ No início da década de 1980, ainda não se conhecia o agente etiológico e as formas de transmissão, mas o estigma e a discriminação referentes à AIDS se manifestaram de várias formas, principalmente nas expressões “câncer de gay”, “Síndrome da Ira de Deus” ou “peste de gay”. Estas expressões passavam a ideia de que a doença seria uma espécie de castigo divino contra pessoas cujo comportamento sexual não condizia com os dogmas cristãos.

datados. Os números trazidos pelo dossiê *A geografia dos corpos das pessoas trans* (2017), organizado pela Rede Trans Brasil, permite-nos afirmar que a violência e a abjeção contra essas pessoas existiam antes da ditadura e não se extinguiram após a redemocratização. Uma pesquisa realizada pela rede Transgender Europe (TGEU), coloca o Brasil na posição de país que mais mata pessoas trans e gênero-diversas do mundo⁷.

Com esses dados alarmantes, atrelados ao atual momento histórico do Brasil, no qual discursos de ódio ganham espaço e são potencializados por sujeitos políticos e grupos sociais conservadores, cujas concepções naturalizam a intolerância às diferenças, esta pesquisa tem a intenção de fazer com que repensemos a maneira como a sociedade encara os transexuais.

As dificuldades enfrentadas por aqueles que burlam o que é socialmente imposto aos gêneros firmam os laços entre pesquisa e pesquisador, auxiliando no autoconhecimento e militância pessoal, na teoria e prática cotidiana. Nesse sentido, destacamos a necessidade de abordar a transexualidade a partir de perspectivas que transcendam os discursos patologizantes que perduram.

Nas décadas de 1970 e 1980, temporalidade que exploramos neste trabalho, tem-se, inclusive no Brasil, o início da expansão de pesquisas sociais sobre gênero e sexualidade, abrindo espaço para temáticas como a transexualidade. O aumento do interesse sobre essas temáticas foi possibilitado, principalmente, pelas transformações socioculturais relacionadas à visibilidade pública do movimento de luta pelas causas LGBTTQIA+⁸'s. Entretanto, os trabalhos que analisam as transvivências, ou experiências subjetivas de transexuais, ainda são escassos e limitados⁹, principalmente quando referentes aos trans-homens¹⁰, que parecem ter ainda menos visibilidade.

Essa constatação provoca reflexões sobre as dificuldades de estudos sobre a temática, a partir dos processos históricos que promoveram o silenciamento e

⁷ A atualização do *Transgender Day of Remembrance* (2016) revelou um total de 295 casos de assassinatos registrados de pessoas trans e gênero-diversas entre 1 de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016 em 33 países, com a maioria no Brasil (123), México (52), EUA (23), Colômbia (14) e Venezuela (14) (TGEU, 2016)

⁸A sigla faz referências as identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers Intersexuais e Assexuais, enquanto o sinal de “+” corresponde as demais possibilidades de orientação sexual e/ou de identidade de gênero.

⁹ Ver JAYME, 1999; PATRÍCIO, 2002; SAADEH, 2004; BENTO, 2006; LEITE JR, 2008; TEIXEIRA, 2009.

¹⁰ Ver ÁVILA & GROSSI, 2010; ALMEIDA, 2012.

invisibilidade desses grupos. Com o advento da teoria da performatividade para os estudos sobre gênero, houve uma explosão de pesquisas sobre como o gênero é construído nas/pelas práticas dos indivíduos. Grande parte dessas pesquisas lança seus esforços na tentativa de descrever as diferentes formas de construção de feminilidades; porém, na última década, as masculinidades também entraram em pauta.

Butler (2017) argumenta que os substantivos “homem” e “mulher”, bem como os atributos de gênero que lhes são correspondentes, somente são estabilizados quando submetidos a parâmetros normativos correspondentes ao binarismo de gênero e pela heterossexualidade compulsória. Para a autora, sem o pressuposto da heterossexualidade como regra não haveria porque diferenciar continuamente homens e mulheres enquanto critério de determinação da inteligibilidade e da estabilidade dos sexos e dos gêneros. O que está em jogo, então, é o estabelecimento de uma cadeia causal entre sexo-gênero-desejo, na qual os corpos e sexos opostos devem se atrair e os iguais devem se afastar.

As diversas expressões das transmasculinidades são vivenciadas por sujeitos que, biologicamente, foram designados como mulheres ao nascer, mas que se desidentificam com essa categoria e/ou manifestam identificações e corporalidades consideradas masculinas. Suas experiências contradizem os modelos de gênero e sexualidade normativos que exigem e naturalizam uma coerência entre o corpo, identificações/expressões de gênero e desejo. Como parte do/s processo/s de transmasculinização, muitos destes sujeitos realizam ou desejam realizar intervenções hormonais e/ou cirúrgicas em seus corpos, demandando acompanhamento médico integral e especializado.

A transexualidade vem sendo historicamente construída enquanto uma identidade que precisa ser corrigida e adequada ao molde binário. A construção de uma identidade trans é aqui pensada a partir das criações sociais que diferenciam os corpos sexualizados em uma dicotomia entre o natural (sexo) e o cultural (gênero). O gênero assume posição de “tecnologia social heteronormativa”, de acordo com a qual o lugar privilegiado de poder é da heterossexualidade.

A experiência individual de João Nery (1950-2018) expressa significativamente o que pensa uma cultura conservadora acerca das experiências de gênero e sexualidade relativas ao período da transição da década de 1970 para 1980. Nesse sentido, o estudo da trajetória desses transexual, por meio de sua autobiografia, abre possibilidades para

abordarmos a transexualidade, analisando discursos, possibilidades e implicações em torno da pessoa trans durante o período citado.

O relato de João Nery (1984) possibilita uma reflexão historiográfica sobre o que era ser transexual no período citado. A narrativa assume o espaço de afirmação da identidade, cujas dimensões subterrâneas seriam a expressão de grupos marginalizados, silenciados, minoritários, que buscam o reconhecimento de sua existência, a afirmação de seus direitos e a apropriação de sua historicidade. Nesse sentido, consideramos que a construção de uma identidade tem ligação direta com os critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, através da constante negociação direta com o meio social (POLLAK, 1989).

Quando pensamos nessa obra enquanto fonte histórica, entendemos que o processo de biografização é realizado a partir da sensibilidade histórica dos indivíduos que permite a eles se situarem entre o presente e o passado. No caso específico aqui analisado, o autor, partindo da rememoração da própria vida, selecionou acontecimentos que considerou mais significativos da sua experiência enquanto transexual e os conectou, realizando o que Bourdieu (1996, p. 184) entende por “criação artificial de sentido”. Nessa perspectiva, destacamos que João Nery, ao escrever sua obra, estava imerso no tecido social e histórico ao qual pertencia, deixando transparecer suas peculiaridades; a escrita deste sujeito é indissociável da sua paisagem contextual, o que envolve as discussões que estavam sendo desenvolvidas no campo científico.

Destarte, entendemos que a escrita de um testemunho é de suma importância por também abordar o significado dos acontecimentos para quem os vivenciou, narrados a partir de uma linguagem própria. Os discursos presentes nas obras de João Nery (1984; 2011) estão postos, como considera Michael Pollak (1992), enquanto narrativas de memórias que foram construídas, consciente ou inconscientemente, social ou individualmente, ligadas ao sentimento de identidade. Nessa perspectiva, a narrativa aparece como um campo regular, que manifesta a subjetividade, na qual buscamos reconhecer uma realidade multifacetada, socialmente construída por João Nery.

Para isso, também utilizamos alguns jornais, tais como, o *Lampião da Esquina* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *Folha De São Paulo* (SP) e *Diário de Pernambuco* (PE), cujas representações possibilitaram compreender a experiência social em que a autobiografia foi produzida. Os textos produzidos pela imprensa, independentemente de seu perfil, estão envolvidos em um jogo de interesses, ora convergentes, ora

conflitantes. Levamos em consideração que esses documentos estão inseridos na defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público-alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais.

A discussão proposta nesta pesquisa tem a intenção de provocar reflexão sobre a funcionalidade da generalização de aspectos individuais, que naturalizam as pessoas e suas vivências dentro de um quadro binário, em que o órgão sexual de nascimento é responsabilizado pela divisão da sociedade em dois grupos distintos – homens e mulheres –, deixando os que fogem à regra em posição de anormalidade. Analisar a trajetória de João W. Nery também é refletir sobre a construção social de discursos e mentalidades, reforçando o seu caráter histórico.

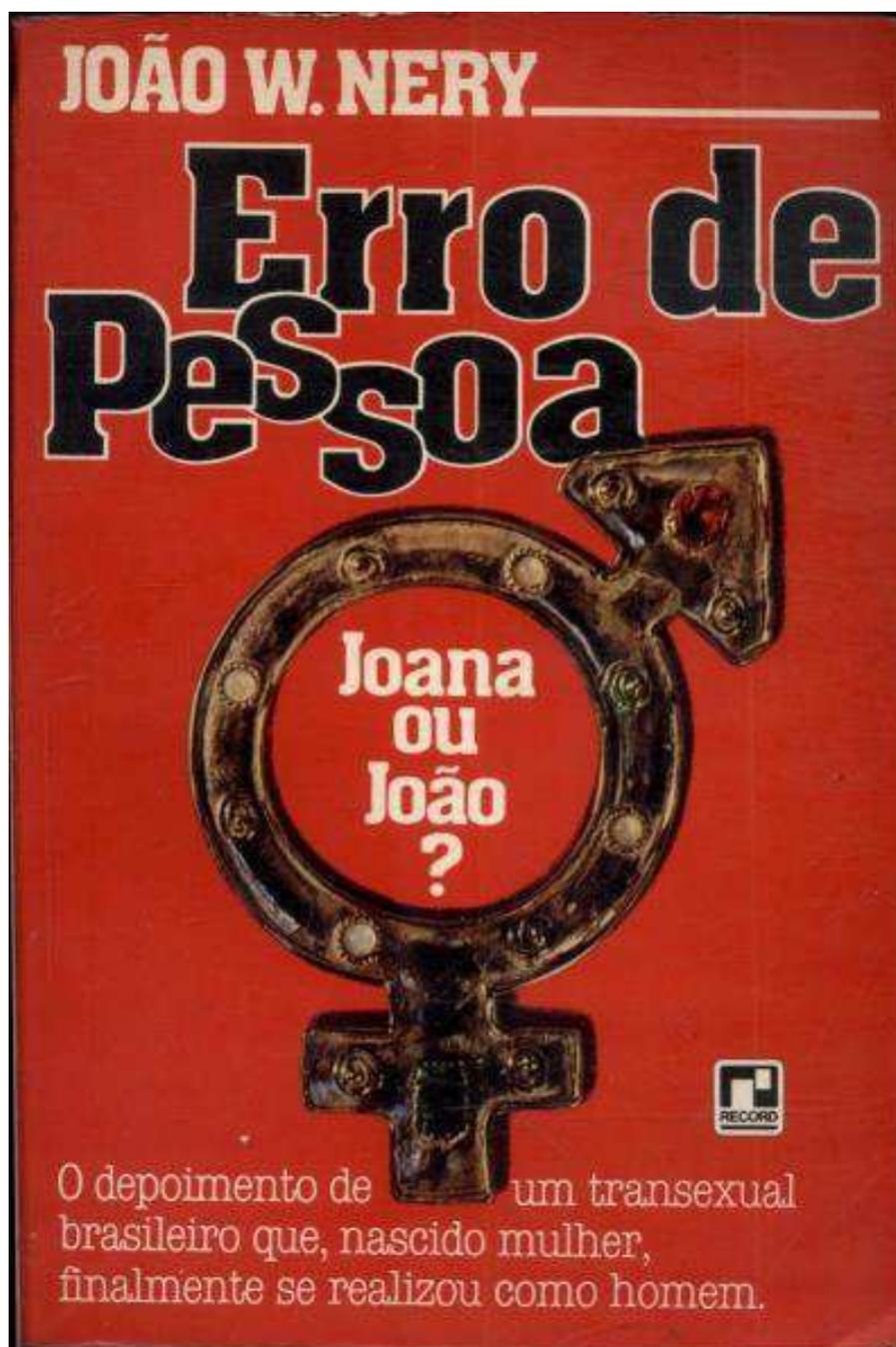
Nesse sentido, organizamos a dissertação em três capítulos. No capítulo I, apresentamos a obra *Erro de Pessoa*, publicada em 1984, principal fonte dessa pesquisa. A trajetória de João Nery é abordada a partir de uma experiência individual que inclui os seus passos iniciais para a transição social e corpórea enquanto sujeito transmasculino. Discutimos, a partir desses pontos, as condições que possibilitaram a produção de uma narrativa autobiográfica, que objetivava trazer à tona experiências sócio-individuais de um transexual, no contexto da década de 1980.

No capítulo II é apresentado, através das informações presentes na narrativa de Nery e em alguns dos principais periódicos da época, um panorama das narrativas históricas que circundavam o conceito de transexualidade entre as décadas de 1970 e 1980, enquanto termo utilizado pelo discurso médico patológico. A mídia tem papel fundamental na construção de ideias e concepções sociais sobre determinados assuntos de interesse público, por vezes polêmicos. Nesse sentido, consideramos as possibilidades e implicações acometidas pela construção midiática da representação social referente à transexualidade, em alguns momentos compreensiva, em outros receosa e amedrontadora.

No capítulo III são discutidos os espaços limítrofes e transgressores no que se refere aos papéis culturalmente construídos acerca dos gêneros sexuais. Entendendo o corpo como um território de fronteiras que articula a sua materialidade tanto por meio de traços físicos, ou características observáveis, como pelos traços demarcados pela linguagem, o corpo transexual representa a contradição de um sistema de gênero binário e heterossexual; sua existência reafirma a possibilidade de refutação da

heteronormatividade compulsória. Destarte, abordamos os constrangimentos e as dificuldades enfrentadas por João Nery, ocasionados pela utilização de alguns espaços, públicos e privados, em virtude da falta de documentação exigida pelo sistema legal ou pela distinção entre corpo e gênero, assim como sua relação familiar em meio ao seu processo de transição.

CAPÍTULO I
TRANSTORNADO: JOÃO NERY E SUAS DUAS VIDAS



Capa do livro “Erro de Pessoa: Joana ou João?” publicada por João Nery em 1984. (Fonte: Arquivo pessoal da autora)

CAPÍTULO I – TRANSTORNADO: JOÃO NERY E SUAS DUAS VIDAS

Estes percorreres por aí à balda,
 nestes saudosos antigos eus.
 Qual deles deixei no meio da estrada
 e em que sombra,
 me persegue até onde sou?
 Até que fundo somos? (Fomos?)
 Esse nós que no meu eu se alimenta,
 e que diante do espelho, volta a mim e não me encontra –
 – essa própria alteridade comigo mesmo,
 como um possível outro, que em mim se empenhou.
 Agora não mais o sei o meio de mim:
 se o animal legítimo, que desde a infância medra,
 se os estrangeirismos, de línguas-vossas.
 Só sei que não me atenho ao que me assino.
 A identificação foi negada,
 por este conhecimento que me fizeram,
 da pura solidão do conhecido¹¹.

O poema que abre este capítulo, escrito por João Nery em 1975, período no qual ele se recuperava dos processos cirúrgicos pelos quais passou, demonstra a sua insatisfação em não se reconhecer enquanto pessoa do gênero que lhe foi imposto ao nascimento e que constava em sua assinatura, perdido entre o que lhe era esperado socialmente e o que descobriu ser sua identidade.

Sendo o sujeito uma produção da ordem social que organiza a experiência dos indivíduos de determinado momento histórico a partir da subordinação a regras, normas e leis específicas, imagina-se a situação em que vivem aquelas/es que ocupam um lugar inferiorizado numa sociedade heterocentrada: uma existência exclusiva e marginalizada, submetida a um sistema de constrangimentos que agem com essa finalidade. Esse é o contexto de vivência das pessoas que diferem da hetero-cis-normatividade¹².

Todavia, é preciso pensar sobre as diferentes formas que elas e eles encontraram para resistir à dominação, produzindo novos modos de vida, criando espaços de liberdade e, de certa forma, um mundo particular, como possibilidades de (re)existência,

¹¹ Poema *Corte em mim* (NERY *et al*, 2017, p. 96)

¹² Hetero-cis-normatividade define um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle. Sua funcionalidade é formar todos para serem heteros-cis ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade e cisgeneridade. “Gênero” pode ser pensado enquanto “aparato mesmo de produção mediante o qual os sexos são estabelecidos”, de modo que “ele também é um meio discursivo pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como pré-discursivo” (Ver BUTLER, 2017).

aqui analisadas com enfoque nas décadas de 1970 e 1980. É importante atentar para os processos de subjetivação que recriam uma identidade pessoal a partir de outra atribuída *a priori*, ressignificando a própria subjetividade, a fabricação de si mesmo, e produzindo novas formas de se relacionar com o outro.

Nesse sentido, em 1984, enquanto o Brasil passava pelos anos finais da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), já em processo de redemocratização, Paulo Albernaz Mello Bastos, conhecido pelo pseudônimo João W. Nery¹³, publicou sua primeira autobiografia. Nascido no Rio de Janeiro em fevereiro de 1950, onde viveu até os 27 anos atendendo pelo nome de Joana¹⁴ e exibindo um corpo anatomicamente feminino, João Nery é identificado como o primeiro homem transexual¹⁵ brasileiro a passar pelos processos cirúrgicos para readequar seu corpo a sua identidade de gênero¹⁶.

Identificado no período como “transexual feminino”, a terminologia atual classifica João Nery como um homem trans, ou trans-homem, forma de identificação subjetiva que leva à adoção da aparência corporal e do papel social de gênero atribuído ao sexo masculino. Essa identificação supõe uma rejeição radical a aparência corporal biologicamente identificada como feminina. Nesse sentido, a palavra transexual faz referência à mudança de sexo, alcançada através de intervenções cirúrgicas e terapias hormonais que transformam definitivamente as características sexuais do corpo.

Ao afirmar que, até a publicação da obra, não conheceu outra pessoa que tivesse passado por transição semelhante a sua, João Nery demonstra o quanto as técnicas cirúrgicas nos casos de FtM (*Female to Male*) – transição de mulher para homem –, eram experimentais e com resultados insatisfatórios, problemas que ainda persistem atualmente, apesar dos avanços. Suas cirurgias para remodelar os seios e “masculinizá-los” (mamoplastia masculinizadora), assim como remover/extirpar os órgãos reprodutores internos (pan-histerectomia) começaram a ser realizadas durante o ano de 1977. Além dessas, Nery também fez uma “neouretra”, com o objetivo de poder urinar

¹³ Pseudônimo utilizado pelo autor na obra e na vida pública.

¹⁴ Não há oficialização desse como sendo o seu nome anterior, podendo se tratar de outro pseudônimo escolhido para referenciar o período transcorrido com a identidade feminina.

¹⁵ A transexualidade, entendida enquanto uma “disjunção” hegemônica entre sexo informado e identidade de gênero, é reclamada pelos homens trans como matéria de gênero, e não de habitus erótico – que tem sido colocado como sinônimo comum de “sexualidade” (Ver SIMOES & CARRARA, 2014, pp.75-98). Desse modo, entendemos como homem trans todo sujeito que, tendo sido classificados ao nascer enquanto mulher, reivindicam não ter encontrado a correspondência esperada socialmente entre anatomia e gênero, demandando reconhecimento político, biomédico, social e cultural enquanto homem.

¹⁶ A identidade de gênero é uma categoria da identidade social e refere-se à identificação do indivíduo como homem ou mulher, ou, ocasionalmente, com alguma categoria diferente de homem ou mulher.

em pé, já se encaminhando para uma futura faloplastia (construção do pênis). As cirurgias foram realizadas sob a responsabilidade do cirurgião plástico Roberto Farina, vinte anos antes dessas cirurgias serem legalizadas no Brasil¹⁷. Nesse contexto, procedimentos cirúrgicos como esses eram vistos como “mutilação do corpo” e, por isso, criminalizados.

Em suas narrativas, Nery relata as experiências de discriminação a partir de marcos significativos, como sua rejeição à feminilidade outorgada pelo binarismo de gênero (com base no sexo biológico), e por experiências sociais variadas de sexismo e homofobia em decorrência dessa rejeição, que perpassam o período que vai da sua infância à fase adulta. Estas ideias vão sendo expostas a partir de memórias dos acontecimentos passados, quando ele, ao observar seu cotidiano, se sentia um ser a parte, na busca por compreender suas aflições identitárias e sexuais.

Ao retratar as memórias da infância – enquanto ainda era identificado como “Joana” – João Nery evidencia o seu estranhamento para com o comportamento que lhe era exigido, e a interferência dessas ações na sua personalidade. De acordo com suas palavras, os questionamentos começam a surgir pela falta de compreensão da família em relação aos seus desejos que fugiam do “universo feminino”.

Por estar sempre sendo podado por todos, sem que ninguém compreendesse o que eu era, principalmente porque faziam questão de me ver como nunca fui, tornei-me um ser acuado. Não conseguia entender por que faziam questão de me tratar como se eu fosse uma menina! Sabiam que eu não gostava disso! Por que insistiam em me fazer mal, em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo (NERY, 1984, p. 25).

Vale salientar que por toda a narrativa, João Nery deixa claro uma necessidade em ser socialmente reconhecido como uma peça fundamental para o seu próprio auto-reconhecimento. Com essa finalidade, ele destaca a importância da imaginação, na busca por diminuir a distância entre a imagem que tinha de si mesmo e a que os outros

¹⁷ A legalização desses procedimentos, para as pessoas transexuais, ocorreu inicialmente no sistema privado, em 1997, através da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.482, enquanto solução terapêutica para adequar a genitália ao sexo psíquico. No sistema público de saúde, isso se deu em 2008, através das Portarias 1.707 e 457, que instituiu e regulamentou, respectivamente, o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde. Para a realização das intervenções cirúrgicas é exigido estar enquadrado nos critérios estabelecidos na resolução do Conselho. Uma equipe (psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social) deve produzir um laudo unânime sobre a necessidade do procedimento, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto. (Conselho Federal de Medicina. [1997, 19 set.]. Resolução no. 1482 de novembro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF)

faziam dele. A partir desse dilema identitário, são demonstrados os seus conflitos e inquietações, em torno de questões como: “Quem era eu? Um ser de outro planeta? Um louco? Um alejado?” (NERY, 1984, p. 36).

Segundo sua ideia pessoal sobre essas questões, Nery afirmava que a imagem individual de cada um é perpassada pelo olhar do outro que lhe rodeia, o qual serve de referência para sua auto-avaliação, auto-enquadramento dentro do meio social. Nessa perspectiva, acreditava não se encaixar no grupo majoritário, e nem mesmo em nenhum dos minoritários que passavam a reivindicar direitos nesse período.

Assumindo papéis masculinos nas suas brincadeiras, assim como desempenhando tarefas imaginárias que correspondiam ao “universo masculino” proposto para a época, João Nery encarnava um viúvo que morava na casa dos patrões (representados por seus pais), ou fazia da escola um “escritório”. Por esse comportamento, a mãe resolveu levá-lo, aos 9 anos de idade, para ser acompanhado por uma psicóloga. A mãe buscava saber o que havia de errado, e como deveria proceder. O diagnóstico, no entanto, em nada ajudou às angústias da “menina que se comportava como menino”. Para a psicóloga, o caso era de fixação no pai, que gerava o desejo de imitá-lo, com a finalidade de chamar atenção. Por fim, algo que passaria com a idade.

Para Nery, já formado em Psicologia quando escreveu a autobiografia, a psicóloga atendia aos moldes clássicos da profissão, baseada em modelos prontos que ele considera “psicodiagnósticos”, baseados em estereótipos que não atendem à complexidade humana. Sua percepção denota um certo descrédito com a profissão, tendo em vista suas experiências problemáticas com esses profissionais. A tentativa de procurar novamente por acompanhamento terapêutico, quando já estava decidido a passar pelos procedimentos cirúrgicos, só lhe rendeu mais traumas.

Com o tempo, a discrepância entre o diagnóstico da psicóloga e o comportamento de João Nery foi sendo confirmado. Ao abordar o “crescimento não-grato” do seu corpo, ele utiliza termos como “coisas” ou “apêndices”, referindo-se aos seios, e “monstruação”, sobre o seu período menstrual, enfatizando o incômodo que essas características lhe despertavam. Por serem traços corpóreos do sexo feminino, os quais começaram a surgir a partir dos seus 14 anos de idade, foram tratados com repugnância e tristeza, pois evidenciavam formas que não correspondiam ao gênero com o qual sua mente sentia maior identificação.

Essas experiências e marcos culminaram na decisão de, em determinado momento da sua vida, reclamar a identidade masculina que por tanto tempo lhe foi negada. Tal decisão parece estar associada não só à possibilidade de obtenção de conforto psíquico, mas também de respeito e reconhecimento social, o que é encarado por muitos como a realização de um sonho.

Todos os procedimentos a que ele se propôs a passar baseavam-se em modelos experimentais; estava disposto, como afirma em seus escritos, a ser transformado em cobaia da ciência. A escolha de Nery por não fazer a faloplastia é muito significativa, tendo em vista o olhar falocêntrico da sociedade, presente nas representações sobre a experiência masculina, como se os seus comportamentos e significados fossem indissociáveis da presença material do pênis (NERY *et al.*, 1988, p. 115).

Embora, a partir do século XIX, a ciência tenha começado a repensar a ideia de que o corpo seria o único representante de um “sexo verdadeiro”, essa concepção ainda prevalece como verídica para a maioria da população, com base, principalmente, no ideal cristão de que o sexo biológico atende a um desejo divino. As questões citadas até aqui servem de base para pensar as condições históricas que possibilitaram a produção de uma narrativa autobiográfica, que tinha como principal objetivo trazer à tona experiências socio-individuais de um transexual.

1.1 “E POR QUEM FOI QUE ME TROCARAM?”: INDÍCIOS DE UM FÊNOMENO TRANSEXUAL

A travestilidade das mulheres assumiu diferentes conotações ao longo da história. No século XIX, o discurso médico estabeleceu a correlação entre travestilidade e “inversão sexual”, dando-lhe um caráter que pode ser entendido como “sexualizador”, ao associar homossexualidade e masculinização feminina. Este deslocamento que se opera na segunda metade do século XIX traduz a vontade de solidificar uma norma heterossexual e de catalogar (e estigmatizar) os desvios.

Entre os séculos XIX e XX, a sexualidade foi marcada por uma crescente interferência da medicina neste domínio, seja pelo desenvolvimento das tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas) que conferem às sexualidades não conjugais novo estatuto, seja por uma "imensa vontade de saber" sobre ela, na psicanálise e em outras disciplinas correlatas.

Michel Foucault (1988) considera que esse período marca uma intensa interligação entre a sexualidade e o poder. Segundo ele, ocorre a consolidação de um modelo de controle social, marcado pelo forte investimento político na vida, na “qualidade” das populações, na reprodução individual e coletiva, que estabelece como domínio da sexualidade a articulação desses dois planos da reprodução. Este modelo foi denominado por Foucault de “biopoder”, que se fundamenta, principalmente, nas práticas e discursos da medicina, com a incitação aos prazeres, valorização do desejo e sensações, em concomitância com a “explosão discursiva sobre o sexo”, substituindo o anterior controle excessivo e repressivo da sexualidade, e a reafirmação da aliança e do casamento.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Foucault propôs uma compreensão acerca da sexualidade enquanto produto de quatro tecnologias, sendo elas: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras e a psiquiatrização do prazer perverso. O autor questiona uma ideia naturalizada da sexualidade, cuja verdade intrínseca poderia ser apreendida pelas ciências médicas e psicológicas. Destaca, ainda, o caráter artificial na regulação de corpos, comportamentos e produção de subjetividades, a partir de uma rede de saberes e poderes que se apropriam do corpo em sua materialidade e o investem de significação e inteligibilidade, a qual ele denominou como “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p. 101).

O impulso por conhecer cada vez mais tornou a sexualidade objeto de estudos empíricos que passaram a focalizar o modo como as pessoas se comportavam sexualmente. As pesquisas sobre o comportamento sexual masculino e feminino estavam baseadas, especialmente, no contexto da população americana, e foram realizadas pelo biólogo Alfred Kinsey (*et al.*, 1948; 1953). Seus relatórios objetivavam analisar o que se passava em uma área particular da atividade social, mas foram responsáveis pelo início de debates e (re)investigações sobre a temática. Essa abordagem sobre o comportamento sexual representou uma ruptura com os estudos de

sexologia clínica do fim do século XIX e início do século XX, que abordavam os ditos “desvios sexuais¹⁸”, e com os estudos fundados sobre a moral religiosa, a medicina ou a criminologia¹⁹.

Apesar de terem contribuído para explicitar certos aspectos da sexualidade contemporânea, tais estudos também foram responsáveis por reduzi-la à sua dimensão puramente comportamental, reforçando as categorias naturalizadas das explicações biomédicas sobre a sexualidade. De acordo com Leite Jr. (2008), essas novas categorias sexuais atendiam a uma finalidade específica, e não partiam apenas do discurso científico, como também atendiam as reivindicações de outros grupos sociais.

As novas categorias sexuais criadas pela ciência, do último terço do século XIX ao primeiro do século XX, demonstram a tentativa de organização e sistematização dos novos padrões de corpo, visões de sexualidade e relações de gênero, em uma também recente ordem social. Neste processo, a medicina e as ciências da psique não foram poderes impositivos absolutos, mas forjaram suas novas categorias em diálogos com outros campos sociais, como a religião e, especialmente, os iniciantes movimentos pelos chamados direitos civis, como a primeira onda do feminismo e dos recém-classificados “homossexuais” (LEITE JR., 2008, p. 110).

A transexualidade, enquanto categoria médica que se distingue da homossexualidade e travestilidade, surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Sua história tem ligação direta com os avanços na área da endocrinologia, assim como das técnicas cirúrgicas e desenvolvimento do conceito de identidade de gênero, iniciado pelas ciências da psique. Os primeiros processos cirúrgicos para redesignação sexual²⁰ foram realizados na Alemanha e na Dinamarca, sendo os casos mais famosos o da dinamarquesa Lili Elbe em 1931, retratado na obra cinematográfica *The Danish Girl* (A garota Dinamarquesa, 2016), e da norte-americana Christine Jorgensen, em 1952. A

¹⁸ Ver KRAFFT-EBING, 2001; ELLIS, 1933.

¹⁹ Ver LANTERI-LAURA, 1979; TRILLING, 1948.

²⁰ No Brasil, uma reportagem de 1959 da extinta revista *O Cruzeiro*, intitulada *Maura Maria virou Mário*, aborda um caso de hermafroditismo (termo utilizado na época, que equivale a atual intersexualidade), sendo o primeiro caso cirúrgico brasileiro de redesignação sexual (o texto não deixa claro quais foram as cirurgias às quais Mário se submeteu). A história narrada é de Mário da Silva, que foi designado mulher ao nascer, mas que não se identificava com nada que fosse atribuído ao universo feminino, subvertendo todos os padrões e causando espanto na cidade de Itajaí, em Santa Catarina. Segundo a reportagem, o jovem, que até então era reconhecido como mulher, demonstrava não ter interesse em nenhum homem. Incentivado pela avó, que via algo de estranho no comportamento da até então neta, Mário resolveu se consultar com José Eliomar da Silva (1923-2011), médico respeitado na cidade e formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que se responsabilizou pela realização de duas cirurgias para adequar o corpo de Mário, com 18 anos de idade, a sua identidade masculina.

primeira faloplastia, por sua vez, foi realizada pelo cirurgião plástico Harold Gillies, no transexual britânico Laurence Michael Dillon (1915-1962), entre os anos de 1946 e 1949.

No Brasil, a primeira cirurgia do país em uma mulher transexual, Valdirene Nogueira, foi realizada em 1971 pelo cirurgião Roberto Farina, o mesmo que foi responsável pelas cirurgias realizadas em João Nery. O caso gerou polêmica nacional, virando manchete em vários impressos da época. O médico foi condenado em setembro de 1978, com a pena de dois anos de reclusão, sob a acusação de infringir o artigo 129, § 2º, III, do Código Penal Brasileiro²¹. O processo foi movido pelo Conselho Federal de Medicina, que o acusou de “lesões corporais dolosas”, entretanto, Farina foi absolvido das acusações no ano seguinte.

Os marcos citados demonstram um balanço das teorias e práticas envoltas nos debates acerca da transexualidade. A atual fundamentação teórica das políticas de saúde para a população trans tem seu lastro iniciado na década de 1960, com a publicação de *O fenômeno transexual* (1966) pelo endocrinologista e sexólogo alemão Harry Benjamin. Com este livro, o tratamento da transexualidade, enquanto patologia psíquica, passa a ser aplicado no âmbito da medicina, com Benjamin tecendo indicações acerca dos passos que deveriam ser seguidos para descobrir o “verdadeiro transexual”, defendendo ainda que a cirurgia de transgenitalização seria o único caminho para evitar o suicídio de pessoas transexuais.

O centro desse esforço em especificar o diagnóstico e tratamento da transexualidade se deveu a necessidade do corpo médico e sexólogo de separá-la da homossexualidade, também tratada à época a partir da nosologia, ramo da medicina que estuda e classifica as doenças. Por isso que Harry Benjamin mudou o “diagnóstico” de “inversão sexual” para “inversão sexual total” (e depois para “transexualismo”), designando os indivíduos “nascidos fêmeas” que “se sentem homens e querem a mudança de sexo” (RUBIN, 2003). Desse modo, é a partir das proposições de Benjamin que é criada a “Associação Harry Benjamin de Desordem de Identidade de Gênero” (HBIGDA, sigla em inglês), que passa a normatizar o “tratamento” (BENTO, 2006).

²¹ O Art. 129 do código penal brasileiro refere-se ao ato de “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”. O caso especificado se qualifica como “lesão corporal de natureza grave”, segundo o § 2º - III, quando se resulta de “perda ou inutilização do membro, sentido ou função”. A pena é de reclusão, que pode ir de dois a oito anos.

O que se vê ao analisar essa abordagem são as inúmeras restrições que a medicina elaborou para distinguir o que seria o “transexual verdadeiro”, reforçando o padrão cisgênero²² que distingue masculino e feminino. Como a obra foi escrita após ter passado pelos processos cirúrgicos, notamos como João Nery buscou respaldo para sua transexualidade, a partir de suas memórias. Embora se reconhecesse homem, faltava-lhe o reconhecimento social como tal.

Não à toa o ódio ao próprio corpo, aos órgãos e hormônios que auxiliam no crescimento dos seios e na chegada dos períodos menstruais que foram encarados por ele como repugnantes.

Ao mesmo tempo que meu corpo era eu, também não era. Quando tomava banho, por exemplo, sentia que não dava banho num corpo estranho, mas em mim. Quando havia um machucado, tratava dele, mas com a finalidade última de ficar bom. A própria gesticulação, os trejeitos das mãos, do rosto, etc. transmitiam o que eu sentia e queria dizer. No entanto, era por intermédio deste mesmo corpo, do que ele tinha e fazia, que as pessoas me confundiam com uma mulher! (NERY, 1984, p. 43).

A aversão exacerbada ao que o seu corpo demonstrava enquanto uma identidade feminina, acabou sendo utilizada como comprovação do incômodo gerado por ser um “homem aprisionado em um corpo de mulher” – frase encontrada repetidas vezes em sua autobiografia, assim como na divulgação de sua obra, pela imprensa.

O prazer sexual, inclusive, necessitava do reconhecimento da sua masculinidade pela parceira, o que muitas vezes lhe trazia dificuldades. Não aceitava ser tocado em sua genitália, muito menos ser penetrado. Com o intuito de ser visto enquanto homem, negava qualquer ação que acabasse por representar certa passividade. É válido lembrar que, no imaginário social, homens e mulheres assumem papéis de ativo e passivo, respectivamente, quando pensado na perspectiva de uma relação heterossexual.

Os sociólogos franceses Bourdieu e Passeron (1978) afirmam que as estruturas de dominação continuam se reproduzindo, apesar dos ideais feministas questionarem essas construções culturais e das mudanças que abalaram as relações entre os sexos, há mais de meio século. Caso que também atinge as/os transexuais, quando é constatado

²² Cisgênero ou cis: pessoas que possuem concordância com o gênero designado no seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse gênero.

que existe um tipo particular de violência simbólica exercida sobre aqueles/as que não se sentem contemplados/as pelo que é socialmente imposto a partir do seu sexo biológico de nascimento. Esse fator desencadeia uma série de violências sustentadas por esquemas de percepção no âmbito das mentalidades, baseada em uma visão androcêntrica²³ de mundo.

João Nery (1984, p. 44) relata o desconforto e a incompletude que ser identificado como homossexual/lésbica lhe trazia, enquanto não encontrava uma “definição mais precisa” para a forma como se sentia, pois, desconhecia outra categorização com a qual tivesse afinidade, e tampouco sabia de pessoas que se encontrassem na mesma situação. O grupo homossexual, no qual era geralmente enquadrado, não o reconhecia, na época, enquanto homem, mas aceitava sua relação com mulheres, com a condição de que ele também se colocasse como mulher. Nos outros grupos a que pertencia (profissional, estudantil e familiar), seu estigma era deixado em segundo plano, o quanto fosse possível.

Hall (2000, p. 106) considera que “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem em comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”. João Nery se via como alguém que nunca conheceu o “terreno” em que pisava, buscando, incessantemente, um grupo no qual pudesse se inserir e se identificar, a partir do seu estigma. Desse modo, a vivência enquanto lésbica foi utilizada como forma de identificação para atribuir alguma inteligibilidade à experiência que ele não sabia bem como nomear; uma alternativa que se aproximava, mas não deixava de ser insuficiente para dizer como se autoidentificava. Passando por esse conflito interno e contínuo, se surpreendeu quando, aos 16 anos, descobriu que era chamado de “Paraíba²⁴” entre os colegas de escola; a lesbianidade lhe foi designada por outros, alheios.

²³ Termo cunhado pelo sociólogo americano Ward (1903), para designar a tendência de colocar o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, acima de todos os outros.

²⁴ Paraíba, segundo Nery (2017, p. 63-64), era utilizado, na época, com o mesmo sentido do termo Maria-Homem. Provavelmente, uma referência a música *Paraíba* escrita por Humberto Teixeira (1946) e interpretada na voz de Luiz Gonzaga (1950). Embora a música tenha sido escrita como forma de homenagear a participação do paraibano João Pessoa na Revolução de 1930, muitos acabaram atribuindo-lhe uma referência a lesbianidade.

Inserido nesse contexto de dúvidas, Nery se viu como “fenômeno único”, travando batalhas diárias contra a marginalização²⁵. Buscando ser visto além do seu estigma, ele se engendrou pelos caminhos da intelectualidade, incentivado pelos familiares, com o intuito de amenizar a sua situação.

Descobri que a sociedade, em sua empedernida e bem traçada moral, não criticava um marginal se ele tivesse dinheiro ou intelectualidade. Ambas as situações eram dignas de respeito. Sua condição mudava até de nome: o marginal passava a ser “excêntrico”. Como a primeira alternativa era muito difícil de obter, resolvi firmemente me aliar à segunda. [...] Era uma questão de sobreviver com menos angústia (NERY, 1984, p. 44-45).

Em meio ao seu processo de socialização, João Nery considera ter passado por duas fases distintas: a primeira, observando e apreendendo as ideias levantadas pelos “indivíduos normais”, a partir de valores sociais que viam a sua situação como um estigma – fazendo com o que ele “tentasse ser mulher”; e a segunda, que ele definiu como “tomada da cicuta²⁶”, com a percepção de que tinha um “estigma bem particular” e que precisaria sofrer as consequências de tê-lo.

Atraído pelos “labirintos da mente”, ingressou no curso de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ainda com 19 anos. A convivência nesse novo ambiente acabou possibilitando que Nery passasse a expressar o seu gênero de novas maneiras, auxiliado pela influência alcançada pela moda Unisex do período, além de lhe colocar em contato com leituras fundamentais para modificar a sua percepção do mundo e de si mesmo. Afirma que se interessava mais pelos assuntos extracurriculares, principalmente as teorias acerca da sexualidade, o que fica perceptível no decorrer de sua obra.

Estigma, termo tão utilizado por Nery em toda sua autobiografia, é um conceito presente na sociedade desde a Grécia Antiga²⁷, porém, é a partir da década de 1960,

²⁵ No Brasil, pode-se afirmar que a temática da transição entre os gêneros, dissociada de sua associação com a criminalidade ou com a prostituição, e discutida pelos meios de comunicação de massas, deu-se a partir dos anos 80 com o “fenômeno Roberta Close”.

²⁶ Cicuta faz referência a grupo de plantas extremamente venenosas.

²⁷ “Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina

com o sociólogo canadense Erving Goffman, que lhe foi atribuído significantes os quais tomam a sociedade como participante do processo de formação. Arriscamos dizer que há grandes chances de João Nery ter tido contato com a obra *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, de Goffman, publicada pela primeira vez no Brasil, no ano de 1975.

De acordo com Goffman (1975, p. 12), “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Nesse sentido, os estigmas ocorrem a partir de três circunstâncias: primeiro, há as abominações do corpo (deformidades físicas); segundo, as culpas de caráter individual, como: vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade; e terceiro, os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e atingir por igual todos os membros de uma família.

Em determinado contexto histórico, a partir da relação entre os sujeitos e as estruturas sociais, podem ocorrer mudanças no curso do estigma, ocasionando alterações em suas descrições, nas categorias que o envolve e no próprio processo de estigmatização. Destarte, podemos dizer que a prática, a compreensão e a percepção do estigma são variáveis de acordo com a historicidade; enquanto alguns são perpetuados, outros são findáveis e característicos de um dado contexto histórico, social e cultural. A percepção de estigma modifica-se também entre os contextos sociais, sendo sutilmente diferente diante de cada um.

A tese elaborada pelos pesquisadores Ainlay; Coleman e Becker (1986) toma o conceito de estigma exposto por Goffman como fonte teórica primária. Para Goffman (1975), a sociedade é responsável por estabelecer os meios de categorizar as pessoas e os atributos tidos como naturais para os membros de cada uma dessas categorias. O estigma é estabelecido a partir desta lógica social, que dá identidades virtuais às pessoas não previstas nessas categorias, tidas como estranhas. Ainlay; Coleman e Becker (1986) pautam-se nessas questões acrescentando a tese de que o social englobado pela cultura modifica-se de acordo com o tempo e o espaço, portanto, os estigmas modificam-se

que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, houve alterações nos tipos de desgraças que causam preocupação. Os estudiosos, entretanto, não fizeram muito esforço para descrever as condições estruturais do estigma, ou mesmo para fornecer uma definição do próprio conceito.” (GOFFMAN, 1975, p.11)

paralelamente com ele, podendo ser distintos em cada cultura, ainda que durante a mesma época.

Nessa perspectiva, as tendências morais e intelectuais da época, assim como sua estrutura cultural, são elementos importantes para pensar sobre onde e quem determina o que é estigma. Ao mesmo tempo em que estigma está ligado à ideia de mudança em paralelo com o social e o cultural, as pessoas que compõem a sociedade são responsáveis pela sua perpetuação, através da aprendizagem social e da socialização. As palavras, por vezes poéticas, de João Nery demonstram que ele se via enquanto estigmatizado, travando uma luta constante para ser visto além desse estigma.

Esmolando aceitações, vivendo à sombra de um estigma de solução ignorada, assim eu caminhava, com uma tristeza de valente alegria. Alheado do que sabia, por não saber o que era, carregava um fecundo viver de esquivas: a sátira pungente de me sentir um homem eunuco, sem a permissão da deformação! (NERY, 1984, p. 59-60)

Sendo o indivíduo um ser social, seu comportamento, consciente ou não, está relacionado com determinada estrutura social e inserido numa rede de sociabilidades. Culturalmente, foram sendo estabelecidas funções distintas para cada pessoa, a partir do seu sexo biológico de nascimento, que corresponde, geralmente, à divisão binária estabelecida nas definições do que é “ser homem” ou “ser mulher”. Nesse sentido, observamos a busca por respostas travada por João Nery, que não se reconheceu no comportamento que lhe era esperado, e as consequências que isso ocasionou em sua trajetória.

1.2 “MUDANÇAS SEM NOME”: PRIMEIROS PASSOS PARA A TRANSFORMAÇÃO

O gênero, enquanto indicativo de uma construção cultural que determina o comportamento de homens e mulheres, se constitui em cada ato vivido, seja no plano das ideias ou das ações, a partir de variadas formas que, assim como discursos institucionais, têm o poder de controlar o campo das significações sociais e de produzir, promover e “implantar” representações de gênero (LAURETIS, 1987).

A masculinidade é definida por R. W. Connell (1995, p. 188) enquanto “configuração da prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de

gênero”. Para a autora, as masculinidades são construídas no âmbito da produção social, pois a configuração de práticas enfatiza aquilo que as pessoas fazem e não o que é esperado ou imaginado. Nessa perspectiva, a maioria dos homens internaliza a norma social que lhes dita como devem agir e sentir, distanciando-os do comportamento e interesses tidos como “femininos”.

Connell também argumenta que diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social. Por isso o uso no plural do termo “masculinidades” ao invés do singular. As relações de gênero incluem tanto as entre os homens quanto as desses com as mulheres. Essas são, em geral, atribuídas à dominação, marginalização e cumplicidade. Constitui-se aí uma forma hegemônica de masculinidade que esconde a variedade de práticas que a significam na dinâmica social.

Por sua vez, J. Halberstam (2008) problematiza o conceito de masculinidade, ao abordar o que denominou de “masculinidades femininas/sem homens” (*female masculinity*). Para ele, essa não deve ser reduzida ao corpo dos homens; não os pertence. Tal perspectiva incita a ampliação do olhar sobre as subculturas²⁸ de gênero, tantas vezes patologizadas, reprimidas e invisibilizadas.

Trabalhar sobre masculinidades femininas queer ou vivê-las nos ajuda a desconstruir e criticar a unidade imitada da masculinidade *straight* [...] trabalhar sobre a masculinidade feminina (sem homens) constitui um ponto de vista privilegiado (e não parcial) para compreender também como a masculinidade é constituída na cultura dominante (HALBERSTAM, 2008, p.1).

Assim como não existe um padrão de feminilidade universal, não existe um único padrão de masculinidade que seja encontrado em todas as culturas e em todos os períodos da história. Pelo contrário, há grandes evidências de que existem vários padrões de masculinidade, várias definições do que significa ser um homem e diversas maneiras pelas quais os homens vivenciam as relações de gênero (CONNELL, 1995). Nesse sentido, não há um único padrão de transmasculinidade, entendida como uma masculinidade produzida por homens transexuais.

²⁸ O termo subculturas foi utilizado aqui como referências culturais que não fazem parte de um quadro hegemônico (GRAMSCI, 1988), o que não necessariamente denota inferioridade de uma(s) cultura(s) sobre outra(s).

Connell (1995) afirma que há um determinado padrão de masculinidade que ocupa a posição dominante, que ela denominou de “masculinidade hegemônica”. Isso significa que, entre esses padrões, mais valorizado é o que está associado à autoridade e ao poder, e que, a longo prazo, garante o privilégio coletivo dos homens. Essa hegemonia não seria no sentido restrito da violência, apesar de poder ser sustentada pela força; mas enfatiza uma ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão. Nesse sentido, a existência de uma masculinidade hegemônica é uma das razões para a ilusão popular de que existe apenas um tipo de masculinidade (CONNELL, 1995).

As autoras Ávila e Grossi (2013) afirmam que a incipiente visibilidade no caso dos homens transexuais é recente²⁹ – a partir de 2010, aproximadamente –, sendo a maioria dos casos invisíveis não só no cenário político, como também no próprio movimento LGBTQIA+, e dentro dos estudos trans, assim como nas mídias digitais e televisivas, quando comparados à visibilidade alcançada pelas travestis e transexuais femininas. Esse fato pode estar ligado a uma rápida capacidade de *passing*³⁰, ou a bem elaborada construção de “corpos sociais masculinos”, potencializada pela realização da mastectomia e do uso prolongado da testosterona (hormônio masculino). Ou seja, o uso desse hormônio pelos homens trans, aproxima-os fisicamente das expectativas sociais de como deve parecer um homem.

Todas essas perspectivas discutidas até aqui auxiliam na percepção das influências que norteiam João Nery no processo de desenvolvimento da sua transmasculinidade, descrito no decorrer da autobiografia *Erro de Pessoa* (1984), e as características que ocasionaram na sua futura (auto)identificação como transexual, que, por fim, moldaram as suas práticas *a posteriori*.

Na divisão sexual do trabalho tradicional, ideia fortemente enraizada no meio social, o homem está ligado ao mundo público do trabalho e a mulher ao mundo privado do lar. Desde a infância, meninos aprendem a ser livres, contar vantagens e exibir seus

²⁹ Em 2012 foi criada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) em São Paulo, com o objetivo de visibilizar a identidade de homens transexuais a partir de reclamações de pouca representatividade de suas reivindicações junto a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA). (BARBOSA, 2015, p. 146)

³⁰ Na literatura internacional, o termo *passing transgender* é utilizado para referir-se a uma capacidade pessoal de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero que não era o assignado no sujeito ao nascer. Essa capacidade pessoal envolve tanto certa manipulação de alguns cuidados físicos característicos do gênero pretendido quanto atributos de comportamento que sejam culturalmente associados a tal gênero. (ALMEIDA, 2012, p. 519)

méritos, desenvolvendo o senso de competitividade como uma forte característica, útil para a vida adulta. Brincadeiras como jogar “bolas de gude” não eram vistas como “coisas de menina”, e era assim que João Nery, ainda criança, foi encontrando suas barreiras sociais.

Jogava bolas de gude na pracinha com os outros meninos, mas isto também não era bem-visto. Lembro-me que queria brigar quando não me pagavam as bolas a que fazia jus no jogo, mas meus adversários sempre corriam da luta. Recusavam-se a qualquer peleja corpo a corpo, e eu tinha certeza de que não era por eu ser mais ou menos forte que eles (NERY, 1984, p. 27).

Segundo Angélica Müller (2013, p. 299-333), a utilização do cigarro e da bebida pelos jovens da geração de 1968 funcionava como símbolos culturais de uma certa virilidade. Em suas palavras, “o menino, para sentir-se ‘homem’, começava a fumar cedo”. Sabendo disso, não é sem intenções que, em seus relatos, João Nery enfatiza seu contato com o cigarro, ainda jovem, como símbolo do anseio pela legitimação e reconhecimento da sua masculinidade. Assim como, várias menções a um desejo por competitividade e demonstrações de força, que reforçam a ideia mencionada no parágrafo anterior.

Entre os anos de 1960 e 1990, no contexto brasileiro e mundial, ocorreram significativas transformações no campo das representações e práticas de gênero, ligadas a processos mais amplos: maior inserção das mulheres no âmbito público e início dos debates acerca das masculinidades, feminilidades e sexualidades dissidentes, proporcionado pelo que ficou conhecido como a Segunda Onda do Feminismo³¹. Nesse momento, a sociedade brasileira acompanhou mudanças que alcançaram os âmbitos social, cultural, econômico, demográfico e político. Ao pesquisar sobre as masculinidades no Brasil, entre os anos de 1960 e 1990, Marko Monteiro (2013) argumenta que essas alterações possuem forte ligação com o feminismo.

O questionamento das mulheres ao machismo, à subordinação das mulheres e às relações de gênero desiguais leva a um questionamento

³¹ Na *Primeira Onda Feminista*, as mulheres lutaram pela conquista de direitos políticos. O período que ficou conhecido como *Segunda Onda Feminista* teve início no começo da década de 1960 e durou até a década de 1980. Essa nova fase identificou o problema da desigualdade como a união de problemas culturais e políticos, encorajando as mulheres a serem politizadas e combaterem as estruturas sexistas de poder. Nesse segundo momento, o foco estava na busca pelo fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos.

por parte dos homens, seja de cunho progressista ou conservador. Em menor escala, mas não menos relevante, o surgimento de movimentos ligados às sexualidades não heterossexuais, liderados por gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, e outros grupos, critica a noção de uma “heterossexualidade compulsória” como única possibilidade de vivenciar a sexualidade (MONTEIRO, 2013, p. 338-339).

Nesse momento, as noções essencialistas do que seria masculino e feminino começam a ser questionadas com mais veemência. O gênero passa a ser encarado como algo construído, e não mais como fruto de diferenças biológicas imutáveis.

Todavia, dizer que essas questões já estavam sendo discutidas não significa que Nery tinha apoio, principalmente por se tratar de inserção em um lugar social tido como masculino, em detrimento do que lhe estava sendo imposto por ter nascido com órgãos sexuais femininos. Demonstrando se ver como homem desde sua infância, João Nery narra a intensa pressão familiar e social para que atendesse ao que dele era esperado: comportamento e aparência “feminina”. Por causa disso, dedicou uma pequena parte da sua vida a tentativa de “ser mulher”.

A partir dos incentivos de uma de suas irmãs, que aparece na narrativa com o nome de Leila, João Nery inicia sua “experiência do travestismo”, justificada na narrativa pelo pouco conhecimento que ele tinha sobre o assunto, pela “avidez dos elogios” e pela carência de ser amado, o que julga ter sido o principal fator.

Ceder às pressões foi uma tentativa frustrada de desempenhar um papel que não representava seus desejos e sentimentos, uma busca por “símbolos de prestígios” que substituíssem os de estigma, há tanto tempo presente em sua vida. Segundo ele, isso justificou a sua atitude “desidentificadora”, que, de forma real ou ilusória, tendia a quebrar sua imagem, e questionar a validade da sua *identidade virtual*.

Junto à ideia de estigma, “identidade virtual” também é um conceito elaborado por Goffman (1975). De acordo com este autor, a pessoa estigmatizada possui duas identidades: a “identidade real”, que é o conjunto de categorias e atributos que uma pessoa prova ter; e a “identidade virtual”, enquanto conjunto de categorias e atributos que as pessoas demonstram para o outro que está a sua volta. No sentido que estamos trabalhando aqui, essa última equivale às exigências e imputações de caráter requeridos pelos “normais”³², delimitando aquilo que o estigmatizado deve ser. Destarte,

³² Termo utilizado por Goffman para se referir àqueles que estigmatizam.

determinada característica pode ser um estigma, especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

A partir da relação entre as identidades real e virtual, podemos afirmar que o processo de estigmatização não ocorre devido à existência da característica em si, mas pela relação incongruente entre essa e os estereótipos. Os “normais” criam estereótipos distintos das particularidades de um determinado indivíduo, caracterizando, portanto, o processo de estigmatização. “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1975, p.13), numa linguagem relacional.

Ao desempenhar os papéis sociais que lhe eram esperados, Nery relata que, gradativamente, o termo “masculinizada” foi sendo substituído por “exótica”, aos olhos dos familiares e conhecidos. Todavia, não demorou muito para que ele se sentisse cansado e insatisfeito, distante dos seus “anseios existenciais”. A “tomada da cicuta” veio, então, a partir dos 17 anos. As constantes crises existenciais levaram-no a questionar suas escolhas. Percebeu que estava na hora de “deixar fluir” o gênero ao qual se identificava, e encarar as consequências. Uma luta que ele considerava já está perdida, pois foi travada contra o impossível. Mesmo assim, passou a procurar experiências que lhe auxiliassem nesse trajeto de autoconhecimento.

Quando um relacionamento, atrelado a sua aparência tida como masculina, possibilitou construir uma “fachada social” (GOFFMAN, 1975), a narrativa envereda por um caminho de ações extremamente representativas. As ações de João Nery, nesse sentido, podem ser pensadas enquanto condutas “ritualizadas”, portadoras de um sentido que não está, evidentemente, nelas em si, mas nos códigos culturais que nelas imprimem significado, e que ele estava buscando demonstrar.

Nos diferentes contextos sociais em que se constrói essa “fachada”, há também o manejo de discursos emocionais que encorajam e negociam as interações de sociabilidade. Sendo essa um equipamento expressivo, pode ser desempenhada de forma consciente ou não, auxiliando na padronização das características e peculiaridades. Destarte, mesmo consciente das discussões acerca do machismo, como demonstra em sua obra, Nery indica uma necessidade de desempenhar condutas de “cavalheirismo”: abrir portas, pagar contas, chamar garçons; assumir a posição que foi sendo romantizada para as ações dos homens em relação às mulheres.

Goffman denomina essas – e outras – condutas como “rituais da interação”, maneiras codificadas de comportamento expressivo, como saudações, pedidos de desculpa, ou mesmo ofensas deliberadas. O autor enfatiza que os comportamentos individuais são “signos de posições sociais” e estes, por sua vez, constituem “símbolos de status” quando utilizados como “recursos” que localizam os indivíduos socialmente. Segundo Goffman (1999, p. 13-14), “quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir”. Dessa forma, no decorrer de suas performances, os atores sociais se tornam concomitantemente mais verdadeiros e mais falsos do que na sua normalidade cotidiana.

De acordo com a explicação de João Nery, mesmo sabendo do conservadorismo que essas ações representavam, o desejo de se “camuflar”, de ser visto e aceito socialmente como o homem que era, acabava sendo maior. Dolores, como denominou sua primeira companheira na narrativa, demonstrava insatisfação com a atitude, enquanto ele se percebia confuso com relação a isso. Nas suas palavras, embora tivesse interesse na defesa da igualdade entre os sexos, “sem nenhum despotismo ou fragilidade”, precisava também manipular alguns artificios, para deixar claro sua identidade masculina (NERY, 1984, p. 64).

Todavia, foi a relação com Mercedes, sua segunda companheira, que lhe impulsionou a assumir uma identidade social masculina. Chegou à conclusão de que, desempenhando comportamentos reconhecidos como característicos “dos homens”, passaria despercebido na esfera social e lhe permitiria vivenciar sua “verdadeira identidade sexual psicológica”. Escondendo os seios com a ajuda de faixas, João Nery começou a observar, atenciosamente, o comportamento social masculino (gestos, hábitos, trejeitos) e inclui-los nos seus hábitos.

Andar vestido de homem na rua fazia com que eu me sentisse muito bem. [...] Andar com a mão direita metida na abertura da camisa, na altura do peito, por exemplo, era um gesto descompromissado e bem característico da conduta dos homens e, ao mesmo tempo, me servia como dissimulador (NERY, 1984, p. 67).

Antes das cirurgias, Nery se percebia enquanto um indivíduo “entre gêneros”, sem se sentir inserido completamente a nenhum dos dois universos (masculino ou feminino). Sua narrativa demonstra a concepção que tinha acerca do que era esperado

de cada um, mesmo considerando que essas diferenciações só ocorriam em nível cultural. Em sua relação com Mercedes, quando passaram a morar juntos, por exemplo, ele começou a assumir o papel de responsável pelo sustento de ambos, e ela, por sua vez, se dedicava aos trabalhos domésticos.

Essa concepção de comportamentos distintos para os gêneros masculino e feminino permeia toda a narrativa, evidenciando, também, os discursos que prevaleciam na época. Com relação ao “universo masculino”, a experiência de João Nery enquanto motorista de táxi é bastante significativa, demonstrando grande felicidade por desempenhar uma profissão tida como preferencialmente masculina, e lhe colocando em contato com diferentes vivências: prostitutas, travestis, homossexuais, etc.; pessoas que, como ele, viviam à margem da sociedade.

Em entrevista dada aos psicanalistas Maria Clara Pellegrino e Eduardo Prado, a qual resultou em um texto escrito em primeira pessoa e publicado na obra *O destino* (1988), João Nery expõe uma opinião interessante sobre o assunto, ao afirmar ter alguns questionamentos acerca da necessidade de ter que ser homem ou mulher.

Desde pirralho, desde que me entendo por gente, os valores dados como masculinos e femininos, me parecem meio truncados. Tudo se resume a uma coisa que se chama identidade sexual que nos leva a dois modelos básicos existentes: o que é ser homem e o que é ser mulher [...] Por tudo aquilo que estudei e vivi, acho que essa diferença se coloca basicamente em nível cultural (NERY *et al.*, 1988, p. 109).

Todavia, mesmo duvidando das especificidades desses valores sociais, ele ainda se sentia submetido, por ser socialmente induzido a se encaixar em umas das duas categorias. Nesse sentido, suas concepções se aproximavam mais do “universo masculino”, e argumentou:

ser homem não é ter falo, isso me é claro. Nunca tive e não duvido que sou homem dentro dessa cultura, desses valores. [...] Porque a cultura não me dá espaço de ser alguma coisa que não seja homem ou mulher. Sou obrigado a me definir” (NERY *et al.*, 1988, p. 111).

Toda a fala de Nery, nessa entrevista, é permeada por uma consciência de que as noções acerca do masculino e do feminino são ilusórias; diferenciações estabelecidas

culturalmente. Ao mesmo tempo, reforça uma ideia que está por toda a sua autobiografia, quando afirma que sempre foi homem; nasceu homem. Nesse sentido, seus argumentos interligam sua experiência enquanto transexual a uma “essência” masculina, que ele julga não estar presente naqueles que foram biologicamente tidos como homens.

Mesmo inserido em um contexto turbulento, de inúmeras discriminações acerca das questões sobre gênero e sexualidade, João Nery conseguiu, além das mudanças que lhe possibilitaram assumir uma identidade masculina, escrever e publicar uma autobiografia. Em *Erro de Pessoa: Joana ou João?*, publicada em 1984, estão reunidas suas memórias da infância e adolescência, permeadas de conflitos identitários e familiares, até a fase adulta e alcance da vida que, para ele, valia a pena ser vivida.

1.3 “LEIAM E HUMANIZEM-SE”: O GRITO DE JOÃO NERY

A atividade de biografização se realiza por meio da capacidade que os indivíduos têm de se situarem entre o presente, o passado e o futuro. No caso específico desse relato autobiográfico, podemos entender que Nery (1984), partindo de sua idealização da própria vida, selecionou os acontecimentos que considerava mais significativos e os conectou de forma coerente, realizando o que Bourdieu (1996, p. 184) denominou de “criação artificial de sentido”.

A narrativa de João Nery é aqui vista enquanto testemunho, em diálogo com a ideia defendida por Seligmann-Silva (2005). A obra vai além de uma narrativa autobiográfica simplória, pois perpassa os inúmeros episódios traumáticos que podem acometer a existência de pessoas transexuais. A expressão “Leiam-no e humanizem-se”, que encerra a apresentação escrita por Antônio Houaiss, revela que a escrita de Nery é um relato repleto de traumas, frente a uma sociedade que invisibiliza e exclui os que não se adequam ao cis-tema.

Essas ideias foram reforçadas nas constantes referências a obra como um “relato sincero”, feito por alguém que busca fazer sua história ser lida, compreendida e respeitada. Mesmo com o esforço de autoconstrução, ao tecer sua narrativa autobiográfica, enquanto homem de seu tempo, deve-se levar em consideração que João Nery está diretamente ligado ao tecido social e histórico ao qual pertence, demonstrando

suas peculiaridades; sua escrita é indissociável da sua paisagem contextual, e essa precisa ser minimamente comentada.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), houve perseguição e práticas de violência contra qualquer diversidade sexual e de gênero. Dentre os vários argumentos utilizados pelos militares para perseguir os dissidentes sexuais³³, havia acusações de que essas eram pessoas subversivas, constituíam uma ameaça à segurança nacional, à família, à moral e aos bons costumes, como revelou o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo o Relatório (CNV, 2014, p. 300-301), esses discursos eram utilizados para legitimar a violência direta contra essa população, contra seu modo de viver e socializar. Além disso, impunha uma forte censura a ideias e produções artísticas que construía uma concepção mais aberta sobre a homossexualidade, proibindo qualquer organização política que pautasse essa agenda.

No texto *Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura*, presente no Relatório da Comissão da Verdade do Rio (2015), James Green e Renan Quinalha afirmam que, no Brasil, as manifestações públicas de homossexualidades foram criminalizadas a partir da criação de bases legais, que as enquadravam como “ofensa aos bons costumes” ou acusações de vadiagem.

As mulheres que se vestiam com roupa masculina ou que tiveram um comportamento mais viril no público também sofreram controle social dos agentes do Estado. Códigos criminais com noções de moral e decência pública vagamente definidas, e provisões que controlavam estritamente a vadiagem, forneceram uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais construídas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar este comportamento (CEV-RIO, 2015, p. 149).

No contexto de repressão, João Nery começou a deixar para trás a identidade que lhe foi atribuída ao nascer, e todos os direitos e conquistas que alcançou enquanto a portava. O ano de 1964, quando ele tinha 14 anos de idade, representou um duplo golpe em sua vida. Primeiro, as mudanças do seu físico, que aumentaram o abismo entre o seu corpo feminino e a sua identidade de gênero masculina. Depois, os prejuízos que a

³³ Pessoas que, por sua prática e/ou identidade sexual ou de gênero, estejam em discordância com o modelo hegemônico.

Ditadura instaurada causou ao seu lar. Seu pai, Paulo de Mello Bastos³⁴, aeronauta pela empresa VARIG, militar reformado, presidente da Confederação dos trabalhadores das empresas aéreas e membro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), perseguido pelo golpe, teve que se exilar no Uruguai durante 3 anos.

Nesse período, por causa das dificuldades financeiras, todos da família começaram a trabalhar. João Nery, ainda com 14 anos, passou a pintar os apartamentos de alguns conhecidos, na tentativa de ajudar a levar dinheiro para casa. A narrativa acerca desse período aborda a relativa perda de autoridade da figura paterna, tendo em vista que agora todos eram dependentes financeiros da mãe. Durante a adolescência, projetou no pai algumas realizações que ainda não lhe eram possíveis, como escolher suas roupas, tirar-lhe a barba; “coisas de homem”. Embora fique clara a admiração e respeito que Nery tinha para com o seu pai, nota-se sua frustração ao perceber as mudanças que o tempo construiu na relação entre eles, mesmo que as tentativas de reaproximação tenham sido inúmeras.

Na universidade, por ser escolhido a atuar enquanto representante da turma, foi enquadrado no decreto 477, responsável por levar o AI-5 para dentro das universidades, num momento que foi caracterizado como uma crise na gestão da universidade, por causa da ditadura. Sofreu ameaças que lhe ocasionaram uma expulsão da UFRJ por 3 anos, da qual conseguiu ser absolvido a partir da defesa do advogado Modesto da Silveira³⁵.

João Nery (2017, p. 64) caracteriza as dificuldades desse período, transcorrido entre 1964 e 1985, quando diz que “a clandestinidade de gênero era perseguida com a mesma dureza que os movimentos sociais lutando contra a ditadura”. Segundo a análise de Carlos Fico,

³⁴ Conhecido por Comandante Mello Bastos (1918-), deu nome à primeira greve nacional de transportes, em 1963, quando a VARIG o demitiu ilegalmente, já que tinha imunidade sindical. Proibido de retomar a profissão de piloto por decreto secreto da ditadura, Mello Bastos refez a vida como motorista de táxi e administrador de empresas. Foi um dos fundadores do CEBRADE – Centro Brasil Democrático, em Brasília. Aos 80 anos, tornou-se escritor, com suas memórias. Aos 85, publicou *Tauã*, o primeiro romance. Em 2006 publicou *A Caixa Preta do Golpe de 1964 – A República Sindicalista que não Houve*. Em 2010 lançou *O Nordeste É um Só*, no qual compartilha lembranças pessoais e políticas com Waldemar Dantas Borges.

³⁵ Antônio Modesto da Silveira (1927 - 2016), foi um advogado e político brasileiro, responsável pela defesa de inúmeros presos e sequestrados políticos, durante a ditadura.

O que há de peculiar durante o regime militar, sobretudo após o AI-5, é que tais preconceitos foram utilizados pelos órgãos de informações para alimentar seus dossiês por meio da combinação entre “desvio moral” e “subversão”... que hoje nos parece cômica, mas decorria da paranoia anticomunista e da grande preocupação com a chamada “revolução de costumes”. Drogas, liberdade sexual e até mesmo o rock seriam portas de entrada para o comunismo, perigo a que estariam sujeitos, sobretudo os jovens. Para os órgãos de informação, haveria ‘um círculo vicioso de prostituição, de vício e da prática sexual aberta que, fatalmente, levam à indiferença, abrindo caminho à própria subversão’ (FICO, 2015, p. 15).

O Estado assumiu como uma de suas obrigações impossibilitar a libertação das mulheres, lésbicas, gays, travestis e transexuais, perpetuando o controle dos corpos e desejos desses. Assim como, impedir que esses grupos se organizassem e trouxessem à luz as dificuldades e reivindicações de seus direitos, levando-se em conta que a defesa da moral e dos bons costumes, da “família tradicional”, foram as bases nas quais o Golpe realizado em 1964 se firmou, enfatizado na realização da “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, em março desse mesmo ano. Entretanto, é preciso observar as diferentes formas de resistência que foram efetivadas no contexto nacional, por vezes impulsionadas pelas transformações que estavam ocorrendo no âmbito mundial.

Ao abordar o ano de 1968, no Brasil, enquanto símbolo de uma época, Marcelo Ridenti (2009) busca contemplar um período de mudanças comportamentais e sociais em relação ao estabelecido por uma cultura androcêntrica dominante. Segundo ele, esse período foi marcado pelas transformações em relação aos papéis desempenhados pelas mulheres, havendo a gestação do feminismo e do movimento gay (que eclodem nos anos finais de 1970), e antecede a problematização da identidade masculina. Pode-se dizer que, com 18 anos de idade, João Nery compôs uma geração a qual, apesar das revoluções em curso, herdou, mas também problematizou, os valores de uma sociedade patriarcal.

Após ter passado pelas cirurgias em fins da década de 1970, foi em 1984 que João W. Nery, com 34 anos de idade, publicou sua primeira autobiografia. A dedicatória da obra demonstra o público que ele almejava alcançar; pessoas que se identificassem com a sua trajetória, por terem passado por semelhante ou parecida situação. Nesse sentido, escreveu Nery, o livro é “um grito e o dedico a todos os injustiçados (quer por motivos sociais, jurídicos, econômicos, políticos, físicos, emocionais, etc.), que lutaram ou ainda lutam por seus direitos, ‘se endurecendo, mas não perdendo a ternura jamais’”.

Para conseguir a publicação de *Erro de Pessoa* (1984), João Nery contou com o forte apoio oferecido por Ruth e Antônio Houaiss³⁶, sem o qual, provavelmente, a publicação não tivesse sido possível. Ao analisar a busca pela reconstrução da trajetória individual de Nery – nesse caso, a escrita de sua obra autobiográfica –, observa-se as conexões que sustentam a narrativa a partir da ideia de individualidade, e da utilização de diferentes temporalidades, vínculos e pertencimentos, que dão indícios sobre quem e para quem essa obra foi escrita. Segundo o autor, a obra possuía um objetivo específico: documentar as suas sensações a partir da vivência enquanto “homem, aprisionado num corpo de mulher”.

O lançamento da obra foi noticiado em alguns dos principais jornais do país, assim como a expectativa da editora responsável, a Record. Foram utilizadas afirmações provocativas, com o provável intuito de despertar curiosidade e interesse nos leitores. Utilizando o título “livro polêmico” em letras garrafais, a coluna de Zózimo do *Jornal do Brasil* (Caderno B³⁷, 25/01/85, p. 3), publicou os tópicos:

- O mercado editorial nacional tem reservado para as próximas semanas uma pequena **bomba** – o lançamento, pela Record, do livro **O Erro de Pessoa**.
- Assinado por João W. Nery, um prudente pseudônimo, a obra conta a experiência pessoal de um transexual brasileiro – era mulher e transformou-se em homem – numa linguagem direta, objetiva e sem meias palavras.
- A recomendar o lançamento, a apresentação entusiástica do acadêmico Antônio Houaiss.

Todavia, a obra já havia sido referenciada em publicação de dezembro de 1984, ao abordar as “perspectivas otimistas para a cultura” para o ano vindouro. O jornal considerava que as “esperanças e planos” seriam maiores que a recessão envolta dos teatros e editoras. Abrindo o texto com referências à economia do país, a notícia intitulada *Nas livrarias, sexo, dietas e “best-sellers”* (JB, Caderno B, 31/12/84, p. 8),

³⁶ Antônio Houaiss (1915-1999) foi um professor, diplomata e filólogo brasileiro, quinto ocupante da cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras. De acordo com a entrevista dada por Nery ao programa *De frente com Gaby* (2011), transmitido pela SBT, a obra chegou às mãos de Houaiss a partir da sua esposa, Ruth Houaiss, que lhe foi apresentada por Darcy Ribeiro.

³⁷ O Caderno B do *Jornal do Brasil*, publicado entre os anos 1960-85, abordava a cultura nacional e internacional com uma variedade de textos diferenciados. Não era um caderno que incluía apenas textos literários, mas também textos diversificados para comunicar sobre arte, literatura, música, teatro, comportamento, cotidiano, principalmente o do Rio de Janeiro. (FERREIRA, Vilma Moreira. A contribuição do Caderno B do *Jornal do Brasil* durante o período de repressão política do regime militar. In: *Anais do Encontro Nacional de História da Mídia*, Alcar, 2008)

coloca que os best-sellers, assim como os livros sobre dieta e “homossexualismo”, são temas obrigatórios na “agenda das editoras”.

Ao abordar os planos da Editora Record para o ano de 1985, a coluna menciona, de forma discreta, a publicação de “um livro de depoimentos”, que contava a história de “alguém que concluiu ser um homem, aprisionado dentro de um corpo de mulher e que, através de dezenas de operações, se tornou homem”. A coluna ainda informa que o dono da editora, Alfredo Machado, confirmava a seriedade da autobiografia de João Nery a partir da assinatura de Houaiss. Por fim, o texto muda para outras obras a serem publicadas no ano de 1985, embora o livro de Nery se apresentasse como uma publicação de 1984, sem fazer muito alarde sobre a obra e sua temática.

A Folha de São Paulo, por sua vez, fez uma breve menção à obra em março de 1985, evitando se aprofundar no assunto.

A RECORD, do Rio de Janeiro, lança ERRO DE PESSOA, de João W. Nery. É o depoimento de um transexual brasileiro que nasceu mulher, finalmente se realizou como homem. O autor usa este pseudônimo para poder apresentar sem medo um depoimento, nas palavras de Antônio Houaiss, “arrancado a fórceps” (*Folha de S. Paulo* - Ilustrada, 3/03/85, p. 63).

Entretanto, em uma seção destinada a “cartas dos leitores”, na edição de 27 de abril de 1985, encontramos uma que faz referência à obra em tom de desaprovação. De acordo com a carta da paulista Vera Toledo, fica claro o seu espanto ao ver o “destaque” dado à autobiografia de João Nery, e do artigo sobre o mesmo assunto assinado pelo jornalista Antônio Gonçalves Filho. Para ela, que se diz jovem cidadã participante e entusiasta da “Nova República³⁸”, há outros temas problemáticos que devem ser mais levados em consideração, como a “falta de alimento, educação, moradia e salário justo para o povo”, do que assuntos relacionados à sexualidade, que só dizem respeito a uma “quantidade tão pequena de cidadãos”.

Os grupos socialmente hegemônicos costumam produzir e veicular discursos constituintes e construtores de representações sociais que desqualificam e desvalorizam o diferente (GUARESCHI, 2011). Em todos os jornais encontrados, que fazem menção

³⁸ “Conceito utilizado por Tancredo Neves, em discurso no Congresso Nacional a 15 de janeiro de 1985, para designar o que seria o Brasil após sua vitória como presidente civil; vitória que representava o fim do regime autoritário” Ver CORDÃO, 2015, p. 27.

à publicação da obra *Erro de Pessoa* (1984), fica perceptível a utilização do acadêmico Antônio Houaiss como uma forma de legitimá-la e lhe atribuir credibilidade. O entusiasmo com a obra é enfatizado pelo próprio Houaiss, no texto que elaborou para apresentação da obra, e que consta na orelha do livro.

Este é um livro imprescindível para todos os que queiram ver melhor o espanto que é ser humano: a dimensão e a importância do componente sexual como fonte da identidade individual e social [...] O prazer literário aqui brota poderoso, provando que o literário (quando irrecorrível) é a própria forma autêntica de dizer o humano: é de tal poder que faz deste livro algo que não é lícito ignorar [...] Leiam-no e humanizem-se (HOUAISS, 1984).

Assim como na entrevista realizada pelo Programa de Domingo, da TV Manchete, no ano de 1985. Ao ser indagado pela repórter Solange Bastos³⁹ acerca do porquê de seu interesse pela obra, Houaiss responde:

Eu tive oportunidade de ler os originais, e evidentemente, me entusiasmei, o livro, pelo fato mesmo de que, além do caso em si, que eu acho extremamente apaixonante, havia uma apresentação do caso extremamente literária. E literária em que sentido? No sentido de que, não sendo matéria de meu interesse normalmente, um caso dessa natureza, eu, entretanto, fiquei apaixonado pela forma por que o relato se fez. Na realidade, a circunstância biográfica de João Nery, fez que ele fosse, se revelasse um escritor que é. O caso dele é um caso apaixonante. Mas, mais apaixonante é a forma porque ele o conta; a dignidade com que ele o conta; a beleza com que ele o conta. Então, o livro passa a ter um duplo interesse, que eu reputo uma condição das melhores para que um livro mereça ser lido: ele é um livro autêntico; e ele é um livro belo. Essa dupla qualidade faz dele algo que me mereceu, naturalmente, um entusiástico apoio, sem nenhuma outra razão se não essas. Acho que se trata de algo apaixonante, sobretudo pela forma leal, sincera, inclusive denunciando, para a realidade brasileira, alguns aspectos que a nossa lei e a nossa medicina têm que enfrentar de uma forma mais honesta, mais corajosa, em situações, que acaso venham a se repetir, semelhantes a essa (Entrevista realizada no Programa de Domingo, TV MANCHETE, 1985).

Embora trate de um assunto polêmico para a época, o que parece ter sido utilizado por Houaiss para justificar o interesse pela obra é o seu caráter literário.

³⁹ Solange Bastos é a irmã caçula de João Nery, e aparece na obra a partir do pseudônimo Vânia ou Van. Foi repórter e apresentadora da TV Manchete e da TV Globo, fez programas especiais na ilha de Páscoa, no Pantanal, na Amazônia e foi a primeira repórter brasileira a chegar na Base Antártica Comandante Ferraz, na ilha Rei George, em 1983, com a Operação Antártica III. Desde 2007 ganhou as estradas para produzir e escrever suas próprias reportagens. Ver NERY *et al.*, 2017, p. 64.

Segundo suas palavras, ao buscar reconhecimento e compreensão com a publicação da obra, João Nery surge como um escritor tão qualificado, que consegue mergulhar aqueles que se dispõem a lê-la num universo particularmente representativo, compartilhando com o autor as alegrias, surpresas, angústias e tristezas que a narrativa expõe.

A entrevista oferecida a TV Manchete, em 1985, apresentada por Solange Bastos, irmã de João Nery, parece estar interessada em mostrar uma narrativa que transforme o universo incomum dos transexuais como algo “estranho e perigoso” e, ao mesmo tempo, como uma pauta que requer mais atenção da sociedade. A entrevista ocorre com João Nery e Joana, mulher trans, Bioquímica do INAMPS⁴⁰, além do psicanalista Raldo Bonifácio e a assistente social Martha Rique Reis. Em função da polêmica e clandestinidade acerca da transexualidade, tanto os profissionais quanto Nery não aparecem na entrevista, surgindo apenas a sombra desse último. O rosto de Joana, por sua vez, foi exposto, pois ela, apesar das cirurgias e de ser mãe adotiva de duas crianças, ainda utilizava a documentação que lhe designava como Nilson.

Durante a entrevista, ao abordar a publicação da obra, Nery assinalou a importância de dar visibilidade a uma questão que a sociedade insistia em ignorar: a existência de pessoas transexuais. No seu caso, após as cirurgias, optou por recorrer à falsificação do registro de nascimento, motivo pelo qual não mostra o rosto durante a reportagem, vivendo com uma identidade masculina reconhecida, mas sem poder contar com as conquistas alcançadas enquanto utilizava os documentos anteriores.

A obra de João Nery possibilita uma importante reflexão historiográfica sobre as implicações sociais do que era ser transexual no contexto em que estava inserido. Tal narrativa utiliza a memória enquanto espaço de afirmação da identidade *trans*, assumindo uma forma que expressa a situação social desse grupo marginalizado, silenciado, minoritário; uma busca contínua pelo reconhecimento de suas existências e afirmação de seus direitos.

A autonomia para tecer representações está ligada a várias ordens de representações sociais que compõem cada um dos sujeitos, relacionadas as suas diversas inscrições sociais. Quando alguém se manifesta está sendo interpelado pelas

⁴⁰ O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), criado em 1977 e extinto em 1993, se constituía como a política pública de saúde que vigorava antes da criação do SUS; era responsável pela assistência médica aos trabalhadores que contribuam com a previdência social.

representações e discursos de seus grupos sociais de pertença, por argumentos contrários, pelas elaborações midiáticas, enfim, por diferentes instâncias que o arguem sobre o objeto em questão.

Para Moscovici (2003), representações sociais são solicitadas dentro das estruturas representacionais da própria cultura, por exemplo, na tensão entre o reconhecimento formal da universalidade dos “direitos do homem”, e a sua negação a grupos sociais específicos dentro da sociedade, como é o caso de transexuais.

Todas as coisas, tópicos ou pessoas banidas ou remotas, todos os que foram exilados das fronteiras concretas de nosso universo possuem sempre características imaginárias; e pré-ocupam e incomodam exatamente porque estão aqui, sem estar aqui; eles são percebidos, sem ser percebidos; sua irrealidade se torna aparente quando nós estamos em sua presença; quando sua realidade é imposta sobre nós - é como se nos encontrássemos face a face com um fantasma ou com um personagem fictício na vida real (MOSCOVICI, 2003, p. 56).

Na sociedade brasileira, a dinâmica de exclusão/inclusão social caracteriza uma fenda existente, que dificulta que os grupos das sexualidades dissidentes se apropriem e gozem, plenamente, dos direitos de cidadania. São essas clivagens sociais que constroem o caminho que originam as representações sociais. A ausência de sentido verificada nesses pontos de cisão traz à tona a não-familiaridade do excluído. Os sujeitos, então, tecem representações visando empreender sentidos e significados à “estranheza” que se apresenta (MOSCOVICI, 1978).

Segundo Jodelet (2001), da mesma forma como a natureza não aprecia o vácuo, também a cultura não é afeita à ausência de sentido. Desse modo, são construídas representações para familiarizar o não-familiar e, assim, restabelecer um sentido de estabilidade.

No próximo capítulo será abordada a maneira como Nery narra seu processo de identificação com a transexualidade e a procura pela realização das cirurgias, em paralelo com o que estava sendo discutido em alguns dos principais periódicos da época, assim como os discursos médicos, levando em consideração as possibilidades e implicações acometidas pela construção midiática de representações sociais acerca da transexualidade.

CAPÍTULO II
TRANSMUTADO: AS DESCOBERTAS DO HOMEM QUE NASCEU COM
CORPO DE MULHER



Joana aos 14 anos, 1964; João logo após a realização das cirurgias, 1977 (Fonte: *Viagem solitária*, 2011)

CAPÍTULO II – TRANSMUTADO: AS DESCOBERTAS DO HOMEM QUE NASCEU COM CORPO DE MULHER

Minha mulher, apesar de ter saúde
 Foi pra Hollywood, fez uma operação
 Agora veio com uma nova bossa,
 Uma voz grossa que nem um trovão
 Quando eu pergunto: o que é isso, Joana?
 Ela responde: você se engana
 Eu era Joana antes da operação
 Mas de hoje em diante o meu nome é João⁴¹.

O fragmento acima faz parte da música “A mulher que virou homem”, um samba satírico gravado pelo paraibano Jackson do Pandeiro, em parceria com Elias Soares, que compõe o LP “Ritmo... Melodia e a Personalidade de Jackson do Pandeiro”, lançado em 1961. A música faz referência a uma mulher que teria saído do Brasil para “mudar de sexo” nos Estados Unidos, podendo sinalizar que a temática já havia adentrado as fronteiras brasileiras. Além disso, esses foram os pseudônimos escolhidos por Nery na escrita de sua autobiografia, a partir do questionamento “Joana ou João?”.

Nesse capítulo, após a breve introdução acerca dos debates sobre a transexualidade, interessa-nos analisar a maneira como Nery narrou seu processo de transmutação, em paralelo com o que estava sendo discutido em alguns dos principais periódicos da época, com o objetivo de melhor elucidar os discursos médicos presentes na narrativa de João Nery. Isso porque:

[a mídia] se funda num padrão normativo ocidental hegemônico – a heteronormatividade – que, além de partir do pressuposto da heterossexualidade compulsória, hierarquiza e atribui valores aos sujeitos, às feminilidades, às masculinidades, aos arranjos sócio-afetivos e familiares, à sexualidade e às relações de poder. É através do conceito de heteronormatividade que entendemos estarem fundados os valores-notícia responsáveis pela produção de discursos e sentidos sobre comportamentos, indivíduos e grupos na sociedade pela mídia (DARDE, 2008).

Nesse sentido, consideramos as possibilidades e implicações provocadas pela construção midiática da representação social referente à transexualidade, pois entendemos que a mídia possui um papel significativo na construção e manutenção dos

⁴¹ *A mulher que virou homem*, Jackson do Pandeiro e Elias Soares, 1961.

discursos vigentes na sociedade; seu conteúdo pode abrir espaço para o reconhecimento da diversidade ou auxiliar na manutenção de padrões sociais. No caso das relações de gênero e sexualidade, a grande mídia é um dos eixos que norteia a construção dessas representações.

A sexualidade, observada e questionada por meio de diferentes pontos de vista, vem sendo utilizada como principal campo de estudo a fim de encontrar a gênese das normas que regularizam o comportamento de homens e mulheres em uma determinada cultura. Nesse contexto, no século XX se destaca uma efetiva movimentação no sentido de elaborar conjecturas acerca da sexualidade humana. Isso tem se dado a partir das mudanças ocorridas nas áreas da psicologia, sexologia e sociologia europeias, enfatizando a significação interna da existência sexual e a preocupação com o que poderia ser descrito como o “eu sexual”.

As pesquisas sobre o comportamento sexual masculino e feminino estavam baseadas, especialmente, no contexto da população americana, e foram realizadas pelo biólogo Alfred Kinsey (*et al*, 1948; 1953). Seus relatórios objetivavam analisar o que se passava em uma área particular da atividade social, mas foram responsáveis pelo início de debates e novas investigações sobre a temática. Abordar o comportamento sexual representou uma ruptura com os estudos de sexologia clínica que eram voltados para os “desvios sexuais”, e com os estudos fundados sobre a moral religiosa, a medicina e a criminologia.

As categorias sexuais formuladas a partir dos estudos científicos realizados entre a última metade do século XIX e a primeira do século XX, demonstram a tentativa de organização e sistematização de novas formas de ver a sexualidade e as relações de gênero. Nesse processo, a medicina e as ciências da *psique* estabeleceram novas categorias sexuais a partir do diálogo com outros campos sociais, como a religião e os movimentos pelos chamados direitos civis – a primeira onda do feminismo e a movimentação política de gays e lésbicas.

O conceito da transexualidade como patologia foi desenvolvido nos Estados Unidos da América, após a Segunda Guerra Mundial. Artigos científicos que representavam os transexuais enquanto categoria distinta começaram a ser publicados na década de 1950, em defesa da especificidade dos transexuais e a sua diferenciação dos homossexuais e travestis. Nesse processo, Christine Jorgensen e Roberta Cowell, ambas durante o ano de 1954, aparecem como importantes personagens históricos.

A forma como a história de Jorgensen foi tratada pela mídia colocou-a como uma espécie de padrão para os candidatos à cirurgia de redesignação sexual, dando início à formação de uma identidade transexual. Descrevia a si mesma como “uma mulher presa em um corpo de homem”, reconstruída após passar pelos procedimentos cirúrgicos.

Aproveitando-se da fama, Christine tentou nos anos seguintes guiar o melhor possível a maneira com que a mídia a abordava, tentando não apenas ser protagonista, mas também diretora de sua própria vida espetacularizada. Desta maneira, escolhia cuidadosamente suas palavras em entrevistas, sabia dar respostas diretas e deixar dúvidas no ar quando lhe convinha, escreveu uma autobiografia e criou um espetáculo teatral no qual narrava e dramatizava sua história, baseando-se sempre em justificativas biológicas e hormonais sobre sua condição (LEITE JR., 2008, p. 137).

A partir desse caso, o discurso médico acerca da transexualidade passou a considerar as características em comum entre os transexuais, os quais passam a servir como referência para estabelecer o diagnóstico do “verdadeiro transexual”. Ao saberem sobre o caso de Christine Jorgensen, pessoas de diversas partes do mundo podem ter se identificado enquanto pertencentes ao gênero oposto daquele com o qual foram designados ao nascerem.

O caso de Roberta Cowell também teve atenção da mídia, embora com menor intensidade. Os dois casos, assim como outros que envolveram a “troca de sexo” divulgados em diferentes países – Dinamarca, Estados Unidos e Grã-Bretanha, por exemplo–, provocaram a reação de conservadores, que os consideravam uma “conspiração internacional para acabar com a masculinidade” (LEITE JR., 2008, p. 138). De acordo com Leite Jr., diferentes setores da sociedade se posicionaram sobre o assunto, ora contra, ora a favor, mas com tamanha paixão e seriedade que refletia a perturbação gerada pela temática frente à naturalização dos sexos e gêneros. O médico Harry Benjamin desponta nesse contexto.

E é graças a este debate midiático, científico e, principalmente espetacularizado, que Harry Benjamin, um endocrinologista alemão radicado nos Estados Unidos e um dos futuros “papas” da temática transexual, além de médico de Jorgensen, entrará neste debate (LEITE JR., 2008, p. 139).

Quando convocado para debater o caso de Christine Jorgensen, Benjamin já havia acumulado grande experiência no trato com pessoas transexuais. Em 1953, publicou o artigo “Travestismo e transexualismo⁴²”. Nesse texto, o médico discorre sobre o sujeito “transexual”, acompanhando a tradição desde o século XIX de nomear “distúrbios”, “problemas” ou “doenças” relacionados à sexualidade com o sufixo “ismo”, e dando início ao processo de popularização científica e cotidiana desses novos termos.

Harry Benjamin enumerou as características que considerava definidoras da pessoa transexual, e que por muitos anos foram vistas como padrão científico para o reconhecimento do “verdadeiro transexual”. São elas: a insistência em se considerar uma “mulher em corpo de homem” (ou uma “alma feminina em corpo masculino”), o repúdio e ódio aos órgãos genitais, a urgente necessidade de adequar o corpo ao sexo que considera ser o correto, e um sentimento de angústia ou infelicidade quanto à sua condição (LEITE JR., 2008, p. 142).

Em 1966, Benjamin lançou *O fenômeno transexual*, um dos livros mais importantes sobre o tema, no qual ele organizou suas teorias sobre o assunto e lançou as bases para a padronização dos tratamentos da transexualidade em quase todo o mundo. Nesse texto, o autor reafirmava a ideia de que não existe uma distinção biológica clara entre “macho” e “fêmea”, sendo ambos originários de uma mesma unidade, ainda não diferenciada nos fetos. Contudo, afirmava que a distinção entre sexo e gênero não é absoluta: “sexo” é mais aplicável onde há o envolvimento da sexualidade, da libido e da atividade sexual; “gênero” é o lado não sexual do sexo. Nesse sentido, defendia que o “verdadeiro” sexo da pessoa é definido pelos cromossomos sexuais, os quais designariam o sexo genético, dando origem ao sexo e ao gênero.

Seguindo a tradição dos estudos de sexologia, esse autor reforçou o caráter patológico das manifestações sexuais “anormais” em oposição à tendência a vê-las como crime ou pecado.

Novamente, fica claro que o movimento de descriminalização surgido em diálogo com os primeiros militantes homossexuais, no final do século XIX, conseguiu criar um saber e um poder próprios derivados

⁴² Ver BENTO, 2006, p. 40.

deste novo campo de estudos e intervenções, tendo uma influência importante, mas não tão forte quanto gostaria, reforçando indiretamente o estigma, pela visão patologizante, de que vivências sexuais “estranhas” ou “incomuns” eram uma doença social e um perigo para a “sociedade” (LEITE JR., 2008, p. 146).

Como grande parte dos estudos da época acerca da temática, não há muitas referências aos casos de mulheres que se percebiam como homens. Provavelmente, por serem casos com menor incidência. A transexualidade, em geral, era atribuída a algum fator orgânico, principalmente genético e endócrino ainda não bem esclarecido. Mesmo assim, Benjamin afirmava que as pessoas transexuais são fisiologicamente “normais”, e não deviam ser confundidas com nenhum tipo de hermafroditismo.

Com o avanço das discussões e a lenta melhoria das práticas cirúrgicas, a pessoa transexual passou a ser “adaptada” às normas de gênero do período; caso fosse convincente – segundo os padrões, inconscientes ou não, da equipe clínica pela qual estaria sob responsabilidade – recebia a autorização legítima e legal para realizar os procedimentos cirúrgicos. Essa forma de autorização, submetida ao crivo ideológico e burocrático da ciência médica, expressava uma suposta “inclusão social” no campo das mulheres ou homens “de verdade”, embora representasse muito mais uma idealização do que um acontecimento prático.

O relato de João Nery pode ser colocado como exemplo prático do alcance desse discurso, pois caminha no sentido de reafirmar o suposto caráter verdadeiro dos apontamentos que lhe identificavam enquanto transexual. As manchetes que divulgaram essa publicação não deixaram de destacá-la como a história de um homem aprisionado em um corpo de mulher, utilizando as palavras do próprio Nery. Por toda a obra, também é elaborado um discurso de ódio e repugnância sobre o próprio corpo, e o que nele aparece enquanto característica feminina. A extrema infelicidade e angústia sentida pelo autor só poderiam ser superadas com a realização das cirurgias.

No Brasil, o sujeito deveria passar pelo acompanhamento clínico e terapêutico de uma equipe multidisciplinar por pelo menos dois anos, segundo as normas do Conselho Federal de Medicina. A busca de João Nery pelas cirurgias começou com o auxílio do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE), quando uma amiga lhe indicou uma equipe que estava começando a pesquisar sobre a transexualidade. O

primeiro contato foi realizado com o endocrinologista José Cherman, que aparece na autobiografia apenas como “Dr. Porto”, então chefe da equipe.

Já na primeira consulta, Ihe foi informado que precisaria passar por uma série de exames e avaliação psiquiátrica, com o objetivo de constatar que o paciente era realmente um transexual. O prêmio que Nery recebeu por “revelar” uma legítima “psique masculina em corpo feminino” foi poder realizar a adaptação do “sexo” do corpo com o “gênero” da mente, mesmo sendo um procedimento ilegal para a época.

Embora Leite Jr. (2008, p. 202) afirme que, no Brasil, “a temática da transição entre os gêneros, dissociada de sua associação com a criminalidade ou com a prostituição, e discutida pelos meios de comunicação de massas” só tenha sido realizada a partir da década de 1980 com o “fenômeno Roberta Close”, ainda nos anos 1970 são discutidos alguns aspectos científicos ligados à transexualidade, principalmente com referência ao julgamento do médico Roberto Farina. Ao que parece, Nery não teve contato com essas notícias.

2.1 TRANSEXUALIDADE EM PAUTA: ENTRE O MEDO E A CURA

Apesar da sólida divisão hierárquica, social e culturalmente estabelecida entre homens e mulheres, as práticas referentes ao gênero e à sexualidade são permeadas por contradições. No Brasil, com a predominância do patriarcado, os conceitos de macho/masculinidade e fêmea/feminilidade estavam rigorosamente baseados na construção de significados sexuais; as diferenças anatômicas foram transformadas em noções culturais de gênero, moldando o corpo e suas práticas (PARKER, 1991).

Vista de forma ampla, as práticas sexuais (permitidas e/ou proibidas) eram, simultaneamente, delineadas a partir dos conceitos de gênero enfatizados na cultura popular, da renúncia à carne defendida pela ideologia religiosa, e da interrogação dos “desejos perigosos” pelo pensamento científico e médico. Durante muito tempo, o desejo de que esse assunto não adentrasse entre os problemas da vida em sociedade limitou o tema “sexo” ao campo das ciências biomédicas.

João Nery entrou em contato com a temática ao realizar uma viagem à Europa, entre 1975 e 1976. Em uma livraria do *Quartir Latin*, bairro de Paris, encontrou uma revista científica que trazia como subtítulo a palavra *sexualité*, e abordava em um de seus capítulos as cirurgias transgenitais. O texto, segundo Nery, apenas fazia referência

aos “transexuais masculinos” – termo que hoje corresponde às mulheres transexuais –, por serem casos mais comuns e mais fáceis de serem resolvidos.

Como vendedor algum me incomodasse, senti-me à vontade para folhear com calma uma gama de livros e livretos, até minha mão alcançar uma revista científica. Trazia como subtítulo a palavra *Sexualité*. Dei, então, uma olhadela no seu índice. Precisamente no capítulo cinco, havia uma reportagem onde um médico falava sobre cirurgias transgenitais feitas em alguns países com grande sucesso. Referia-se, apenas, a transexuais masculinos, por serem os casos mais comuns e mais fáceis de resolver (NERY, 1984, p. 121).

Nesse contexto, os Estados Unidos era o país que se destacavam como precursores e mais desenvolvidos com relação aos procedimentos cirúrgicos para readequação sexual, enquanto a Inglaterra já havia mudado sua legislação e aprovado a mudança de identidade sexual para as pessoas trans.

Em 1972, a coluna assinada por Zózimo Barrozo do Amaral no *Jornal do Brasil* (RJ) publicou a manchete “Os Estados Unidos mudam o sexo”. No pequeno texto é afirmado que os Estados Unidos já realizavam as cirurgias de “transformação de sexo”, com mais de 500 procedimentos realizados e 20 mil pessoas na fila de espera. Os números chamam atenção, pois nesse período a temática ainda não era amplamente discutida, além de está envolta em polêmicas. Todavia, as cirurgias eram realizadas com o objetivo de trazer “contentamento e paz de espírito para pessoas cujas vidas anteriormente estavam marcadas pelo desespero, depressão e isolamento” (JB, Caderno B, 01/12/72, p. 3).

Segundo o jornal, o paciente só seria submetido à cirurgia após o diagnóstico de transexual – “aparência física de um determinado sexo, porém com a psique do outro” (JB, Caderno B, 01/12/72, p. 3) –, quando os tratamentos “normais”, no caso, o uso de medicamentos e a psicoterapia, não conseguiam atingir resultados eficazes. Nesse contexto, diferentemente de travestis e homossexuais, o transexual era colocado como alguém que repudiava seu sexo biológico, e buscava viver como um membro do sexo oposto.

No decorrer da década de 1970, as cirurgias passaram a aparecer como única solução. Quando Nery retornou de sua viagem à Europa, a ideia de realizar as cirurgias já havia sido absorvida como meta.

Queria me submeter a uma operação, mas cirurgias desse tipo não eram feitas no meu país, por serem consideradas ilegais. Fiquei sem saber por onde começar. Sentia-me perdido, quando recebi o telefonema de uma amiga psicóloga que se especializara em sexologia na Bélgica. Marcamos um encontro. Vislumbrei a possibilidade de iniciar alguma coisa (NERY, 1984, p. 128).

Lilian, como é chamada na narrativa, considerou a vontade de Nery uma afronta à luta feminina por emancipação. Para ela, o desejo de “ser homem” era uma “loucura”, resultado de uma cultura que repelia as mulheres. Seu discurso remete ao contexto brasileiro de lutas e movimentações de mulheres e homossexuais, estabelecidas na segunda metade da década de 1970.

Lilian estava tremendamente irritada. Deixava evidente que o assunto não lhe era indiferente, pelo contrário, até bastante ameaçador. Confirmou o que eu desconfiava, quando concluiu: - E sabe de uma coisa... eu não vou ter estrutura emocional para vê-la como um homem. Se eu fosse você, continuaria mesmo como homossexual, porque nós somos uma classe unida, e lutando juntas vamos conseguir muito breve a nossa emancipação e reconhecimento (NERY, 1984, p. 129).

Todavia, indicou que Nery entrasse em contato com o endocrinologista José Sherman, responsável por uma das equipes que pesquisavam o assunto no Brasil, para saber das possibilidades de realização das cirurgias. No encontro, o médico foi enfático na sua definição acerca da transexualidade, de forma semelhante ao que se pensava em outros países, assim como, ao que foi publicado pelos jornais brasileiros aqui analisados.

No transexualismo, o indivíduo apresenta uma total inversão psíquica em relação aos seus outros sexos, como o cromossomial, fisiológico, etc. Sua mente não faz parêntese com o corpo com que nasceu. Nestes casos, foi comprovado que a psicoterapia é inoperante e só a cirurgia resolveria o conflito (NERY, 1984, p. 130).

O procedimento de “diagnóstico” era realizado de forma lenta e cautelosa, para evitar qualquer equívoco. Ao passar pelos procedimentos cirúrgicos, os pacientes

deveriam tomar regularmente os hormônios equivalentes ao sexo para o qual mudaram, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das características físicas específicas. Tal procedimento estava submetido a critérios oriundos daquilo que Foucault chamou de “dispositivo da sexualidade”, em conexão com o sistema corpo-sexo-gênero e com a heteronormatividade. Por isso, o olhar médico buscava assegurar que o paciente desempenhasse feminilidade ou masculinidade suficiente, para só então poder ser submetido à cirurgia de adequação.

O crescimento do número de pessoas que se identificavam como transexuais, provavelmente pela propagação dos casos bem-sucedidos, parece ter provocado ações para conter os casos. Isso é exemplificado no interesse em criar um método que conseguisse diagnosticar crianças propensas a se identificarem com um gênero diferente do que os seus órgãos genitais indicavam.

A incidência da doença – se é que se pode assim chamar – está crescendo de tal maneira que, num esforço para evitar a cirurgia, alguns centros médicos estão tentando identificar crianças que possam estar a caminho do transexualismo. Através da psicoterapia, tentam modificar essa identificação sexual errônea, antes que seja tarde demais (JB, Caderno B, 01/12/72, p. 3).

A cura aparece como uma busca primordial para o campo médico. “A transexualidade é curável”, noticia o mesmo jornal dois anos depois. O texto a apresenta como uma “doença ainda desconhecida do público em geral e mesmo de um bom número de médicos”, sendo a principal temática do XI Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica.

Também foram abordadas as consequências que a realização dos procedimentos cirúrgicos acarretaria na vida desses indivíduos. Na área do Direito, por exemplo, o transexual que passava pelas cirurgias precisava de uma nova documentação, e isso acabava gerando inúmeras dificuldades. Na década de 1970, as polêmicas que envolviam a temática eram colocadas como limítrofes para os avanços do conhecimento científico:

– Os preconceitos, a superstição e a desinformação médica pura e simples – responde o cirurgião plástico Augusto César Teixeira, carioca de 32 anos, presente ao Congresso – foram os principais

entraves para impedir que essa anomalia fosse clinicamente indetificada [sic] (JB, Caderno B, 08/06/74, p. 9).

Contudo, o ano de 1975 parece ter sido o período no qual a temática ganhou maior visibilidade no Brasil, ocupando um pouco mais de espaço entre as manchetes jornalísticas. Em março de 1975, ela foi debatida na coluna “Comportamento” do *Jornal do Brasil*, escrita por Mary Ventura. Dessa vez, o texto fez referência à divulgação do programa do IEDE, equipe responsável pelo acompanhamento de João Nery durante sua transição.

Uma equipe de médicos deste Instituto, chefiada por José Sherman, buscava estabelecer um diagnóstico “absoluto e preciso” para os pacientes transexuais, durante o período mínimo de dois anos, e “solucionar o problema” através das cirurgias. A equipe realizava os atendimentos de forma gratuita, em concordância com os “moldes das clínicas norte-americanas do Hospital John Hopkins e da Universidade de Stanford” (JB, Caderno B, 02/03/75, p. 10), referências importantes na realização de cirurgias em pessoas transexuais. Em sua narrativa, Nery demonstra que o atendimento na instituição, à época, tinha caráter experimental e clandestino, tendo em vista que os processos cirúrgicos não eram legalizados.

Nesse sentido, o trabalho da equipe era dividido em duas fases, como em todos os casos vistos nessa pesquisa: 1. o estudo psíquico do paciente, o qual era examinado, fichado e entrevistado, com o objetivo de afastar “psicopatas e homossexuais⁴³”; 2. a fase laboratorial, para identificar doenças glandulares. Com o parecer psiquiátrico e a identificação de um quadro laboratorial normal, os procedimentos continuariam para aqueles que fossem indicados à realização das cirurgias. Na consulta com Nery, Sherman já teria lhe informado: “Nós aqui cuidamos só da parte dos exames. Fazemos uma série deles, inclusive uma avaliação psiquiátrica, e só depois de nos certificarmos que o indivíduo é realmente um transexual e não um homossexual, ou um psicopata, é que recomendamos a cirurgia” (NERY, 1984, p. 130).

Os exames iniciais realizados por João Nery apresentaram uma taxa elevada de testosterona – hormônio masculino – no sangue. Esse resultado foi encarado por Nery como um indício de que seu psiquismo estava gerando alterações no seu sistema

⁴³O jornal do Brasil relata que, segundo a literatura médica, inúmeros homossexuais cometeram suicídio após passar pelas cirurgias e depois se desesperarem, pois, precisavam de seus órgãos genitais anteriores para conseguirem sentir prazer sexual (JB, Caderno B, 02/03/75, p. 10).

endócrino. Nos exames clínicos, apesar de não demonstrar nenhuma alteração da genitália, foi identificado um “hirsutismo⁴⁴ generalizado e uma tonicidade masculina acentuada” (NERY, 1984, p. 138). Nessa fase preliminar, foi classificado como apresentando “homossexualismo de último grau”, de acordo com a escala do Relatório Kinsey. Nessa fase inicial, Nery utiliza o discurso médico e biologizante como respaldo da sua transexualidade, apresentando as suas características corpóreas como indícios da sua identidade masculina.

Iniciados os procedimentos, o paciente deveria buscar se adaptar socialmente, enquanto seria feita a aplicação dos hormônios e o acompanhamento psicológico, ambos continuamente. Era estimulado ao travestimento e a execução de profissões geralmente desempenhadas pelo gênero com o qual se identificavam, até que conseguissem se inserir completamente no meio social, após a mudança sexual. Todavia, boa parte dos pacientes já chegava à equipe bastante familiarizados com esses aspectos, como era o caso de Nery.

A apresentação pública do programa teve em vista desfazer algumas das noções pré-concebidas pelos que desconhecem a transexualidade, com a realização de um simpósio que abordaria a temática, reunindo psiquiatras, psicólogos, antropólogos, psicanalistas, cirurgiões, juristas, religiosos e representantes da ética médica. O debate entre esses especialistas deveria formular uma linha de conduta que levasse as pessoas transexuais a “reencontrar com seu verdadeiro ego e com a sociedade”, algo que a psiquiatria não havia conseguido alcançar.

– Agora que o transexualismo é uma questão aberta e médicos e outros profissionais chegaram a conhecer ou ter contato com transexuais, a compreensão é maior. E mais ainda, agora que vimos a criatura deprimida e desesperançada, com o “insolúvel” problema da identidade de gênero, florescer feliz, enquadrada normalmente num sistema social, nós, os profissionais, estamos encorajados a estender a mão amiga que livrará a sociedade de um segmento dependente e alienado. O transexual, assim, poderá não se realizar internamente mas também contribuir para a sociedade. Nossa participação para esta transformação deverá, pois, ser cada vez mais ativa (JB, Caderno B, 02/03/75, p. 10).

⁴⁴ Excesso de pilosidade em locais que, nas mulheres, geralmente é desprovido de pelos.

O Brasil é indicado entre os dez primeiros países do mundo a estudar a “disforia de gênero”. Essa “disforia⁴⁵” é conceituada por Sherman como “a insatisfação, a infelicidade com o seu sexo biológico”, que ocasiona condições para três tipos de “desvios” que vão sendo delineados no decorrer do texto: “o homossexualismo, o travestismo e o transexualismo”. A maioria dos textos sobre a temática se preocupa em diferenciar os três, atentando para o fato de apenas no caso dos transexuais a solução ser cirúrgica.

Disforia de gênero, então, refere-se à incongruência entre o sexo de nascimento e a forma pela qual ele é percebido e manifestado no comportamento do indivíduo, geralmente acompanhado por angústia e infelicidade. Embora, nem todos os indivíduos cheguem a sentir desconforto como resultado dessa incongruência, deve-se ter em vista aqueles que a sentiam pela impossibilidade das intervenções desejadas sobre o físico, por meio de hormônios e/ou procedimentos cirúrgicos.

A ideia defendida pelo chefe da equipe, José Sherman, refere-se à possibilidade de haver a ação de hormônios na fase final do período gestacional, que favoreceriam o desenvolvimento dessas disforias, alterando a diferenciação sexual cerebral, juntamente com determinadas condições ambientais desfavoráveis – desestrutura familiar, por exemplo. No caso dos transexuais, afirma-se que sua predileção, espontaneamente, começa a ser perceptível a partir dos quatro anos de idade, aflorando durante a adolescência. Destarte, ainda na infância, transexuais passariam a procurar coisas que são peculiares ao outro sexo, sem que a família tivesse qualquer controle sobre isso.

Essa ideia é familiar ao que foi relatado por João Nery, o qual considera ter sido uma criança solitária e triste, ridicularizado pelos seus pares, excluído na escola e incompreendido pela família. Aos sete anos se apaixonou pela primeira vez, por uma colega de turma, enquanto almejava ter as características físicas de um menino. Ainda aos nove anos, foi levado para fazer acompanhamento psicológico, mas nada que mudasse a percepção que ele tinha sobre si mesmo. Quando questionado sobre em qual momento da vida havia se percebido diferente de outras meninas, Nery relata:

⁴⁵É interessante notar, embora algumas pessoas ainda o utilizem atualmente, que o termo “disforia” representa exatamente a forma como os médicos encaravam a transexualidade na época. A palavra vem do grego *dysphoria*, e denota mal-estar; assim, tem-se na produção desse verbete uma concepção que remete a um estado repentino de mudança de ânimo, caracterizado pela angústia, pela tristeza, pela melancolia, pelo sofrimento.

Minha memória não chega a retroceder tanto, mas posso afirmar que desde os três ou quatro anos, mais ou menos, eu já rejeitava com veemência os valores ditos femininos e sentia uma atração identificadora pelo mundo dos meninos. Sempre me senti como um garoto (NERY, 1984, p. 170).

Mais uma vez Nery expressa, a partir das suas memórias, o que lhe era esperado. O discurso médico atravessa a narrativa ao indicar o início dos seus conflitos identitários aos quatro anos de idade, quando a criança começaria a se reconhecer enquanto pertencente a um dos gêneros (masculino ou feminino). O que se articula com outro aspecto relatado no texto do *Jornal do Brasil* (Caderno B, 02/03/75, p. 10) no qual afirma-se que o interesse primordial da pessoa transexual é ser inserida no meio social a partir do gênero com o qual se identifica.

É necessário, antes de prosseguir, pensar sobre a utilização dos conceitos de “sexo” e “gênero” no contexto aqui trabalhado. De acordo com Weeks (2010), foi a partir dos dois últimos séculos que o termo sexo assumiu o sentido de características biológicas, inatas e imutáveis, que diferenciam homens e mulheres. Essa concepção essencialista foi vinculada a uma abordagem médica, científica, identificando o que seria considerado enquanto patologia.

O conceito de gênero, por sua vez, aparece na segunda metade do século XX, no campo da medicina, em meio aos casos de crianças intersex⁴⁶. Essa concepção entende que existem duas categorias distintas: o sexo – natural, biológico, marcado por fatores endógenos – e o gênero – cultural, social, marcado por fatores exógenos. Destarte, o gênero, construção cultural do sexo, se relaciona diretamente com ele, podendo o sujeito se comportar como homem ou mulher. Todos os comportamentos que não correspondem ao sexo biológico do indivíduo são percebidos enquanto anormalidade que deve ser corrigida.

No caso da transexualidade, a narrativa do *Jornal do Brasil* remete o desejo sexual a uma característica que estaria mais ligada aos homossexuais. E argumenta:

⁴⁶“Os médicos, preocupados com o tratamento hormonal e cirúrgico desses bebês que nasceram com características dos dois sexos biológicos, passam a buscar qual é o ‘verdadeiro sexo’ de cada criança. Após identificarem esse ‘bom sexo’, realizavam intervenções cirúrgicas nos seus corpos, atribuindo a eles o sexo escolhido pela equipe médica como sendo o preponderante. Consequentemente, essas crianças, que nasceram com características biológicas de ambos os sexos, passam a ser tratadas conforme o sexo escolhido, sendo-lhes esperado que apresentem comportamentos adequados a ele” (RIOS & RESADORI, 2017, p. 297).

Ao invés da sexualidade, para eles importam mais as relações sociais: ele que [sic] se vestir, trabalhar e ser tratado como um ser do sexo a que aspira. Mais do que de sexo, seu problema é de gênero, e essa constatação determinou a nova terminologia para esse tipo de doença: disforia de gênero (JB, Caderno B, 02/03/75, p. 10).

Todavia, a narrativa de Nery nos relata uma perspectiva diferente. Muitos tópicos de sua autobiografia são dedicados aos seus anseios e frustrações relacionados a sua vida sexual. A falta de uma genitália que correspondesse ao seu gênero masculino lhe provocou, durante muito tempo, um sentimento de impotência. Não tomando o caso de João Nery como predominante, mas é importante destacar que o desejo pela inserção social não anula a sexualidade desses indivíduos, como a narrativa do texto jornalístico parece indicar.

[...] Realmente, o ato sexual em si é, geralmente, muito penoso para quem tem um corpo invertido e que não o sente atraente para si nem para o outro. Desligar-se nessa hora da realidade tão concreta e tão impeditiva é muito difícil. É necessário que haja uma forte fantasia substitutiva para podermos nos entregar a excitação. Daí, por nos ser tão custoso esse ato, que para qualquer sujeito normal é tão simples, não darmos prioridade ao coito (NERY, 1984, p. 171).

Nesse sentido, Nery desenvolveu comportamentos que serviam como adaptação as suas “deficiências como macho” (NERY, 1984, p. 79), como o que ele denominou de “coito perceptivo”.

Parece incrível e mesmo um desperdício [– relata –], mas eu só conseguia usufruir de um verdadeiro prazer depois que o “COITO PERCEPTÍVEL” estivesse consumado. Este se dava quando eu me certificava de que a parceira me percebia como um homem, ou seja, estivesse atraída mais pelo que eu me sentia do que propriamente pelo que havia em mim externamente. Esse coito era um processo demorado e nunca fidedignamente abalizado (Ibidem, p. 112).

No caso de João Nery, mesmo que a relação sexual ainda fosse encarada como um problema muito significativo, algumas vezes ele conseguiu alcançar o prazer sexual, a partir do uso da imaginação e de outras áreas sensíveis do corpo. A partir dos escritos de Connel (1995), explorados no capítulo anterior, entendemos que a construção da masculinidade se faz com o modelo hegemônico ocidental, reforçado pelas mídias,

escolas, igrejas etc. e, ao mesmo tempo, com a tentativa de apagamento de outros modos de experienciá-la.

É nesse sentido que a falta do pênis aparece na narrativa de Nery como umas das principais problemáticas, atrelada aos artifícios utilizados para supri-la. “Lembrei-me de quando descobri que o volume do absorvente, que tanto me deprimia, poderia ser transformado em algo proveitoso e menos torturável”, diz Nery (1984, p. 84), e continua:

De repente, vi-me esperando ansiosamente pelo dia da monstuação. A situação agora de invertia, pois só durante aqueles poucos dias teria uma desculpa para exibir um “pênis” em tamanho normal. Entretanto, se continuasse a usá-lo após o término do período, certamente ela me acharia um tolo, e eu, covardemente, não tornaria a usá-lo. Paradoxalmente, era nesses dias que eu mais me expandia sexualmente, vestido, é claro. Mas o fato de ter um “pau” só por três ou quatro dias e depois o volume sumir deixava-me igualmente desmoralizado (Ibidem, p. 84).

A fala de Nery, em vários momentos, coloca o pênis como necessidade central enquanto representante da sua virilidade. Esse processo funciona como legitimador de um imaginário que reforça uma suposta superioridade do masculino frente ao feminino. A tensão apresentada por Nery, por não possuir o órgão sexual masculino, parte de uma visão de masculinidade hegemônica, na qual o pênis é visto como única possibilidade de masculinização.

Voltando às publicações jornalísticas, o *Diário de Pernambuco*, em dezembro de 1975, publicou em seu primeiro caderno um artigo com o título “Mudança de sexo, luta de milhares de homens”. O tema desse pequeno texto é centrado nos processos cirúrgicos para mudança de sexo que estavam sendo realizados no Chile, enquanto país onde os métodos cirúrgicos com relação à transexualidade estariam passando por avanços significativos, à frente dos outros países que compõem a América Latina.

O jornal enfatiza as cirurgias para mudança de sexo e os avanços da medicina nessa área colocando-os, implicitamente, como uma espécie de corrida científica. Provavelmente, o objetivo seria camuflar a polêmica social gerada pelo crescente debate em torno da transexualidade. Nesse sentido, o editorial cita rapidamente a pouca influência que esse “avanço científico” exerceu frente à tradicional cautela com os

ideais da “moral cristã”. Buscando amenizar o conflito entre as duas perspectivas, o cidadão comum teria encarado o assunto como “algo curioso”, apesar de anormal (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/12/75, p. 2).

Esse texto é um dos pouquíssimos no qual o *Diário de Pernambuco* se propôs a discutir a temática, mesmo que minimamente. A maioria das suas notícias em que abordou a transexualidade como tema principal está diretamente relacionada ao processo que foi movido contra o cirurgião plástico Roberto Farina, após serem divulgados os resultados de seus estudos sobre o tema, em 1975, gerando grande repercussão entre os médicos e na imprensa em geral.

Embora tenhamos constatado a existência de, pelo menos, outra equipe de médicos pesquisadores e atuantes no processo de “reversão sexual”, Farina parece ter sido o único publicamente responsabilizado por grande parte das cirurgias de transgenitalização realizadas no país. Provavelmente, por ter sido processado, em 1976, por tais realizações, tendo o nome estampado em inúmeras manchetes de jornais por todo o país.

2.2 REBATENDO ACUSAÇÕES: ROBERTO FARINA, O CIRURGIÃO DOS TRANSEXUAIS

Constatamos que a maioria das menções acerca da transexualidade nos jornais brasileiros, durante a década de 1970, estava focada no processo contra o cirurgião plástico Roberto Farina, responsável por realizar as primeiras operações para mudança de sexo no Brasil e pesquisas sobre transexualidade, cujos resultados foram publicados em 1975 com o título “Transexualismo: do homem à mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias”. O médico recebeu um pedido de instauração de inquérito, encaminhado pelo Procurador Luís de Mello Kujawski, que o acusou de “lesões corporais dolosas”.

[Justificativa da acusação:] “num dia de dezembro de 1971, nas dependências do Hospital Oswaldo Cruz, nesta comarca, o cirurgião plástico Roberto Farina, a pretexto de mudar o sexo de um paciente, indivíduo inquestionavelmente masculino, realizou nele uma cirurgia consistente na ablação de seus órgãos sexuais, ou seja, o falo, o escroto e os testículos, e abriu, no períneo, mediante incisão, uma fenda, à imitação de vulva postiça, artificial, para onde transplantou a uretra, ofendendo-lhe, assim, a integridade física já que, daquele ato

cirúrgico resultou, para o ofendido, a perda irreparável dos referidos órgãos e inutilização de suas respectivas funções” (TJSP, fls. 883).

O denominado caso Farina foi noticiado pela primeira vez no jornal *Folha de São Paulo*, em dezembro de 1975. A manchete destaca o episódio com o título “Reversão sexual: o cirurgião rebate acusações”, demonstrando o interesse da mídia em acompanhar o julgamento do cirurgião plástico. De acordo com Farina, o promotor responsável pelo inquérito estaria agindo de maneira impensada, além de desconhecer o assunto e ser injusto em sua acusação. O “problema do transexual” aparece como algo humanitário e sério, que não deve ser analisado de forma superficial.

Farina afirma que a equipe envolvida nas cirurgias estava habilitada para fazer os procedimentos cirúrgicos da melhor maneira, sendo formada por professores universitários que já estudavam a transexualidade no Brasil e na América do Sul há alguns anos, nomeando alguns deles: o psiquiatra João Carvalhal Ribas, da Faculdade de Medicina da USP e do Conselho Regional de Medicina; o psiquiatra Luis Miller de Paiva, da Escola Paulista de Medicina; a endocrinologista Dorina Epps, da USP; e o geneticista Pedro Henrique Saldanha, também da USP.

Somente depois que essa equipe estuda e analisa o comportamento do transexual, seja do ponto de vista genético, endocrinológico, psiquiátrico e psicológico – e muitas vezes até por dois anos – é que então entro com a técnica operatória, e não aqui na minha clínica mas num hospital universitário. Financeiramente, não ganho nada; mas como pesquisador, sim (FSP, 6/12/1975, p. 14).

De acordo com o cirurgião plástico, as cirurgias começaram a ser realizadas no Brasil a partir de 1971, mediante a capacitação de toda a equipe envolvida; antes disso, os pacientes devidamente diagnosticados eram encaminhados para outros países. As cirurgias realizadas nos corpos anatomicamente masculinos levavam cerca de três horas, enquanto nos corpos femininos, se estendiam durante seis ou oito meses, totalizando sete procedimentos cirúrgicos.

Quando questionado sobre o seu processo estar inserido no artigo 129, correspondente a lesões corporais graves, Farina baseia sua defesa na inutilização dos órgãos genitais. O promotor que estava movendo a acusação afirmou que a realização

dessas cirurgias cria “eunucos estilizados que assim melhor se aprazem em suas lastimáveis perversões sexuais” (Ibidem, p. 14). A quem Farina rebate:

Segundo sei, por lesões graves se entende quando se retira um órgão útil para o organismo. O que retiramos do transexual é um órgão que não funciona. Como tirar um dedo de uma pessoa que tem seis em uma só mão. [...] no transexual, o órgão genital é inútil, não é um centro erógeno de prazer, ao contrário do homossexual (Ibidem, p. 14).

Quando aborda o assunto, o texto publicado no *Diário de Pernambuco* (15/11/77, p. A-1) faz referência aos procedimentos cirúrgicos ocorridos no Brasil, destacando as cirurgias encabeçadas por esse cirurgião plástico, destacando também o processo judicial em andamento. A notícia aponta Farina como responsável por realizar onze cirurgias entre os anos 1970 e 1975, sendo nove em “transexuais masculinos” e apenas duas em “transexuais femininos”.

A manchete “Mudança de sexo no Brasil só daqui a um ano” faz referência ao processo judicial pelo qual Farina está sendo acusado, colocando-o como única alternativa para quem deseja passar pelas cirurgias de transgenitalização. Em sua defesa, é citado o nome do médico Afiz Sadi (1924-2010), então Diretor do Serviço de Urologia da Escola Paulista de Medicina, que argumenta acerca da existência do “quarto sexo⁴⁷”.

Sua continuação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/11/77, p. A-16) direciona o texto para a realização do XVI Congresso Brasileiro de Urologia, ocorrido em Porto Alegre no período da notícia. O editorial demonstra ter tido contato com o resumo do trabalho enviado pelo médico Roberto Farina, no qual este afirma a importância do laudo psiquiátrico, sem o qual os pacientes transexuais não poderiam ser submetidos aos processos cirúrgicos. Todavia, o médico garante que, no caso dos “transexuais verdadeiros” ou “primários”, por não cogitarem a possibilidade de mudar o sexo psicológico, a única solução é a realização das cirurgias.

⁴⁷De acordo com o editorial, referenciando Sadi, os quatro sexos seriam “o homem, a mulher, o homossexual e o transexual”, sendo esse último representado por homens com o pênis atrofiado e sexo psicológico feminino. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/11/77, p. A-1).

Não resta a menor dúvida – diz ainda o dr. Farina no resumo enviado ao Congresso – que, para os transexuais verdadeiros ou primários, o único tratamento plausível é o cirúrgico (conversão sexual). Aliás, os psiquiatras, familiarizados com esses casos, sabem e afirmam que o equacionamento da mente ao corpo é mera utopia e a única trilha a ser seguida é cirurgia do reajustamento sexual (Ibidem, p. A-16).

Rapidamente o teor do texto muda, abordando alguns problemas relacionados ao transplante de rins, e o crescimento no número de portadores de sífilis no país. Como já demonstrado em publicação anterior (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/12/75, p. 2), a transexualidade é pautada apenas em relação aos avanços científicos na busca por uma cura definitiva para o “problema”. Nesse sentido, é colocada como uma doença, um “mal” que acometia as crianças desde a mais tenra idade, levando-as a buscarem se integrar no universo do gênero oposto ao que lhe foi biologicamente atribuído.

O jornal *Folha de São Paulo* (05/10/77, p. 16) retorna ao assunto, noticiando o encerramento da defesa de Roberto Farina. A ação penal movida pela Procuradoria Geral da Justiça enfatiza que as cirurgias de “reversão sexual” possibilitam situações favoráveis para que os transformados em “eunucos” possam realizar “uniões matrimoniais espúrias”.

Uma das testemunhas, o médico Sérgio José Fernandes de Carvalho, afirmou que a transexualidade seria a dissociação entre os aspectos individuais e a estrutura psíquica, sendo essa última colocada como real determinante da posição sexual do indivíduo no grupo social ao qual pertence. Argumenta ainda que, embora o transexual não seja um “doente mental”, poderia ser levado a esse estado psíquico pela não resolução do seu problema;

O transexual – prosseguiu – já nasce com essa antinomia entre corpo e mente, de tal sorte que, não sendo homossexual, rejeita a sua conformação anatômica aparente, procurando a auto-castração, macerando seus órgãos genitais e podendo chegar ao suicídio, em virtude da angústia e depressão brutal provocada por esse estado de coisas. A situação só pode ser resolvida através da cirurgia, dada a nenhuma eficácia de tratamento psicoterápico, psiquiátrico ou psicanalítico (FSP, 05/10/77, p. 16).

O testemunho do urologista “Assiz Sadi” (Afiz Sadi) é o primeiro, entre as manchetes analisadas, que cita o nome de “Valdir Nogueira⁴⁸”. O médico se coloca como responsável por ter autorizado a realização da cirurgia, juntamente com o apoio de psiquiatras, legistas, endocrinologistas, um geneticista e outros especialistas no assunto. Todos com a certeza de que a situação em questão se tratava de um caso concreto de “transexualismo”. Como o depoimento anterior, foi enfatizado o papel psíquico em casos como esse, que podem levar o paciente ao suicídio quando não resolvido. E conclui,

Ponho em jogo o peso de meus 30 anos de diuturno exercício profissional, minha experiência de livre-docente e minha responsabilidade de catedrático, com a tarefa de orientar as futuras gerações médicas de 30 assistentes, que a operação foi muito bem efetivada e absolutamente indicada (Ibidem, p. 16).

Como sabemos hoje, a sentença foi proferida em setembro de 1978, julgando a ação como procedente e condenando Farina a cumprir pena privativa de liberdade, durante dois anos de reclusão. A partir dessa sentença, percebemos a desconsideração do juiz frente ao saber médico acerca da transexualidade. O saber jurídico venceu uma disputa contra o saber médico.

Nesse mesmo mês, o assunto voltou a ser noticiado no jornal *Diário de Pernambuco*, com a manchete “Médico mineiro justifica operação para mudar de sexo”. Dessa vez, o evento que serviu de pano de fundo para que a temática voltasse às páginas do jornal foi o Congresso Médico da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. O texto traz a justificativa do médico para a realização das cirurgias, segundo o qual:

é preferível contrariar as características do sexo genético, genótipo ou gonadal e ter um indivíduo equilibrado e útil à sociedade – sem acarretar ônus para a família e o Estado – do que ter um indivíduo desajustado com predominâncias características sexuais orgânicas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23/09/78, p. A-16).

⁴⁸Valdir Nogueira é o nome pelo qual a transexual Valdirene Nogueira foi registrada ao nascer, e que passou pela cirurgia de redesignação sexual em 1971.

A presença da imprensa foi vetada durante a conferência, o que não impediu que a palestra de Roberto Farina fosse gravada à distância. A partir disso, o texto da notícia é inteiramente pautado na fala dele durante a Conferência sobre “estudos e tratamento do transexualismo”.

A fala de Farina é semelhante ao exposto por Harry Benjamin em sua obra *O fenômeno transexual* (1966). Nesse sentido, o sexo é definido a partir de características psicológicas e orgânicas. As orgânicas ocorrem a partir de vários influentes, os quais são: o cromossômico/genético (XX ou XY); o anatômico, que se divide em genital (pênis ou vagina) e gonadal, também ramificado em germinal (testículos ou ovários) e endócrino/hormonal; o psicológico; o social e o jurídico. As psicológicas, por sua vez, são adquiridas durante a formação individual, na qual a subjetividade reflete na autopercepção do indivíduo enquanto menino ou menina. Sendo assim, ao existir “discordância entre as características orgânicas e as características psicológicas de um indivíduo, forma-se o quando do homossexualismo e transexualismo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23/09/78, p. A-16).

Por ser mais comum, as referências presentes no texto são às mudanças do sexo masculino para o feminino. Ao abordar a diferenciação entre homossexuais e transexuais, por exemplo, as diferenças são colocadas em relação às atitudes, a maneira de se vestir e o interesse em realizar as cirurgias para “mudança de sexo”. “O transexual tem um comportamento tranquilo, não é afeminado e é essencialmente feminino. Tem repulsa ao pênis e o vê como um erro da natureza, pois acredita que possui alma feminina num corpo masculino” (Ibidem).

A notícia também aborda o diagnóstico dos transexuais, realizado a partir do exame clínico analítico-laboratorial, no qual o paciente é analisado por psicólogos e psiquiatras, além de testes de dosagem hormonal do hipotálamo (no cérebro). Também é mencionado que, de acordo com Farina, a transexualidade começa a ser demonstrada ainda nos primeiros anos de vida. Aspectos que, de maneira geral, foram apontados na maioria dos jornais que abordaram o assunto, demonstrando um certo consenso entre os médicos pesquisadores.

O *Lampião da Esquina* ainda aborda um debate sobre a condenação de Farina, ocorrido no programa do apresentador Flávio Cavalcanti⁴⁹, que levou ao ar a polêmica com a participação da transexual “José Edmilson da Silva”, do médico Isaac Benchimol, da psicóloga Ana Lúcia e de Darcy Penteadó, membro do conselho do editorial do *Lampião da Esquina*. O programa era líder de audiência, portanto, um assunto “tabu” nesse período alcançaria milhões de telespectadores.

“Edmilson” é apresentado como cearense, transexual; segundo o exposto no jornal, se tratava de um “rapaz traumatizado pelo fato de achar que em seu corpo de homem só cabe uma mente de mulher”, movido pela esperança da “troca de sexo”. No debate, ela/ele descreveu sua vida de transexual e ouviu as opiniões dos comentaristas, quase todos demonstrando concepções preconceituosas. De acordo com o jornal,

Flávio apresentou Edmilson, e depois deu a palavra ao Dr. Isaac Benchimol, a quem coube dar a explicação científica: ele mostrou a diferença que há entre transexuais, travestis e homossexuais, mas ao falar destes últimos sofreu um escorregão que felizmente, não lhe foi fatal: deu a entender que existiam apenas homossexuais masculinos. A Dra. Ana Lúcia, uma psicóloga, falou a seguir: ela sustentou a tese de que o homossexualismo é consequência de uma educação falha (meu Deus: se fosse assim, as 17 milhões de crianças abandonadas que segundo o Times, o Brasil possui, formariam nos próximos anos um compacto exército de famintos homossexuais); e mostrou o quanto era liberal ao concluir: “Os homossexuais não têm culpa de ser assim” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 5).

O programa também teria indicado que, com a condenação de Farina, as operações se tornariam impossíveis no Brasil, pois nenhum outro médico ousaria repetir esses feitos. Rebatendo os outros participantes do programa, Darcy Penteadó, integrante do *Lampião*, defendeu o médico e a necessidade da cirurgia, auxiliado por um dossiê sobre o assunto que ele preparou especialmente para esse debate.

– A condenação do Dr. Farina é ridícula, porque o caso de Valdirene não é uma questão de “lesões corporais”, mas sim um caso de direitos

⁴⁹Flávio Antônio Barbosa Nogueira Cavalcanti (1923-1986) foi um jornalista, repórter, apresentador de rádio e televisão, e compositor brasileiro. Um dos mais famosos comunicadores brasileiros, fez sucesso no comando de alguns programas de rádio e televisão nas décadas de 1960 e 1970. O *Programa Flávio Cavalcanti*, foi um dos programas mais polêmicos da televisão brasileira e líder de audiência, o qual foi ao ar via Embratel, pela Rede Tupi de Televisão, sendo o primeiro programa a ser exibido para todo o país.

humanos; o direito que cada um tem de dispor do seu próprio corpo, de fazer, sem prejuízo para os outros, o que lhe parece melhor e mais de acordo com sua consciência. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 5).

Roberto Farina foi o médico responsável pelos procedimentos cirúrgicos pelos quais João Nery passou a ser submetido a partir de 1977, quando ainda estava sob julgamento. Na autobiografia, lhe foi atribuído o nome de Vitório. O endocrinologista que lhes apresentou garantia que João era um “caso legítimo de transexualismo”.

- Vitório, por tudo o que estamos constatando até aqui, para que João é um caso legítimo de transexualismo. Estive, inclusive, na semana passada, com o psiquiatra de nossa equipe que o está assistindo. Ele me disse que João vai indo muito bem. Confesso que a gente fica sempre meio receoso quando aparece um caso destes, principalmente por ser feminino, que é mais raro ainda. Hoje, entretanto, depois de todas as dificuldades que lhe apontei, das possíveis conseqüências sociais e psicoemocionais que discutimos, e de ver a coerência comportamental de João e a sua persistência em querer se operar, começo cada vez mais a acreditar nele. Ademais, é o primeiro que vem a mim apresentando um nível de instrução superior, e, como psicólogo, vejo uma possibilidade de ele nos trazer muitas contribuições. É uma pessoa de boa formação familiar, muito inteligente, e, acima de tudo, parece-me extremamente lúcido (NERY, 1984, p. 147).

A condição psicológica, como demonstra o trecho acima, revela importância fundamental para a realização dos procedimentos cirúrgicos. O fato de João ser o primeiro com ensino superior a procurar pelas cirurgias reflete, também, o caráter de marginalização que permeava a transexualidade. A não aceitação social e/ou familiar, submetia transexuais e travestis a situações precárias, exercendo subempregos ou recorrendo, muitas vezes, à prostituição.

A fala de Farina, nesse momento de apresentação, é permeada pelos estereótipos atribuídos aos gêneros feminino e masculino, compatíveis com a ideia de transexualidade que se tinha na época. Nesse sentido, o médico definiu Nery como sendo “um belo rapazinho!” que não precisaria passar por muitas modificações, e acrescenta:

O difícil é quando nos chega um paciente que quer trocar de sexo, mas não traz no tipo físico nada que possa contribuir favoravelmente para essa mudança. Geralmente, é preciso mexer em características secundárias, como nariz, queixo etc., quando não apresentam problemas insolúveis, como a altura. Aí, as coisas ficam bem mais complicadas. (NERY, 1984, p. 147)

As cirurgias, ao que parece, iriam muito além da mudança dos órgãos sexuais. O corpo, como um todo, precisaria se adequar as mínimas características físicas associados a um determinado gênero. Provavelmente, a ideia seria “facilitar” a inserção das pessoas transexuais no meio social, e as adaptações físicas auxiliariam para que esses conseguissem passar despercebidos.

Nery narra a conversa entre eles, na qual Farina disse que a maioria dos transexuais que o procuraram eram pessoas com baixo poder aquisitivo e intelectual, que trabalhavam em salões de beleza ou nos shows de travesti, comuns na época. Geralmente, haviam sido expulsos de casas após os pais descobrirem o “problema”. A cirurgia é retratada como a realização de um sonho, e o tão sonhado encontro com a felicidade, afirmou Farina.

O fato é que, felizmente, todos os que operei saíram do desespero em que viviam e estão adaptados e felizes com os resultados pós-cirúrgicos. O único problema continua sendo a falta de reconhecimento da mudança de identidade sexual no nosso país, e assim eles continuam marginalizados [...] (Ibidem, p. 148).

O cirurgião plástico, então, contou a João Nery como começou a realizar cirurgias em transexuais, mesmo que essas fossem proibidas no Brasil. Ouviu sobre o tema quando participava de um congresso na Europa, mas só decidiu trabalhar na área quando conheceu pessoalmente uma mulher transexual. Uma “moça”, “magrinha, baixinha, loura, de olhos azuis, muito tímida”, que tomava hormônios de forma independente desde os 15 anos de idade. Pela primeira vez, o desespero dela o fez sentir “a dor desses infelizes” (Ibidem, p. 149). A primeira cirurgia de João Nery ocorreu em fevereiro de 1975, clandestinamente, em um hospital particular.

2.3 “PRA VIRAR TUDO BASTA OPERAR?”: TRANSEXUAIS NO *LAMPIÃO DA ESQUINA*

No contexto dos anos 1970, com o desenvolvimento econômico-industrial do Brasil, a urbanização e a forte influência cultural estrangeira, ganha-se espaço para discussões sobre gênero e sexualidade. É nesse contexto que a imprensa homossexual surge, a partir da necessidade de garantir visibilidade ao movimento e criar uma força coletiva contra o sistema opressor. Cresce, assim, o número de veículos impressos direcionados para esse público, sendo boa parte deles baseados em conteúdo pornográfico.

O *Lampião da Esquina* (RJ), que surge entre os anos de 1978 e 1981, foi uma dessas publicações voltadas para o público homossexual. Esse impresso promoveu várias discussões sobre sexualidade, entre outros temas polêmicos, através de “um discurso politizador acerca das questões referentes à sexualidade, especialmente aos homossexuais, garantindo os direitos a um grupo até então reprimido e ‘invisível’ para o Estado” (GARCIA; SCHULTZ, 2014).

Além disso, debateu abertamente a temática homossexual, contribuindo para a construção e o fortalecimento de identidades sexuais e de gênero marginalizadas, combinando “um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 474).

O *Lampião* lutou pelos direitos das minorias sexuais, ao defender a despatologização da homossexualidade, denunciar as violências e reivindicar a liberdade de expressão das múltiplas identidades de gênero. O impresso não foi pioneiro da imprensa alternativa⁵⁰, contudo, destinado ao público gay, destacou-se pela visibilidade atingida com uma distribuição nacional, chegando a alcançar grande destaque na mídia.

Em seu livro, o antropólogo Edward MacRae (1990) descreve a intenção das pautas escolhidas para o *Lampião*:

⁵⁰ A imprensa alternativa, ou nanica, é o modo como ficou conhecido o jornalismo feito por veículos não ligados às políticas dominantes e à poderosa indústria cultural. No Brasil, foi durante os anos de 1960 e 1970, com a ditadura militar, que essa imprensa ganhou força, principalmente ao protagonizar o desejo dessas gerações de propagar transformações sociais contra as injustiças do sistema (KUCINSKI, 2003).

Desde o seu primeiro editorial, *Lampião* já manifestara claramente a ênfase a ser dada à discussão da questão homossexual pretendendo-se destruir a imagem-padrão do indivíduo que sentindo atração física por outros do seu próprio sexo, seria um amaldiçoado, incapaz de auto-realização e com tendências a rejeitar a sua sexualidade. Portanto sempre houve uma intenção de falar livremente a respeito de sexo, ridicularizando os tabus sociais e ressaltando os seus aspectos criativos e prazerosos. (MACRAE, 1990, p. 90).

Nesse sentido, levando em conta o grande alcance de suas publicações e sabendo da importância histórica desse impresso, refletiremos sobre a forma como abordaram e representaram a transexualidade em suas publicações, a partir da articulação com a trajetória de Nery. A primeira constatação faz referência aos poucos textos sobre o assunto, alguns chegando a abordá-lo de forma irônica e debochada. Atitudes como essa são significativas acerca do período histórico, principalmente com o crescente questionamento das normas de gênero e organização dos movimentos feministas e homossexuais.

No *Lampião da Esquina*, a primeira menção ao tema ocorre na edição de n. 5, publicada em outubro de 1978. A manchete, “Transexualismo: um julgamento moral”, é acompanhada por uma pintura do século XVII, chamada “Lição de anatomia do Dr. Willem van der Meer” (Mierevelt, 1617). O texto é iniciado citando a notícia publicada no *Folha de São Paulo*, em 7 de julho do mesmo ano, sobre a acusação ao médico Roberto Farina. Logo após, uma analogia um tanto chocante:

Imaginem que alguém pudesse empilhar, num açougue qualquer, todos os seios sumariamente decepados pelos cirurgiões plásticos, no mundo inteiro, em nome da “cirurgia cosmética”: a que conclusão se chegaria? Que milhares de mulheres vêm sendo mutiladas em nome de um conceito abstrato de beleza segundo o qual elas não podem ter seios grandes; e que o seio vem, com isso, perdendo sua função única no corpo feminino, que é não a de embelezar, mas sim, de amamentar. [...] Como se explica, então, que nenhum promotor tenha até hoje resolvido processar um desses cirurgiões plásticos por lesões corporais? (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 5).

O jornal pretende, com essa analogia, constatar que o promotor responsável pela acusação de Farina não está realmente preocupado com o que aconteceu a Valdirene

Nogueira, mas sim, com o que a realização dessas cirurgias significaria para a “família brasileira”. O julgamento, então, teria sido movido por motivações morais. A possibilidade de que transexuais passassem por essas cirurgias estaria ferindo um sistema que se considera pronto e acabado, no qual as sexualidades são vistas como naturais e imutáveis. Além disso, tece forte crítica à postura da imprensa tradicional representada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que publicou o fato como se a ação de Roberto Farina fosse danosa para a sociedade, apresentando-o como um profissional incompetente, o qual teria cometido um erro médico.

De acordo com AS, autor do texto, o julgamento teria sido sobre “a ousadia de Valdir, que tentou mudar seu próprio destino, transformando-se em Valdirene” (Ibidem). Nessa perspectiva, o julgamento, caso fosse realmente efetivo, deveria levantar uma discussão válida sobre o tema, a qual seria: “o transexualismo – fenômeno referente às pessoas que têm o corpo de um sexo e a mente de outra – é um fato científico, ou apenas uma **figura** criada pela medicina para justificar esse tipo de operação?” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 5). O pensamento tem base na ideia de que o assunto só haveria surgido após ter sido descoberta a possibilidade de realização das cirurgias; pelo menos é essa a concepção exposta no texto.

Nesse sentido, o leitor é levado a refletir sobre o assunto, guiado pelos questionamentos que a matéria levanta. A operação é sugerida como uma forma de lucro à custa dos homossexuais, ludibriados pela ideia de que no sexo só haveria duas opções (homem e mulher). A medicina é problematizada enquanto instituição que visa ao lucro. O “perigo” de uma discussão como essa reflete no questionamento do próprio sistema, dentro do qual Farina e Valdirene seriam personagens descartáveis dentro de uma “conspiração bem mais ampla”.

É interessante notar a problematização que, na época, foi levantada pelos movimentos gays e lésbicos, no que diz respeito à realização das cirurgias. Em uma das conversas entre João Nery e uma amiga próxima, psicóloga, lésbica e integrante do movimento feminista, o seu desejo pela transição foi encarado como afronta à luta pela emancipação feminina. A seu ver, esse desejo de “querer ser homem” era motivado pelas dificuldades sociais enfrentadas pelas mulheres (NERY, 1984, p. 129).

– Mas isso é uma loucura! Virar homem! Você deve estar brincando... Nós, mulheres, precisando tanto de mais adeptas para aderir à nossa causa, e você quer passar logo para o lado dele?

Fiquei boquiaberto com sua reação. Aos poucos fui compreendendo que a não aceitação do meu caso se radicava em raízes mais profundas.

– Além do mais, você jamais passará por homem! Se me permite ser sincera, acho-a, inclusive, feminina... (Ibidem, p. 128).

A transexualidade também foi abordada, nesse mesmo tom, em 1979. A manchete informa o fim da transexualidade, com atenção para as novidades publicadas pelos médicos norte-americanos: as operações realizadas nos Estados Unidos estariam com os dias contados. O aviso estaria endereçado para as “bonecas nacionais”, as quais deveriam, caso ainda quisessem realizar a cirurgia, “correr ao médico mais próximo, porque a **moda** vai entrar em declínio” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979a, p. 16, grifo nosso). O texto está repleto de ironias e alfinetadas que atingem até a Christine Jorgensen, pioneira no processo de redesignação sexual.

Passaram-se quase 30 anos desde que um valente ex-soldadinho norte-americano resolveu enfrentar a plebe ignara e surgir como a glamourosa e loiríssima Christine Jorgense, devidamente redesenhada por hábeis cirurgiões dinamarqueses. Foi a primeira mudança de sexo clínica registrada na história (Ibidem).

O texto apresenta o hospital norte-americano John Hopkins como “templo do transexualismo”, mas que, agora, os médicos teriam anunciado o fim da realização dessas cirurgias. A notícia teria sido publicada pela revista *Time*, na qual um novo estudo feito pelo psiquiatra diretor do programa de consultas sexuais do hospital havia chegado à conclusão de que, observada a longo prazo, não havia diferença entre os transexuais operados e aqueles que resolveram não se submeter aos procedimentos cirúrgicos. “O psiquiatra disse: ‘A cirurgia funciona como um paliativo, mas não cura o que é essencialmente um distúrbio psiquiátrico’. Foi ele quem falou, não nós. As broncas devem ser endereçadas à caixa postal do John Hopkins Hospital.” (Ibidem).

Uma resposta à notícia é recebida na edição nº 18 (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979b, p. 18), enviada pelo leitor recifense Albérico Satyro. Isso demonstra que transexuais também estavam consumindo o impresso, e esperavam mais textos sobre o

assunto. O leitor busca alguns esclarecimentos sobre o fim das operações, e parece não ter entendido bem o teor irônico do informe “as broncas devem ser endereçadas à caixa postal” do hospital em questão.

Queridos Lampiônicos, li no nº 16 de setembro artigo sobre o fim das operações transexuais; como fazer para entrar em contato com esse hospital? Gostaria se possível vocês fornecessem o endereço; vocês falaram em caixa postal, mas não publicaram o número da mesma. E a tal clínica de Casablanca, Marrocos, o que vocês acham dela? Gostaria também, caso possível o endereço dela, porque vocês não publicaram matéria sobre o assunto; transexualismo é o maior sonho da minha vida, tenho passado todo o tempo economizando para a tal operação. Por favor atendam-me, ficarei eternamente agradecido. (Ibidem)

Na resposta, foi declarado que não havia consenso sobre o assunto entre o conselho editorial⁵¹ do impresso. Afirmam que, a única informação acerca do hospital norte-americano refere-se a “uma fila de gente” aguardando para realizar as cirurgias, garantindo o trabalho dos médicos para os próximos dez anos. As únicas informações de Casablanca eram os relatos trazidos pelas travestis brasileiras ao retornarem de Paris, e nada mais é acrescentado. Todavia, mais uma vez foi ressaltada a impossibilidade de realizar a cirurgia no país, após a condenação de Roberto Farina. E conclui, “aqui no LAMPIÃO, Albérico, a gente ainda não chegou a um consenso sobre o tema; mas ele vale uma matéria; prometemos, num dos próximos números, publicar uma matéria ampla sobre transexualismo⁵²” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979b, p. 18).

Assim, foi possível perceber que a população LGBTTTQIA+ está sujeita a mimetizar preconceitos impostos a ela como qualquer outro grupo social marginalizado. Mas a existência desse jornal é uma referência decisiva para a época, na desnaturalização da distinção binária de gêneros, do senso comum ao científico, e sua contribuição para dismantelar as relações de poder, hierarquias e assimetrias que marginalizam as sexualidades dissidentes.

Analisar a forma como a transexualidade foi abordada em jornais de grande alcance nacional, é tentar compreender um imaginário de resistência, coragem e, por

⁵¹Integravam o conselho editorial do *Lampião da Esquina*: Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

⁵² A prometida matéria só foi incluída na edição nº 35, em abril de 1981, com a chamada na capa: “A bicha que virou mulher”.

vezes, repetição de preconceitos. A constante repetição de estereótipos acaba qualificando-os enquanto verdade, e os sujeitos passam a corroborar essa concepção, mesmo que inconscientemente, incorporando práticas e discursos as suas vivências/experiências individuais.

As notícias e o relato de João Nery dialogam, demonstrando que ele estava constantemente atualizado sobre os debates médicos sobre a transexualidade. Sua narrativa parece funcionar como uma possível resposta ao que a grande mídia estava entregando ao seu público. Além disso, percebemos a opinião levantada por alguns representantes do movimento de gays e lésbicas que buscaram olhar para o discurso médico sobre a transexualidade de maneira crítica e desconfiada.

No capítulo seguinte abordamos os constrangimentos e as dificuldades enfrentadas por João Nery, ocasionados pela utilização de alguns espaços, públicos e privados, em virtude da falta de documentação legal ou pela distinção estabelecida entre corpo e gênero, assim como sua relação familiar em meio ao seu processo de transição.

CAPÍTULO III
TRANSGRESSOR: POSSIBILIDADES E IMPLICAÇÕES SOCIAIS PARA UM
TRANSEXUAL



João e o filho, Yuri, em 1987 (Fonte: *Viagem solitária*, 2011)

CAPÍTULO III – TRANSGRESSOR: POSSIBILIDADES E IMPLICAÇÕES SOCIAIS PARA UM TRANSEXUAL

[...] a desigualdade de gênero e a opressão sexual não são fatos imutáveis da natureza, mas sim artefatos da história (PARKER, 2001, p. 144).

Tradicionalmente, a partir de um sistema político heterocentrado, masculino e feminino são categorias apresentadas como constituintes de uma suposta essência humana; constituem o que é entendido como homens e mulheres de verdade. Nesse contexto, os que são considerados dissidentes da norma automaticamente são rechaçados e colocados no campo da anormalidade. Ao produzir a transexualidade enquanto patologia, foi articulada a defesa da normalidade feminino/masculino, homem/mulher. Nesse sentido, argumenta Preciado:

Dado que aquilo que se invoca como “real masculino” e “real feminino” não existe, toda aproximação imperfeita deve se renaturalizar em benefício do sistema, e todo acidente sistemático (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade...) deve operar como exceção perversa que confirma a regra da natureza. (PRECIADO, 2017, p. 29-30).

A fabricação normativa dos gêneros envolve a manutenção de um sistema que tem a heterossexualidade como centro. Como argumenta Miskolci, é perceptível “[...] a cadeia convencional e socialmente compulsória que molda a formação de identidades sexuais nos nossos dias” (MISKOLCI, 2014, p. 109). Ser um homem ou mulher verdadeiro/a seria corresponder a um exercício da sexualidade, a partir da ideia de que o gênero seria definido pelo sexo, e que este definiria a sexualidade a partir da lógica heterossexual. No sistema político sexo/gênero, almeja-se a estabilidade de uma ordem binária, a partir de parâmetros machistas, misóginos, sexistas e heterocêntricos.

Weeks (2001) argumenta que, durante o século XIX, a sexologia agiu no sentido de definir as características básicas que constituem a masculinidade e a feminilidade “normais”, e catalogar a variedade de práticas sexuais, produzindo uma hierarquia para distinguir o normal do anormal. O corpo é um território de fronteiras que articula a sua materialidade tanto por meio de traços físicos ou características observáveis, como pelos

traços demarcados pela linguagem que dá a ele uma capacidade de representação simbólica.

O corpo transexual, nesse sentido, representa a contradição de um sistema de gênero binário e heterossexual; sua existência acentua a possibilidade de refutação da heteronormatividade compulsória. Segundo Preciado (2017), enquanto dispositivo social, o sistema heterossexual produz uma feminilidade e masculinidade que divide e fragmenta os corpos, a partir da repetição e regulação constante de práticas socialmente naturalizadas como masculinas e femininas. Daí podemos entender a dificuldade em visualizar um corpo fora de uma representação sexual heterocentrada.

Nesse sentido, Bento (2006, p. 88) destaca a importância de analisar os corpos enquanto próteses, para burlar a relação dicotômica estabelecida entre corpo-natureza. O corpo, então, passa a ser visto como resultado de tecnologias, e o gênero como resultado das tecnologias que produzem corpos sexuais. A análise da materialidade do corpo deve ser realizada com vistas aos efeitos do poder investido sobre ele.

O sexo é uma das normas pelas quais “alguém” simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível. Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico (BENTO, 2006, p. 89).

Preciado (2017) afirma que todos os corpos já nascem operados pelas tecnologias sociais, embebidos em discursos. Aparências físicas, vestimentas e comportamentos são demarcados por especificidades que promovem um reconhecimento imediato do outro, remetendo, quase que automaticamente, a uma comunicação voltada para o gênero identificado. Ou seja, o gênero é entendido a partir de sinais exteriores vistos como “apropriados”.

De acordo com Hall (2000), os jogos de identidades com os quais nos engajamos cotidianamente transparecem construções identitárias múltiplas e moventes. Essa maleabilidade identitária ilustra como as fronteiras entre as identidades são abertas para mudanças e transformações, individuais e temporárias. Levando em consideração a crença de que o corpo é um atributo natural e que define a identidade de homens e mulheres enquanto pessoas de um sexo ou de outro, as mudanças corporais realizadas

por pessoas transexuais implicam na dificuldade de convivência e interação nos espaços sociais normatizados. Por isso, o acesso aos serviços de saúde, às políticas públicas e à circulação, em diferentes territórios e instituições, é dificultado.

Nesse sentido, uma pessoa transexual que não tenha em seus documentos uma identificação correspondente ao gênero com o qual sua aparência física demonstra, é automaticamente olhada com estranheza pelos presentes nesse mesmo ambiente. Os relatos discutidos por Bento (2006), assim como várias das vivências narradas por João Nery, abordam o constrangimento gerado nessas situações.

Apesar das multiplicidades e singularidades, não é incomum que muitos homens transexuais, ao romperem as fronteiras naturalizadas dos gêneros, como é o caso de João Nery, sofram com a estigmatização e preconceito produzidos e incitados pela sociedade heterocentrada. Nessa direção, ao abordar a vivência de homens trans, Guilherme Almeida argumenta que:

Em suas narrativas, há frequentes experiências de discriminação compostas de marcos, como a rejeição do lugar outorgado pelo binarismo de gênero (baseado na leitura inicial de sua genitália) e por experiências sociais variadas de sexismo e homofobia em decorrência dessa rejeição (ainda na infância e prolongando-se na idade adulta). Essas experiências e marcos culminam na decisão de, em algum momento da vida, reclamar a identidade masculina. Tal decisão é associada não só à possibilidade de obtenção de conforto psíquico, mas de respeito e reconhecimento social (ALMEIDA, 2012, p. 517).

Como já foi anteriormente exposto, as situações de constrangimento, rejeição e discriminação na vida de João Nery tiveram início ainda durante sua infância, como demonstra o relato:

Apesar da minha vivacidade, do casarão, das três irmãs movimentando o ambiente, fui uma criança só e triste. Na pracinha, perto de casa, onde costumava brincar, era ridicularizado. No colégio, não tinha grupinhos e, em casa, não era compreendido (NERY, 1984, p. 24).

A criança que não atende às expectativas geradas pelo seu sexo de nascimento, acaba sendo posta à margem em seu núcleo familiar, na escola, e demais instituições sociais. O peso da exclusão é, muito cedo, imputado a essas crianças, por não

compreenderem o porquê de não serem aceitas como são. Destarte, podem interiorizar sentimentos de culpabilização.

Embora João Nery desejasse ser incentivado em sua masculinidade, recebia constantes repreensões em relação ao modo como deveria se portar, a partir do que é considerado “adequado para meninas”. Em sua casa eram constantes as advertências: “‘Tome jeito, menina, parece um homem! Isto não é maneira de se comportar! ‘Uma mocinha não faz isso, não senta assim, não fala assado, não come assim, não olha assado!’ Não, Não, NÃO!” (NERY, 1984, p. 28). O trecho evidencia os limites comportamentais que geralmente são impostos às mulheres. Movimentos contidos e delicados, poucas expressões, pernas cruzadas.

Para os pais, não estava em questão compreender a infância como uma fase de experimentos, mas apenas cortar qualquer aresta que ameaçasse a lógica normativa, que tenta a todo custo separar o universo infantil entre “coisas de meninos” e “coisas de meninas”. No caso de João Nery, as vestimentas e brincadeiras que mais lhe agradavam burlavam o que tradicionalmente é propagado como feminino.

Todos me viam como se eu fosse uma menina, e, por isso, a cada instante, eu estava me chocando com o dueto hetero/auto-imagem. Adorava brincadeiras ditas de menino e era combatido. Gostava de me vestir como os garotos, sentindo-me rivalizar e competir com eles, mas era cerceado. Tremia, emocionando-me com as meninas, e minhas ambições eram como as de qualquer guri: ser super-herói ou, mais tarde, casar com uma princesa e ser pai. Nisso, igualmente era podado. Passei então a esconder meus sentimentos e aspirações (NERY, 1984, p. 27).

Embora declare não suportar nenhuma espécie de machismo (Ibidem, p. 8), a fala de Nery acaba reproduzindo esse tipo de discurso para buscar legitimação. Seus desejos remetem à rivalidade e competição, enquanto características geralmente incentivadas entre os meninos, além da finalidade de ser pai.

No período referido, o discurso médico apontava que a transexualidade começava a se manifestar nas crianças a partir dos 3-4 anos de idade. Em sua pesquisa, Bento apresenta outro aspecto muito presente nas narrativas de transexuais sobre a infância que remetem à insatisfação e aversão às roupas e/ou brincadeiras que lhe eram impostas, algo também explorado na narrativa de João Nery.

Nesse sentido, o ato de recordar é organizado a partir das lembranças que funcionam “como um recurso para legitimar suas histórias de insatisfação com o gênero imposto” (BENTO, 2006, p. 167). Sobre isso, Bento reitera: “relembrar é um ato interpretativo, no qual o sujeito atualiza uma leitura sobre o passado e as lembranças são matizadas pelas condições do presente”.

As diferenças de gênero entre homens e mulheres surgem quando estes são apresentados enquanto pertencentes a papéis sociais distintos. O processo de interação social, desde a infância, insere meninos e meninas como aprendizes de papéis sexuais e de gênero, atrelados a uma suposta masculinidade ou feminilidade continuamente reiterada. Nesse processo, elas/eles são guiadas/os por sanções positivas e negativas, forças socialmente aplicadas que recompensam ou restringem o seu comportamento. Nessa direção, Miskolci argumenta:

No caso da ‘identidade de gênero’, desde a infância, os sujeitos são ensinados a se enquadrar em padrões normativos, demarcando fronteiras do que é esperado ou não de uma menina ou menino. Esses corpos são vigiados pela sociedade (família, escola, mídia), de forma a não apresentar ambiguidades e se ajustar a comportamentos percebidos como ‘normais’ (MISKOLCI, 2014, p. 60).

Quando narra seu relacionamento com Dolores, quando ainda era identificado como mulher e lésbica, Nery demonstra insatisfação por ela não ter alguns hábitos que costumam ser esperados das mulheres: delicadeza e vaidade.

Minha relação com Dolores durou seis meses. Embora a amasse muito, faltava-lhe uma certa suavidade, um encanto feminino que dá ao par um caráter audiovisual gostoso. Ela não se enfeitava, não tinha vaidades de espécie nenhuma, e o pior é que isso que eu exigia dela, ela começou também a esperar de mim (NERY, 1984, p. 63).

Essa reiteração do que é designado para o exercício do que deveria ser feminino e masculino demonstra que, longe da ideia de essência, o gênero é produzido por agenciamentos heteronormativos, patriarcais, misóginos e sexistas, e que transexuais também não estão isentos de reproduzi-los.

A transexualidade foi entendida como patologia durante muito tempo, por isso as/os transexuais ainda são vítimas das mais diversas violências; foram execradas/os da sociedade e tiveram seus direitos negados. Destarte, neste capítulo discutimos os espaços limítrofes e transgressores no que se refere aos papéis estabelecidos em relação à divisão binária dos gêneros. Abordamos os constrangimentos e dificuldades enfrentados por João Nery, ocasionados pela utilização de alguns espaços, públicos e privados, em virtude de três aspectos, sendo eles: a divisão feminino/masculino estabelecida em lugares como banheiros públicos e outros estabelecimentos; a convivência familiar; e a falta de documentação exigida pelo sistema legal.

3.1 “SER DOIS GÊNEROS, NUMA SÓ VIDA, É ENLOUQUECEDOR”: OS PERCALÇOS ANTES DA TRANSIÇÃO

Antes mesmo de ouvir falar sobre transexualidade e se identificar como tal, João Nery fazia uso de roupas vistas como masculinas, por se sentir mais à vontade com elas. Historicamente, no cenário social, os sujeitos tiveram seus corpos normativamente definidos e categorizados de acordo com a cis-heteronormatividade.

Nesse contexto, as prescrições cisgêneras da masculinidade funcionam como uma sistemática armadilha para identidades oprimidas. A potencialidade opressiva dessa masculinidade é perceptível quando pensamos na moldagem desenhada para corpos cis-masculinos sendo incorporada por identidades transmasculinas. Destarte, não é difícil de ver homens transgêneros que recorrem à reprodução fálica, na busca por obter sua legitimidade social enquanto sujeito masculino.

Era visto quando solteiro como uma mulher-macho, e poucas vezes confundido com um homem. Um dia, por acaso, ao sair de casa, esqueci a bolsa a tiracolo que trazia sempre ao ombro. Qual não foi a minha surpresa ao constatar que ninguém na rua me olhava! Deduzi que se me aperfeiçoasse mais nos caracteres masculinos, passaria completamente despercebido do grande público. Isso não só traria vantagens na esfera social – uma maior liberdade para frequentar ambientes com minha mulher – como me permitiria vivenciar, a nível de realidade, a minha verdadeira identidade sexual psicológica (NERY, 1984, p. 66).

A percepção narrada por Nery exemplifica como as recorrentes sanções destinadas aos que não atendem às prescrições binárias de gênero, faz com que sujeitos

transmasculinos busquem ao máximo o encaixe em performances baseadas nos padrões cisgêneros. Contudo, tendo em vista que a estrutura do poder cisgênero é falocêntrica, transmasculinos acabam enfrentando muitas dificuldades para que sua identidade masculina seja socialmente reconhecida.

Bakhtin (1988) afirma que é através da “consciência de si mesmo” que os indivíduos moldam a si e a seus comportamentos. À medida que o sujeito trans toma consciência dos discursos que constituem o imaginário composto por representações masculinas que não condizem com sua existência, buscam se adequar à lógica vigente e serem reconhecidos, de modo que sua identidade corresponda à leitura feita perante seus corpos, tanto no que diz respeito à estética, quanto à prática de condutas atribuídas à hegemonia masculina.

Dessa forma, a “consciência de si” do sujeito masculino enquanto integrante de uma categoria construída nas interações sócio-culturais, se dá mediante normatizações que visam à reprodução de estereótipos, com o intuito de que sejam alcançados os efeitos de legitimidade.

Outro fenômeno que surgiu em decorrência de eu viver duas identidades concomitantes: meu campo de ação restringiu-se. Enquanto homem, eu esbarrava numa série de obstáculos, como ir à praia, casar, ter filhos, urinar em mictórios públicos (sempre precisava de reservados para me trancar), documentação, pegar mulheres na rua... Como mulher, também não podia frequentar ambientes que anteriormente me eram permitidos. Minha figura masculina agora me impedia, pois eu já tinha alguns caracteres de macho, como pernas e axilas cabeludas, corte de cabelo, e igualmente se tornava um problema ir à praia, a toaletes femininas e apresentar meus próprios documentos, sem causar escândalo e confusão. Eu era ambos os gêneros e, ao mesmo tempo, não era completamente nenhum dos dois (NERY, 1984, p. 69-70).

Diante do controle social para com as identidades, a transmasculinidade de Nery foi impulsionada a almejar uma leitura socialmente correspondente a sua identidade de gênero, mediante uma *passabilidade*⁵³. Berenice Bento argumenta que, “se o corpo é plástico, manipulável, operável, transformável, o que irá estabilizá-lo na ordem dicotomizada dos gêneros é a sua aparência de gênero” (BENTO, 2006, p. 162). Nesse sentido, é comum que, mesmo antes da hormonização, homens trans utilizem artifícios

⁵³ Passabilidade é um termo que traduz o quanto uma pessoa trans se parece fisicamente, se veste, fala e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero com o qual se identifica.

para terem a aparência correspondente ao gênero com o qual se identificam, gerando confusão ou passando despercebidos entre os olhares classificadores.

Muitas vezes a heterossexualidade chega ao indivíduo transmasculino como se fosse um elemento fundamental para ser homem, apesar de algumas exceções, pelo fato de ser uma exigência inclusive para os homens cis. Esse sentimento pode ser observado quando Nery narra sua primeira experiência sexual.

Naquela época, embora já tivesse bastante machucado pela minha inversão corporal, eu não sentia ainda a dor tão terrível que só mais tarde se consumaria nas minhas entranhas: de me sentir penetrando e ejaculando numa vagina sem ter pênis, nem esperma, e sem poder fecundar a mulher que amava (NERY, 1984, p. 60).

Para exibir seus desejos heterossexuais e viris, João Nery utiliza uma ideia conservadora e biologizante, segundo a qual o sexo tem fins reprodutivos. O ápice da masculinidade é apresentado, então, como a possibilidade de penetração, gozo e, como resultado, a fecundação. Ao longo do processo de construção da transmasculinidade, a pressão para cumprir uma expectativa social dominante em torno dos papéis atribuídos aos homens constitui um fator adicional de complexidade nesse percurso. Pontes e Silva refletem acerca dessa complexidade, quando afirmam que:

Negociar com a masculinidade, ou seja, produzir um corpo no registro do masculino, envolve, dentre outros fatores, mobilizar valores e códigos de gênero partilhados dentro dos grupos, entre os sujeitos situados no tempo (PONTES & SILVA, 2017, p. 414).

Para o sujeito transmasculino afirmar-se heterossexual na conjuntura cis-sexista da sociedade, gozando de *passabilidade*, é um grande flerte com a cisgeneridade e com os locais construídos para corpos cisgêneros. Estar em uma situação de passabilidade agradou a Nery. Segundo ele, “[...] o fato de deixar de ter uma aparência social ambígua deu-me alívio, prazer e segurança. Além de não ser tão discriminado na rua, era até, sob certos pontos de vista, aprovado. Uma vez ouvi dizer que formávamos um casal perfeito e bonito” (NERY, 1984, p. 70), ao abordar uma de suas saídas com a esposa Amanda.

Todavia, a distinção visual que, normativamente, deve identificar homens e mulheres, também foi um dos impasses enfrentados na profissão de professor ou até mesmo quando ele necessitava de atendimento médico.

– Dona Joana! – gritou o médico chegando à porta. Todos os rostos convergiram para mim quando me levantei na sala de espera. Ouvi alguém sussurrar: “Chamaram Joana, não foi?” O pior, entretanto, seria agora, quando enfrentaria a cara do doutor, tentando explicar-lhe meu nome em desacordo com minha aparência. Que desgaste brutal e humilhante! (NERY, 1984, p. 107).

Algo simples como realizar uma consulta, era transformado em um momento de constrangimento e angústia. Nesse período, Nery sentia como se tivesse uma “vida dupla”: quando estava em seu apartamento, ou em lugares onde não era reconhecido, explorava sua identidade masculina. Junto a familiares e conhecidos, sentia-se obrigado a ser Joana.

Em parte, diferentemente do que ocorre em relação à homossexualidade, quando são recorrentes as estratégias de ocultação da identidade como forma de autoproteção, a transexualidade se materializa e se visibiliza de maneira mais visceral. Isso porque as mudanças em relação a roupas, acessórios e gestos, por vezes aliadas à aplicação de hormônios, materializam-se nos corpos trans, gerando questionamentos por parte daqueles com quem convive.

Apesar disso, depois de ter concluído o curso de psicologia, Nery conseguiu trabalhar em algumas universidades do Rio de Janeiro. Os seus relatos indicam que, mesmo tendo alcançado prestígio e respeito entre os estudantes, ainda se sentia deslocado entre os docentes.

Precisava sempre ser o melhor, para apagar o trauma visual que causava. [...] Como professor, recebia críticas, mas, infelizmente, nem todas conseguiam transcender o jeito de me vestir ou de me comportar. Devido ao impacto, a minha imagem provocava aversão ou despertava uma grande curiosidade: o “grande enigma” que achavam que eu ocultava (NERY, 1984, p. 110).

Nery foi convidado para congressos, publicou artigos em revistas especializadas e passou a ocupar novas cadeiras na universidade. Mesmo tendo alcançado certo prestígio acadêmico e intelectual, a pressão por uma “melhor aparência” aumentou cada

vez mais. Segundo sua narrativa, chegou a ser chamado no gabinete do diretor do departamento do qual fazia parte. A ideia de que ele precisava melhorar sua aparência é usada como camuflagem para o que era realmente esperado dele: vestir-se como mulher.

Teria dito o diretor, após alguns elogios acerca do desempenho de Nery em sala de aula: “- A cúpula vem me pressionando a seu respeito. O seu jeito... não me leve a mal, estou falando para o seu próprio bem, porque sou seu amigo. Acho que seria bom você cuidar da sua aparência...” (NERY, 1984, p. 113). Logo, reconheceu que o preconceito sofrido era motivado pela dissonância com os estereótipos designados para as mulheres.

A coação não era para me vestir melhor, mas me vestir como mulher! No fundo eu achava uma certa graça, porque justamente as pessoas mais tradicionais eram as que mais exigiam que me travestisse. Vestir-me bem, eu me vestia. Usava calças, camisas e sapatos finos, comprados nas melhores lojas da cidade. Porém, dentro da concepção vigente, continuava sem me enquadrar como “bem vestido ou de boa aparência” (NERY, 1984, p. 113).

João Nery também relata que, por sua aparência, só era visto enquanto mulher na sala de aula pois era obrigado a se apresentar. Em outros ambientes, frente a outros alunos, funcionários e professores de outros departamentos, os quais não conhecia, era visto e tratado como um “representante da categoria masculina”. Inclusive, por causa disso, chegou a ser barrado por uma funcionária ao tentar usar o banheiro feminino.

3.2 “TÁ COM VERGONHA DE MIJAR NA FRENTE DOS OUTROS?”: O ESPAÇO DO BANHEIRO PÚBLICO E A VIRILIDADE MASCULINA

Indivíduos que se encontram fora dos limites da inteligibilidade social estão predispostos a serem capturados pelas práticas reiterativas de discriminação e de exclusão, diretamente ligadas aos discursos hegemônicos que formulam o que é entendido como “normal” no mundo social. Partindo do contexto de exclusão e da fabricação cultural das diferenças, percebemos o banheiro enquanto espaço de controle que normatiza a sexualidade e, como derivação, produz sujeitos dissidentes e discordantes das regras, por meio de um movimento hegemônico de silenciamento dessas diferenças.

A divisão binária dos banheiros - masculino e feminino - atua no processo de demarcação dos corpos. Não constitui apenas um local destinado às necessidades fisiológicas, mas funciona como locus de produção dos gêneros e atualiza o dispositivo da heteronormatividade. Simbolicamente baseados num “fundacionalismo biológico”, os banheiros funcionam como “tecnologias de gênero” (PRECIADO, 2017) e as suas condições distintas de utilização são programadas culturalmente, fazendo com que eles funcionem como mais um dispositivo de produção, reprodução e readequação das masculinidades e feminilidades tal como é esperado a partir dos padrões heteronormativos.

O banheiro público é um espaço ambivalente desde sua idealização arquitetônica. É considerado público na medida em que um grupo de indivíduos é autorizado a frequentá-lo. Seu objetivo inicial remete às necessidades fisiológicas individuais, entretanto, ao mesmo tempo, é um espaço no qual são compartilhados alguns aspectos íntimos com o outro.

Nesse sentido, uma das estratégias de atualização da heteronormatividade que remete aos banheiros são os sentimentos de vergonha, humilhação e inferioridade causados pelos corpos não inteligíveis. O banheiro é utilizado na reiteração e enunciação das identidades de gênero, por seu caráter distintivo, segundo o qual os espaços são específicos para pessoas cisgêneras, separadas entre meninos/homens e meninas/mulheres.

O banheiro encerra um dispositivo de determinação subjetiva da inteligibilidade do corpo, gênero e sexualidade cujo poder é expresso pelas ações de publicização ou compartilhamento das intimidades e ocultamento ou resguardo das mesmas. Eles foram criados para controlar os corpos, sexualidades e gêneros quando estes se vêm na companhia de outros corpos (SAMPAIO, 2015, p. 137-138).

Identificadas/os socialmente por um gênero distinto de seu sexo biológico, pessoas transexuais muitas vezes enfrentam problemas quando precisam utilizar o banheiro público. Isso porque, é recorrente os casos noticiados de pessoas transexuais e travestis que foram proibidas de frequentar o banheiro coerente com o seu gênero, sob o argumento de que gerariam constrangimento às demais pessoas que utilizam o mesmo espaço.

Para atender aos fins desta pesquisa, atentaremos mais especificamente para o banheiro masculino, enquanto espaço que engendra em nossa cultura ocidental heterossexista uma “proteção” da masculinidade hegemônica. Não sentir vergonha de urinar, tomar banho e exibir seu corpo diante dos outros do mesmo sexo, de certa maneira, constitui um ritual de legitimação da virilidade entre os homens heterossexuais. Ao passo que, quando deslizem surgidos nesse processo de interação no banheiro masculino acontecem, podem representar a expressão de sentimentos e desejos que ferem o espaço de reinado da virilidade e, assim, a masculinidade legitimada pela aprovação dos pares é colocada em xeque. Essa ideia pode ser percebida na situação narrada por Nery, ao precisar usar o banheiro de uma churrascaria.

Catei o banheiro dos homens e me deparei com aquela vala comum, onde todos os machos mijam em conjunto. Felizmente havia reservados, mas estavam ocupados. Fiquei à espera, absorto em qual das portas se abriria, quando um sujeito, segurando o pau em uma das mãos, virou-se pra mim e exclamou: - Ô cara, o que é que há? Tá com vergonha de mijar na frente dos outros?

Refazendo-me do imprevisto, gaguejei: - Não... não... é que, bem... não é mijão, é outra coisa (NERY, 1984, p. 103).

A utilização dos banheiros costuma ser definida a partir do esquadramento dos corpos baseado na genitália, vista enquanto fundamento biológico do gênero. É nesse sentido que Bento (2006, p. 61) vai falar em “estratégias de negociação”, quando a simulação é utilizada como possibilidade de sobrevivência em campos sociais que são fundamentados na heteronormatividade.

A partir de Butler, Bento (2006, p. 34) também aponta para as idealizações de gênero que estabelecem os domínios da masculinidade e feminilidade, fundamentados no dimorfismo ideal e na complementaridade heterossexual dos corpos. Seriam esses, então, os constituintes das “normas de gênero”, que delimitam o campo ontológico e designa a expressão legítima aos corpos.

A ideia de ter um pênis aparece por toda a narrativa de Nery como fundamental. Sua ausência é vista como humilhante. Preciado (2017, p. 26) argumenta que homens e mulheres agem a partir de uma lógica heterossexual de produção e reprodução, que acaba reduzindo a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos, privilegiando o pênis como “único centro mecânico de produção de impulso sexual”. Com base em sua

narrativa, os anseios de Nery por ter um pênis começaram a se intensificar durante a adolescência, quando o seu corpo começou a adquirir formas femininas mais visíveis.

Uma vez, experimentei colocar dentro das calças um objeto fálico, para sentir a prazerosa sensação de ter um pênis grande. Deleitei-me por alguns instantes, até pressentir que, se não o tirasse imediatamente, iria cair numa profunda depressão. Saber que aquilo era um objeto artificial, que não me pertencia e que eu não podia comandar, e que em breve sairia dali para ir novamente para cima do móvel ou para dentro de alguma gaveta, era terrível! (NERY, 1984, p. 43).

Seguindo esse caminho, buscando legitimar a sua masculinidade a partir da reprodução de aspectos hetero-cis-normativos, João Nery tentava reprimir o que havia nele de feminilidade, evocando suas insatisfações e anseio pelas mudanças físicas. Todavia, é necessário lembrar que Nery escreveu sua obra com o objetivo de ser lido e compreendido dentro de uma lógica social heteronormativa. Seu discurso corrobora o que era esperado de um “verdadeiro transexual”, a partir do que foi estabelecido por Benjamin, em sua obra *O fenômeno transexual* (1966), e seguindo as bases das normas de gênero. Ou seja, legitimidade dentro da determinação natural das condutas.

De uma forma geral, [argumenta Bento], os/as transexuais sentem dificuldades de falar de seus conflitos porque não sabem como nomeá-los. Como explicar às pessoas que seu desejo é vivenciar a experiência do outro gênero se seu órgão genital atua subjetivamente como o obstaculizador dessa possibilidade de trânsito? Para ter mais segurança no processo de inserção no mundo do gênero, é certo que muitos tentam reproduzir o modelo de mulher submissa e do homem viril, pondo em destaque traços identificados com as normas de gênero (BENTO, 2006, p. 101).

Ao descrever seus atos sexuais, demonstra uma permanente preocupação com a falta de um pênis, apontando sua condição como algo propenso a ser ridicularizado. “Ela iria querer pegar no meu pau, e cadê? Eu broxaria... e o pior é que ficaria desmoralizado, me sentindo ridículo” (NERY, 1984, p. 71). A ideia de que essa ausência era suficiente para desmontar toda a masculinidade do seu corpo é recorrente.

Para ela, parecia tudo ótimo. Eu, porém, sentia grande desconforto, numa posição desequilibrada para meter, já que a minha mão não

nascia do meu ventre. Saber que ela tinha consciência de que aquilo não era um pênis, que estava sendo guiado, isso me incomodava (Ibidem, p. 74).

Na busca por suprir sua “falta”, Nery atenta para detalhes que reforçam sua virilidade e desenvoltura enquanto macho. “Fui desenvolvendo comportamentos adaptativos para suprir minhas deficiências como macho. Notei, por exemplo, que na hora do ato amoroso, a mão esquerda adquiria um formato e uma maleabilidade específicos, como se fosse um pênis” (NERY, 1984, p. 80), e mais a frente, “Antes de penetrá-la, umedecia meus ‘dedos peniais’ no meu pseudo-esperma, como uma forma de colocar algo meu dentro dela” (Ibidem).

As modificações dos órgãos reprodutores internos, que ocasionaram a possibilidade de urinar em pé, após algumas cirurgias, são narradas com entusiasmo.

Difícilmente alguém entenderia como é possível se ficar tão alegre com o fato de urinar em pé, sem ter que tirar as calças; fazer amor sem recursos artificiais; poder ir à praia sem ficar preocupado com o fato do pênis escorregar de dentro do calção ou, depois, ter que ainda secá-lo. Sobretudo, poder, depois de tantos anos, me desnudar por inteiro diante de Amanda (NERY, 1984, p. 239).

Após a realização da histerectomia, João Nery sentiu a necessidade de utilizar algo que fizesse volume entre suas pernas, principalmente após a visita da sua sogra, que não sabia sobre a sua transexualidade. Encontrou nas suas meias uma solução temporária, mas que acabou contínua.

Como, de agora em diante, assumiria o meu nome de João, a minha identidade masculina, eu necessitaria de um pênis para poder me apresentar diante de pessoas que não me conheciam. Enquanto não tivesse um verdadeiro, teria que ter um fabricado (NERY, 1984, p. 210).

Com a utilização do que ele chamou de “pênis mecânico” ou “muleta”, Nery também passou a se comportar de uma forma que ele considerava mais natural, com o intuito de evidenciar sua masculinidade a partir desse novo artifício.

Não só eu me preocupava agora em que tudo estivesse perfeito e natural, no lugar certo, como um novo comportamento surgiu em

consequência desse uso: passei a me sentar de pernas abertas, provocando posições em que pudesse evidenciar a existência dos meus genitais, numa típica atitude de auto-afirmação e (por que não?) exibicionismo! (NERY, 1984, p. 210).

Com algumas exceções, as técnicas para construção cirúrgicas do pênis (faloplastia) ainda produzem resultados limitados quanto à aparência e funcionalidade. Segundo Preciado, esse procedimento faz necessária a execução de quatro procedimentos cirúrgicos: “sutura dos lábios vaginais, obtenção de tecidos da pele da perna e/ou do ventre, a partir dos quais se fabricará um enxerto de pênis, obtenção de uma veia – frequentemente da perna -, e enxerto do pênis” (PRECIADO, 2017, p. 123). Sobre isso, Nery relata:

Van [irmã de Nery] descobrira também que grande parte dos operados não ia até o final dos processos cirúrgicos. Muitos, como era o meu caso, paravam justamente na etapa em que me encontrava agora: tiravam os seios e a genitália interna, mas não prosseguiam na reconstrução do pênis. Pelo que ela pudera apurar, a causa se devia ao fato do processo ser demorado e sofrido, além de muito caro, com resultados bastantes precários (NERY, 1984, p. 224).

Como, na década de 1970, os riscos eram ainda maiores, e os resultados insatisfatórios, Nery acabou optando por não realizar a faloplastia.

3.3 “O QUE VOCÊ ESTÁ ESPERANDO? QUE MUDEM AS LEIS?”: A FALTA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELO SISTEMA LEGAL

O desconforto gerado pela desidentificação com o gênero que lhe foi imposto ao nascer não é o único problema enfrentado pela população trans brasileira. O desamparo e a vulnerabilidade são reforçados pela falta de apoio e suporte do Estado, principalmente nos casos em que os recursos financeiros são escassos.

Os documentos públicos de identificação, muitas vezes, têm sua apresentação exigida como condição para o exercício de algumas relações sociais, ou mesmo como condição para o seu estabelecimento (comprar uma casa, negociar um empréstimo no banco, procurar atendimento em hospitais etc.). Imaginamos, assim, a fonte de estigma e constrangimentos que representa o registro civil ao atestar, taxativamente, situações que não mais condizem com a nova realidade de uma determinada pessoa, como ocorre com transexuais.

Um aspecto que está sendo discutido nas pesquisas sobre a temática e entre a população trans diz respeito à relevância das mudanças corporais e de nome para o reconhecimento social. A negação desse direito, assim como o anterior condicionamento da alteração do nome no registro civil à realização do procedimento cirúrgico, pode ser visto como violência.

Quando decidiu começar a desenvolver uma identidade social masculina, no momento que saiu de casa para morar com Mercedes, Nery passou a utilizar uma carteira de estudante que lhe apresentava enquanto homem, nos espaços que lhe eram possíveis. A alteração só foi possível pelo fato de sua companheira ser secretária num curso de pré-vestibular, conseguindo lhe auxiliar no processo.

Com isso, obtive uma carteirinha de estudante do sexo masculino, podendo circular mais aliviado. Isso evitava confusões na porta do cinema, pois a minha verdadeira já tinha causado os maiores revertérios, a ponto da bilheteria desconfiar que não fosse minha. Nessa ocasião, para não ter que legitimá-la com a minha identidade, o que ocasionaria um escândalo maior, acabei tendo que comprar a entrada inteira (NERY, 1984, p. 68).

Após passar pelos procedimentos cirúrgicos, apesar das mudanças, ao ter se constituído enquanto homem na aparência física e comportamental, em certa medida de acordo com os parâmetros dispostos pelas normas sociais de gênero, João Nery continuou sendo empurrado ao espaço da anormalidade. O assunto surgiu na narrativa a partir de uma referência à visita de Selma, mulher trans que também havia passado pelas cirurgias.

Enquanto fazia meu desjejum, fui-lhe relatando o que tinha passado, dizendo da preocupação por estar cada vez mais com uma aparência masculina, sem ter documento correlato algum para me proteger. Balançando a cabeça num aceno de quem estava compreendendo exatamente como me sentia, desabafou: - Mas do que ninguém, posso entende-lo. Já passei por isso. É horrível a gente estar constantemente numa corda bamba! – Olhou-me firme e perguntou: - Mas por que não tira logo a sua certidão de nascimento? (NERY, 1984, 227).

A essa indagação, Nery argumentou: “A ideia já me ocorrera uma infinidade de vezes, mas eu não tinha noção do que seria necessário para concretizá-la. Além do

mais, sentia uma mescla de medo e revolta por ter que praticar um ato ilegal devido ao atraso legislativo do país” (NERY, 1984, p. 228).

Apesar do medo inicial, João Nery acabou cedendo à ideia e procurou um cartório nos arredores da cidade, distante de onde morava, assegurado por Selma de que daria tudo certo. Selma teria lhe dito: “- De que você tem medo? Não há erro. Basta inventarmos uma boa história e pronto. Deixa que eu me entendo com o escrevente. Você poderá ficar nervoso e falar besteira” (NERY, 1984, p. 228).

Ao chegar sua vez, informou ao funcionário que era maior de idade, mas ainda não havia sido registrado. Prosseguiu afirmando que, naquele momento, precisava se alistar no exército em função da obrigatoriedade jurídica. Após pagar uma multa pela demora em se registrar, forneceu os dados: “- Nome? – João Walter Nery. – Idade? – Dezenove – afirmou categoricamente Selma” (NERY, 1984, p. 229).

A última informação pegou-o desprevenido, estavam em 1978 e Nery tinha 28 anos. Não entendeu o porquê de não ter dado sua idade verdadeira, e questionou sua amiga. Ela lhe informou que a ausência de barba lhe deixava com uma aparência de mais novo, o que poderia gerar desconfiança no escrevente. Neste dia, foi oficializado o nascimento e registro de João Walter Nery.

3.4 RELAÇÕES FAMILIARES E O DILEMA DA ACEITAÇÃO

Ainda na infância, Nery se sentia limitado por seus familiares, no sentido do que queria fazer, como se vestir, com o quê brincar, e acabou sendo levado pela mãe para fazer acompanhamento psicológico. O primeiro diálogo sobre o seu envolvimento amoroso com uma mulher ocorreu com sua mãe, quando assumiu estar em um relacionamento com Dolores.

- Mãe, o que preciso lhe dizer é algo não inteiramente novo. Você me conhece bem desde criança; Lembra-se que, aos nove anos, você me levou a uma psicóloga porque eu era um menino? Pois é, desde antes eu já me sentia diferente. Durante minha vida inteira gostei de meninas. A doutora analisou isso como uma conduta puramente imitativa de papai, mas sinto que sou mais do que um macaquinho. O fato é que, hoje, gosto de Dolores... (NERY, 1984, p. 61).

Nesse momento inicial, Nery narra a situação de forma tensa, mas afirma que não chegou a perder o apoio familiar. Com o tempo, sua relação foi sendo aceita. Todavia, foi ao se relacionar com Mercedes que ele resolveu sair de casa e ir morar com ela, acontecimento que possibilitou as suas mudanças iniciais para assumir uma identidade social masculina (NERY, 1984, p. 66).

Mercedes me incentivava muito a esse respeito, fosse me comprando roupas de homem ou me tratando no masculino. Escolhemos um apelido neutro, com o qual ela me chamava em público. Mas a confusão começou a se formar quando, no meio de conhecidos e familiares, ela era obrigada a me tratar no feminino (Ibidem, p. 67).

A insatisfação com os seios e o desejo por escondê-los, fez com que Nery optasse pela utilização de uma apertada faixa de gaze em torno do tórax, segurada com esparadrapos. Seu intuito era melhorar sua postura arqueada – pois tentava, assim, esconder os seios –, e utilizar camisas menos largas. Tal procedimento ainda é comumente utilizado, hoje sendo possível encontrar o *binder*⁵⁴ em variados tamanhos e cores disponíveis para a venda em lojas virtuais voltadas para o público trans. Todavia, o improvisado também gerou desconfortos e constrangimentos.

Não podia fazer movimentos bruscos, mas, para uma saidinha curta, dava perfeitamente. O inconveniente maior era que, muitas vezes, a faixa começava a afrouxar, devido ao contínuo sobe-e-desce do diafragma, e eu me via obrigado a achar um banheiro urgentemente para refazer o arranjo, antes que caísse tudo (NERY, 1984, p. 67).

Nesse sentido, Nery enfatiza a tensão que vivia constantemente, sentindo-se ameaçado; com medo de ser “descoberto” e ridicularizado. Evitava qualquer comportamento que pudesse colocar em xeque sua masculinidade, atento em manter a voz grossa e os gestos contidos (Ibidem, p. 68). Destarte, Lanz (2014), pesquisadora trans, argumenta que a visibilidade social é um dos pontos mais contraditórios na vida de várias pessoas trans:

⁵⁴ Faixa de elástico utilizada para esconder o volume dos seios na roupa.

pois implica necessariamente em exposição direta ao “olho do outro”, com todas as implicações e, principalmente, as “implicâncias” que podem advir deste encontro. Ser vista e ser reconhecida publicamente como uma pessoa do gênero oposto é, ao mesmo tempo, o que a pessoa transgênera mais quer e o que mais teme (LANZ, 2014, p. 139)

Apesar do desejo de ser visto e reconhecido a partir da sua masculinidade, Nery compreende que essa experiência corria alguns riscos que poderiam ser psicológica ou fisicamente violentos. A passabilidade é vista como ponto importante entre boa parte da comunidade trans, ainda hoje, tendo em vista o preconceito e marginalização que ainda os rodeiam, apesar de todas as conquistas alcançadas.

No caso de João Nery, chegou a reproduzir até em casa uma divisão hierárquica que o colocava como provedor do sustento familiar, cabendo a Mercedes a posição de cuidadora do lar, embora ele mesmo assumia o caráter machista dessa divisão. “Aos poucos, Mercedes foi relaxando com o serviço caseiro. Como não podíamos ter empregada, abri mão do artefato machista e comecei a suprir as deficiências, o que me entediava sobremaneira” (Ibidem, p. 70). A necessidade de participar das tarefas domésticas é apresentada como entediante por não fazer parte de um suposto universo masculino.

Além disso, Nery expressava um desejo em ser pai. Em uma de suas viagens enquanto taxista, ao ser indagado sobre família e filhos, afirmou ser casado e ter dois filhos.

– Tenho dois. – Deu-me então uma vontade de continuar prolongando aquela sensação de ser pai. Resolvi divagar, sentindo o que gostaria que fosse verdade. – É um casal. São lindos! Você precisa ver o garoto... inteligente como ele só! Já fala papai, e a garota começou a andar semana passada. Parece mais com a mãe; o moleque, porém, é a minha cara...! – Parei de repente. Para que continuar aquilo? Eu não queria mentir para um sujeito que estava sendo tão legal comigo. Já tinha passado a vontade de ver como era; a sensação de dizer isso a alguém que estivesse acreditando e me valorizando e não ser, ao menos por um momento, tão diferente de todo mundo! (NERY, 1984, p. 101).

Esse desejo, um dia realizado, é narrado na reedição de sua autobiografia, intitulada *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* (2011).

Fruto de uma traição momentânea, Nery assumiu a paternidade de uma criança que o teve como pai, ciente de toda a sua trajetória.

No campo afetivo, seu maior apoio veio do relacionamento com Amanda, companheira que esteve presente durante todos os procedimentos cirúrgicos, inclusive durante a escrita de sua autobiografia.

Amanda começou dizendo ‘não’ a tudo que eu ou ela não nos deixávamos ser. Ela respeitava as minhas dificuldades até o ponto em que estas não me desrespeitavam e vice-versa. Ademais, foi a única pessoa que acreditou no meu desespero de querer nascer, não de novo, mas pela primeira vez (NERY, 1984, p. 124).

No campo familiar, as opiniões sobre o assunto eram variadas. Apesar de ocorrerem algumas discussões sobre o assunto, Nery não chegou a ser excluído. Quando fala sobre sua irmã mais velha, que aparece na narrativa com o nome de Mariana, esta argumentava que preferia não pensar sobre o assunto, bastando-lhe o afeto que sentia por ele (Ibidem, p. 134). Quando resolveu contar aos familiares sobre sua pretensão de realizar as cirurgias de redesignação sexual, Mariana e seu esposo entenderam a situação, e demonstraram interesse em colaborar com o que fosse possível (NERY, 1984, p. 140).

Todavia, um posicionamento mais severo partia de Leila, a segunda irmã. Nesse caso, a rejeição partia da relação de Nery com uma mulher pois o assunto da transição ainda não havia sido abordado de forma totalmente explícita.

- Não posso admitir uma coisa dessas, Joana! Você não quer é assumir a mulher que existe em você! Assim, nunca conseguirá ser feliz! Acho que uma análise a ajudaria bastante. Por que não se submete a uma? Posso lhe indicar uma conhecida minha, psiquiatra, que resolverá seu problema de homossexualismo (NERY, 1984, p. 134).

Para amenizar a situação e tentar provar o equívoco de sua irmã, ele acabou comparecendo a algumas sessões de psicoterapia, as quais não foram o suficiente para Leila. Destarte, a homossexualidade também aparece enquanto uma conduta patológica, passível de reversão a partir de um acompanhamento psicológico específico e contínuo.

Entre as irmãs, a mais nova, apresentada com o pseudônimo Van, aparece como a mais compreensiva e incentivadora. Aceitava e se propunha a auxiliar João Nery em todos os aspectos de sua vida, mesmo que já não morasse no Brasil.

Enquanto aos pais, a notícia foi recebida com alarde; se diziam chocados. A homossexualidade já era encarada com certa dificuldade, mas de certa forma aceita. Todavia, a realização de cirurgias, que transformariam seu corpo de maneira permanente, foi vista como “loucura” (Ibidem, p. 152).

Embora a reação deles não me surpreendesse, fiquei abalado. Principalmente pela omissão completa de papai. Entretanto, continuava a lhes escrever, tentando fazer-lhes ver que não se tratava de um capricho impensado e que meu intuito estava longe da mutilação. Muito ao contrário, pretendia ter uma chance de renascer. Expliquei-lhes que não adiantava ter um corpo tão bem constituído, se não o sentia como meu. E, sobretudo, que me desagradava trazer-lhes desgosto, mas que não abriria mão desta oportunidade de ser feliz por quem quer que fosse. Deixava ainda claro que essa mudança não implicaria uma troca de personalidade. Apenas me tornaria um ser mais adaptado, equilibrado comigo, e isto em hipótese alguma iria interferir negativamente no meu amor por eles (Ibidem, p. 153).

Ao manifestar seu desejo e iniciativa para realizar as cirurgias, Nery relata um certo abandono, tanto de alguns amigos quanto da família que ainda estava tentando compreender melhor a situação. Contudo, Nery chegou a precisar que sua mãe tivesse um encontro com seu psiquiatra, para que só assim o mesmo pudesse lhe entregar um parecer favorável a realização das cirurgias. No encontro presencial ela se colocou contra as cirurgias, por medo de um futuro arrependimento ou que pudesse acontecer “algo pior” (NERY, 1984, p. 187), mas acabou enviando uma carta, dias depois, informando ao psiquiatra que havia mudado de ideia. João Nery realizou a primeira cirurgia no dia em que completou 27 anos de idade. “A família, diante do consumado, não teve outra saída senão admitir a minha nova imagem” (Ibidem, p. 213).

CONCLUSÕES

Analisar a narrativa de João Nery nos possibilitou refletir sobre algumas possibilidades e implicações sobre a socialização de uma identidade transexual entre as décadas de 1970 e 1980 na sociedade brasileira. A ideia de transexualidade enfatizada em sua autobiografia revela a força que o discurso médico tinha na época. Enquanto transexual masculino, percebemos a sua identificação com esse gênero atrelado ao repúdio para com as características biológicas femininas, a reprodução de trejeitos comumente associados ao “universo masculino”, assim como os espaços sociais que Nery passou a ocupar.

Somos envolvidos em modelos de aprendizagem de gênero, compulsivamente heteronormativos. Nesse sentido, apesar de, desde a infância, se recusar a obedecer e desempenhar comportamentos que lhe eram esperados por ter sido reconhecido enquanto menina, Nery acaba se aproximando e reproduzindo práticas normalizadoras baseadas no que seria um papel social masculino. Percebemos, então, que no processo de construção da transmasculinidade há uma pressão para atender à expectativa social em torno dos papéis atribuídos aos homens.

Nesta trajetória, a passabilidade, implicada em uma performatividade de gênero, aparece, para além do visual, enquanto conjunto de atos regulados e repetidos para assegurar uma percepção de gênero que atendessem à matriz heterossexual e cisgênera. A atenção redobrada ao seu comportamento cotidiano auxiliou Nery na produção e manutenção da sua corporalidade, a partir do constante policiamento das fronteiras entre feminino e masculino, com o intuito de suprimir qualquer traço ambíguo que expusesse a sua transição de gênero. Esta experiência revela um registro normativo que lê corpos como inteligíveis na medida em que estes agenciam marcas corporais relacionadas ao sexo (seios, estrutura corporal, pelos, dentre outras) as quais são utilizadas para reiterar a linearidade sexo-gênero.

A transmasculinidade foi narrativamente construída por João Nery levando em consideração uma certa hierarquização das relações de gênero, na qual o pênis aparece como um dispositivo viril de poder. Em outras palavras, a constituição de uma identidade masculina aparece atrelada ao desejo de penetração e ejaculação do pênis em uma cavidade vaginal. Não possuindo o pênis, Nery nos apresenta o desenvolvimento de estratégias que, no campo da experiência sexual, tem o objetivo de legitimá-lo enquanto homem heterossexual.

O desejo por ser socialmente lido como homem também o levaram a ter atitudes, por vezes, machistas. Algo que, frente às discussões feministas que estavam acontecendo na época, as quais o próprio Nery tinha acesso, foi reconhecido por ele em determinados momentos, e rebatido por algumas de suas companheiras. Ao publicar uma versão reeditada da autobiografia, em 2011, sua experiência aparece de forma mais articulada aos debates sobre gênero e sexualidade, além de incluir acontecimentos ocorridos após a publicação do primeiro livro.

Por sua vez, no período no qual a experiência de Nery está situada, ser transexual legítimo significava necessariamente realizar as cirurgias e passar pelo processo de hormonização. Destarte, na visão médica, as cirurgias realizadas nas pessoas que fossem diagnosticadas como “transexuais verdadeiros” só era inteligível quando partia do objetivo de alinhar sexo, gênero e sexualidade, ou seja, criar corpos e identidades coerentes: homem com pênis – masculino – heterossexual; mulher com vagina – feminina – heterossexual.

O termo “transexual” foi cunhado por Harry Benjamim (1966), também responsável por criar procedimentos clínicos para identificação e atendimento as pessoas transexuais. Até então, essas pessoas eram incluídas no fenômeno do “travestismo fetichista”, entendido na época, especialmente por psicanalistas, como uma patologia, um tipo de psicose, tendo em vista que o gênero adequado à cada indivíduo estaria submetido ao seu sexo biológico. No Brasil, a recepção às contribuições de Benjamim foi parcial e tardia, prevalecendo uma concepção restrita da transexualidade, reduzindo essa condição a uma patologia, e as pessoas trans enquanto seres abjetos, para os quais procedimentos cirúrgicos levariam a “cura”.

Atualmente, os procedimentos cirúrgicos e/ou hormonização são vistos como dispensáveis – embora parte significativa dos transsexuais optem por utilizá-las. Com as constantes discussões em torno das concepções sobre corpo, gênero e sexualidade, a pessoa trans obteve mais autonomia com relação a sua expressão de gênero e as mudanças corporais que deseja realizar.

João Nery viveu até os 27 anos com um corpo de anatomia feminina, até passar pelo processo transexualizador, a partir de 1977, sob os cuidados do cirurgião plástico Roberto Farina. É considerado o primeiro trans-homem, no Brasil, a passar pelas cirurgias para readequação sexual, quando as mesmas aconteciam ilegalmente. Por esses aspectos, ele se coloca como “cobaia” da ciência. Apesar de, atualmente, nem todas as

pessoas trans desejarem realizar intervenções cirúrgicas, aqueles/as que desejarem tem esse direito garantido pelo SUS.

Em 1997 o Conselho Nacional de Medicina publicou a Resolução 1482/97⁵⁵, autorizando hospitais universitários a realizarem, em caráter experimental, procedimentos cirúrgicos para “tratar” dos casos de transexualidade. Na Resolução 1.652/2002 foi incluída a realização das cirurgias de transgenitalização para mulheres transexuais em hospitais públicos ou privados, a partir de um rígido processo, deixando os casos dos homens transexuais ainda restritos aos hospitais universitários. Esses, por sua vez, foram inclusos na Resolução 1.955/2010.

Em 2007, um Acórdão proferido pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinou a inclusão da cirurgia de readequação sexual na lista de procedimentos médicos custeados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), considerando que, na época, a transexualidade era vista enquanto doença psíquica, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Código Internacional de Doenças (CID). Desde 2013, através da ampliação da Portaria que rege o Processo Transexualizador, foi promovido o acesso à hormonoterapia, aos procedimentos cirúrgicos e ao acompanhamento profissional por equipe multiprofissional. O acesso a esses procedimentos, no entanto, fica condicionado ao diagnóstico de transtorno de “incongruência de gênero”, de acordo com o capítulo sobre saúde sexual presente na atualização do CID11, que deverá entrar em vigor em janeiro de 2022.

Ainda sobre as mudanças jurídicas acerca da transexualidade, os deputados Jean Wyllys (PSOL) e Érika Kokay (PT), baseados na lei de identidade de gênero argentina, apresentaram o “Projeto de Lei 5002/2013 João W. Nery - Lei de Identidade de Gênero”, que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e propõe a alteração do artigo 58 da Lei 6.015 de 1973⁵⁶.

⁵⁵ A Resolução definia a transexualidade segundo os seguintes critérios: desconforto com o sexo anatômico de nascimento e desejo de eliminá-lo em troca das características do sexo oposto; permanência contínua e permanente desse aspecto por, no mínimo, dois anos; ausência de “outros transtornos mentais”. A seleção dos pacientes para a realização das cirurgias deveria obedecer à avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social. Após dois anos de acompanhamento conjunto, deveriam ser considerados como critérios: o diagnóstico médico; o paciente ser maior de 21 anos; e a ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia (CFM, 1997)

⁵⁶ Parágrafo único - Em nenhum caso serão requisitos para alteração do prenome: I - intervenção cirúrgica de transsexualização total ou parcial; II - terapias hormonais; III - qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico; IV - autorização judicial.

A Lei propõe que toda pessoa seja reconhecida e tratada de acordo com sua identidade de gênero e identificada dessa maneira nos instrumentos que creditassem sua identidade pessoal, assegurando também a continuidade jurídica da pessoa através do número de identidade e do registro civil, e sua notificação aos órgãos competentes. Além disso, busca garantir os direitos e obrigações eleitorais, fiscais e antecedentes criminais. Quanto aos interesses da criança e do adolescente, prevê a assistência da Defensoria Pública, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, regulamenta as intervenções cirúrgicas e os tratamentos hormonais que constituem o processo transexualizador, garantindo a livre determinação das pessoas sobre seus corpos, além de colocar a terapia como opcional.

O atendimento médico a transexuais, regulamentado em 1997, e o processo transexualizador, instaurado no SUS em 2008, são fundamentados a partir do conhecimento médico sobre a transexualidade.

Mas foi com base nos princípios da dignidade humana e da autodeterminação, argumentos da militância trans, que no dia 1º de março de 2018 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade que pessoas transgênero podem mudar o nome e o sexo no registro civil sem se submeter a cirurgias ou recorrer a um processo judicial (MUNIN, 2018, p. 61).

Após anos de muitas reivindicações, o Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer que travestis e transexuais pudessem alterar o nome e o sexo no registro civil⁵⁷, sem a obrigatoriedade de terem realizado os procedimentos cirúrgicos. A solicitação da mudança é feita no próprio cartório da cidade, não sendo necessário nenhum atestado de comprovação da sua identidade psicossocial. Desse modo, o Conselho Nacional de Justiça editou o provimento n.º 73/2018⁵⁸, com o objetivo de orientar os tribunais de justiça e os cartórios de registro civil sobre os procedimentos necessários para as alterações.

⁵⁷ A decisão foi realizada na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 4275 ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 – lei de registros públicos – fosse interpretado levando em consideração o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição. Destarte, tornando possível que a alteração do nome e gênero no registro civil seja realizada a partir da averbação no registro original. Mais informações estão disponíveis do site do STF: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalle.asp?idconteudo=371085>.

⁵⁸ O texto do provimento n.º 73/2018, na íntegra, pode ser acessado em: https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_73_28062018_02072018160046.pdf

Essas mudanças são de grande importância para a militância de transexuais e travestis, tendo em vista vivermos em um país que assusta com o grande índice de mortes causadas pela transfobia. Nessa realidade de exclusão, preconceito e violência, muitas pessoas transexuais e travestis, além de serem espancadas e/ou assassinadas, acabam recorrendo ao suicídio. O Mapa de Assassinatos de Pessoas Trans no Brasil, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), aponta 179 assassinatos de transexuais e travestis durante o ano de 2017. Esse número é apenas uma base, tendo em vista que esses dados são baseados apenas nos casos que chegam a ser reportados pela mídia ou pelas redes sociais, visto que, no Brasil, a tipificação de transfobia e homofobia enquanto crimes é recente.

Além disso, é preciso atentar para os casos de subnotificação, quando veículos de comunicação tratam esses casos como assassinatos de gays ou lésbicas, e invisibilizam a identidade de gênero e o nome social das pessoas trans. Nesse contexto, a expectativa de vida dessa parcela da população, de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia, é de 35 anos, chegando a ser menor que a metade do restante da população (75 anos).

Pessoas transexuais e travestis sofrem formas de violência que vão da expulsão de casa à evasão escolar. Mesmo nos casos em que pessoas trans se tornam graduados e aptos a exercerem diferentes profissões, não estão isentas/os de encontrar dificuldades para conseguir um emprego por conta de sua identidade de gênero. Nesse sentido, aqueles que nem ao menos possuem formação escolar básica, por sua vez, são duplamente excluídos.

Ao mesmo tempo, na atualidade, o movimento transgênero se encontra cada vez mais visível através das manifestações públicas e do ativismo em rede, no qual João Nery teve um papel fundamental. Esses instrumentos trazem a tona realidades sociais antes ignoradas, demarcando identidades pessoais e sociais, demonstrando, na sua práxis cotidiana, que a identidade de gênero não esgota as subjetividades.

No mais, entendemos que os trans-homens enfrentam diferentes processos de “enquadramento” e transformação. Ao pensar e desenvolver esta pesquisa, reconhecemos a multiplicidade de identidades, assim como os diferentes processos de enfrentamento e sobrevivência, que variam de acordo com as experiências individuais. Apesar da imagem que vem sendo vendida, atualmente, pela grande mídia – corpos trans construído a partir de estereótipos que envolvem cirurgias e hormonização –, a

transmasculinidade é uma identidade que transcende os procedimentos clínicos. Esses procedimentos podem ser vistos, destarte, enquanto ferramentas que auxiliam no processo de aceitação social e diminuir algumas frustrações acerca do próprio corpo.

No mundo contemporâneo, mais que vivenciar uma identidade de gênero, ser trans corresponde a representar uma identidade política, pautada pela desconstrução da crença em papéis de gênero considerados “naturais”, puramente biológicos; e pela visibilização de identidades particulares historicamente estigmatizadas, tornadas invisíveis em determinados espaços sociais.

A trajetória narrada por Nery nos possibilitou compreender alguns aspectos da experiência transexual na sociedade brasileira dos anos de 1970 e 1980. Por pertencer a uma família de classe média, João Nery teve acesso a informações que, na época, podem ser vistas como privilegiadas: a oportunidade de ter acesso aos estudos sobre transexualidade, assim como aos médicos brasileiros que estavam dispostos a realizar as cirurgias adequadas, e arcar com as despesas que esses procedimentos requeriam. Todavia, não foi suficiente para evitar que ele passasse por todos os constrangimentos e privações as quais elencamos nos capítulos anteriores.

FONTES

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=transexualismo

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br>

JORNAL DO BRASIL. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=transexualismo

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, out. 1978. Disponível em:
<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/09-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-05-OUTUBRO-1978.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2019

LAMPIÃO DA ESQUINA. rio de janeiro, ano 2, n. 16, abr. 1979a. disponível em:
<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/20-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-16-SETEMBRO-1979.pdf> . acesso em: 10 ago. 2019

LAMPIÃO DA ESQUINA. rio de janeiro, ano 2, n. 18, nov. 1979b. disponível em:
<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/22-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-18-NOVEMBRO-1979.pdf> . acesso em: 10 ago. 2019

NERY, João. **Erro de Pessoa**: Joana ou João?. Rio de Janeiro: Record, 1984

TRANSEXUALISMO. **Programa de Domingo**. Rio de Janeiro: TV Manchete, 1985. Programa de TV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINLAY, S. C.; BECKER, G.; COLMAN, L. M. A. Stigma reconsidered. In: AINLAY, S. C.; BECKER, G.; COLMAN, L. M. A. (Ed), **The Dilemma of Difference** (1-13). New York: Plenum, 1986
- ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: Novos matizes na aquarela das masculinidades. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n.2, 2012.
- ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014
- ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. O “Y” em questão: as transmasculinidades brasileiras. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013
- BAKHTIN, Michel. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Editorial Veja, 1978
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017
- CONNELL, Robert. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, pp. 185-206
- DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. In: **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 2008. V. 14, n. 2, pp. 223 – 234.
- DEKKER, Rudolf; VAN DE POL, Lotte. **La doncella quiso ser marinero – Travestismo femenino en Europa (siglos XVII-XVIII)**. Madrid: Siglo XX de España Editores, 2006.

- FARINA, Roberto. **Transexualismo**: do homem à mulher normal dos estados de intersexualidade e das parafilias. São Paulo: Novolunar, 1982
- FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN; QUINALHA. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I - A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988
- GARCIA, Gabriela Mesquita; SCHULTZ, Leonardo. O Lampião da Esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 15, n. 36, 2014
- GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1988
- GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: Competitividade e culpabilização. In.: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2011, pp. 143-157
- HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad femenina**. Barcelona-Madrid: EGALES, 2008
- HALL, Stuart. **A identidade cultural nas pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000
- JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, 2013, pp. 101-123
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001, pp. 17-44.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003
- LAQUEUR, T. **Inventado o sexo**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: R. Dumará, 2001
- LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender** – Essays on theory, film, and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987
- LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

- LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, v.19, n.1, pp.43-63, 2009
- MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”**. Campinas: Editora Unicamp, 1990
- MISKOLCI, Richard. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014
- MONTEIRO, Marko. Masculinidades em revistas: 1960-1990. In: DEL PRIORI; AMANTINO. **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003
- _____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978
- MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: DEL PRIORI; AMANTINO. **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013
- MUNIN, Pietra Mello. **Processo Transexualizador: discurso, lutas e memórias – Hospital das Clínicas de São Paulo (1997-2013)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018
- NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. Nem só de hormônio vive o homem: representações e resistências de homens transexuais (1984-2018). **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 2019, pp. 96-112
- NERY, João. **Facebook**. Rio de Janeiro, 08 de set. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/joao.wneryii>>. Acesso em: 28 jun. 2019
- _____. **Facebook**. Rio de Janeiro, 21 de out. 2018a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/joao.wneryii>>. Acesso em: 28 jun. 2019
- NERY *et al.* **O destino**. Rio de Janeiro: Terceira Margem editora, 1988
- _____. **Vidas Trans**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol 5, nº 10, pp. 200-215, 1992

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989

PONTES, Clara & SILVA, Cristiane. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periódicus**, n. 8, v. 1, nov.2017-abr. 2018, pp. 396-417

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrasexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017

RIDENTI. A época de 1968: cultura e política. In: FICO; ARAÚJO (Orgs). **1968: 40 anos depois**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009

RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog. Direitos fundamentais, transexualidade e as compreensões de sexo e gênero. In.: UZIEL, Anna Paula; GUILHON, Flávio (Orgs). **Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsito**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 295 - 314

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Editora 34, 2005

SIMÕES, Júlio Assis ; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos Pagu**. 2014, n.42, pp.75-98

TEIXEIRA, F.B. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009

VIEIRA, T.R. Adequação de sexo do transexual: aspectos psicológicos, médicos e jurídicos. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 2, n. 2, pp. 88-102, jul.-dez. 2000

WYLLYS, J.; KOKAY, E. **Projeto de Lei 5002/2013 João W. Nery - Lei de Identidade de Gênero**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 07 abr. 2013